

ALEXANDRE GUILHERME DA CRUZ ALVES JUNIOR

***DISCURSOS AMERICANOS DE COOPERAÇÃO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre. Área de concentração: História Social

Orientador(a): Cecília Azevedo

**Niterói  
2009**

ALEXANDRE GUILHERME DA CRUZ ALVES JUNIOR

***DISCURSOS AMERICANOS DE COOPERAÇÃO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre. Área de concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Cecília Azevedo – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense  
Departamento de História

---

Prof. Dr. Paulo Knauss  
Universidade Federal Fluminense  
Departamento de História

---

Prof.(a) Dr(a). Sabrina Medeiros  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Departamento de História

**Niterói  
2009**

*Dedico este trabalho a Alexandre, meu pai, pela eterna disponibilidade e dedicação.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora, Cecília Azevedo, por ter acreditado desde o início no valor e no potencial deste trabalho. Sempre iluminando os pontos cegos durante este difícil percurso. Agradeço também ao querido amigo prof. Paulo Knauss pelas valiosas críticas ao texto, inteligência, disponibilidade e estímulo. Sucesso sempre!

À prof. Ana Maria Mauad, pela importante e fundamental colaboração no processo de qualificação, mostrando-se extremamente acessível para dividir os seus conhecimentos sobre o tema.

E como não falar de Marcelo Garcia e Jonathan Mendes, que contribuíram de forma fundamental na coleta e organização das fontes utilizadas neste trabalho, e da grande Verônica, bibliotecária da *FDR Library and Museum*, que atendeu a todos os meus pedidos, sem reclamar, mesmo quando o meu sotaque e pressa atrapalhavam o seu entendimento.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, e principalmente às minhas amigas Isabel, Maria do Carmo e Ângela, por terem tido paciência de me ajudar a navegar nas turvas águas do arquivo histórico. À Alessandra Orrico, por ter se esforçado para que a Biblioteca do Itamaraty estivesse disponível ao longo de todo o trabalho. Sempre exaltando as coisas boas que carrego comigo.

Um agradecimento mais que especial aos meus amigos, Thiago Pereira, Pablo Montenegro, Cristina Monteiro, Renato Mendes, Thiago Abreu, Ana Knaipp, Bruno Grilo, e principalmente Felipe Amado, que além de passar uma tarde inteira fotografando fontes no Arquivo do Itamaraty, ainda interrompeu sua esperada férias em Nova Iorque para correr atrás da gigante lista de livros que eu necessitava. Qualquer dia eu te pago de volta o excesso de bagagem...

E por último, mas não menos importante, aos amigos feitos durante o mestrado, Douglas, Caroline, Hernán e Carolina, por transformarem qualquer mesa de bar em uma verdadeira banca de defesa de tese.

**RESUMO:**

O presente estudo analisa a construção de discursos de cooperação e fraternidade entre as repúblicas americanas produzidos pelo governo dos Estados Unidos ao longo da primeira metade do século XX, tendo o seu auge durante a Política de Boa Vizinhança. O objetivo é demonstrar que a política interamericana dos Estados Unidos naqueles anos apresentou importantes disputas internas entre diferentes projetos, realçando a participação efetiva dos países latino-americanos na formulação da política externa norte-americana para a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estados Unidos, Relações Interamericanas, Política de Boa Vizinhança.

**RESUMO:**

Este estudio examina la construcción de discursos de la cooperación y la hermandad entre las repúblicas americanas producidas por el gobierno de los EE.UU. durante la primera mitad del siglo XX, con su pico durante la Política de Buena Vecindad. El objetivo es demostrar que la política interamericana de Estados Unidos presenta en estos años importantes disputas internas entre los diferentes proyectos, el aumento de la participación efectiva de los países de América Latina en la formulación de la política exterior norteamericana para la región.

**Palabras-Llave:**

Política Inter-americana, Estados Unidos, Política de Buena Vecindad.

**ABSTRACT:**

This study examines the construction of discourses of cooperation between the American republics produced by the U.S. government over the first half of the twentieth century, with its peak during the Good Neighbor Policy. The purpose is to demonstrate that the US interamerican policy presented important internal clashes between different projects, enhancing the effective participation of Latin American countries in the formulation of U.S foreign policy for the region.

**KEY-WORDS:** United State, Interamerican relations, Good Neighbor Policy.

## **Sumário:**

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1. INTERPRETAÇÕES E QUESTÕES</b> .....	<b>20</b>
<b>CONSTRUINDO AMÉRICAS LATINAS</b> .....	23
<b>DIFERENTES OLHARES SOBRE A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA:</b> .....	26
<b>O NEW DEAL E A POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA</b> .....	33
<b>CAPÍTULO 2. SITUAÇÕES E SUJEITOS</b> .....	<b>43</b>
<b>UM MOSAICO SURGE SOBRE A COLINA</b> .....	70
<b>A MARCHA PARA O OESTE: FRONTIER E WILDERNESS</b> .....	78
<b>A CONSTRUÇÃO DOS ATORES: A DIMENSÃO ESQUECIDA</b> .....	83
<i>Franklin Delano Roosevelt: ambigüidades sem culpa</i> .....	85
<i>Cordell Hull: um estranho no ninho</i> .....	95
<i>Sumner Welles: o especialista</i> .....	101
<b>CAPÍTULO 3. CIRCUNSTÂNCIAS E PROCESSOS</b> .....	<b>109</b>
<b>A CONFERENCIA DO PANAMÁ (1939): A DEFESA DA NEUTRALIDADE</b> .....	110
<b>A CONFERÊNCIA DE HAVANA (1940): A LUTA PELA UNIDADE CONTINENTAL</b> .....	116
<b>A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (1942): A LUTA PELA POLÍTICA DE BOA VIZINHANÇA.</b> .....	125
<b>A POLÍTICA NA VIZINHANÇA.</b> .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS:</b> .....	<b>160</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS:</b> .....	<b>164</b>
<b>BIBLIOGRAFIA:</b> .....	<b>165</b>



## ***Introdução:***

O presente estudo tem por objetivo analisar os discursos políticos públicos produzidos por representantes do governo norte-americano durante a Terceira Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906, e ao longo das Reuniões de Consulta dos Chanceleres Americanos entre 1939 e 1942, que abordem, direta ou indiretamente, o subcontinente latino-americano sob diferentes temáticas.

As relações entre os governos de Franklin Delano Roosevelt com a América Latina têm sido, em geral, analisadas em seu conjunto cronológico, configurando um período consagrado na historiografia como Política da Boa Vizinhança (1933-1945).

O recorte cronológico proposto para análise neste trabalho tem como foco os dois anos precedentes à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, 1940-1941, assim como a III Conferência de Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro no início de 1942. Por outro lado, para um melhor entendimento deste período far-se-á necessário percorrer outros momentos da história política interamericana na primeira metade do século XX, principalmente a III Conferência Pan-americana.

Verifica-se no recorte proposto, através de lentes diversas, o surgimento entre setores da sociedade norte-americana de discursos que defendiam uma aproximação entre os Estados Unidos e seus vizinhos, através não da força militar ou coerção política, mas da retórica de aproximação hemisférica e cooperação diplomática.

Embora tal política tenha sido tomada de forma oficial no início dos anos 30, data de 1940 o engajamento mais direto e organizado do governo norte-americano, visando resultados práticos e objetivos.

Em 16 de agosto de 1940 foi criado oficialmente o *Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, passando a se chamar em 1941, *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), chefiado por Nelson Rockefeller.

Tal agência deveria coordenar diferentes projetos relacionados às políticas norte-americanas de aproximação e influência no resto do continente, atuando em diferentes áreas como: publicidade, entretenimento, saúde, educação e meios de comunicação, principalmente através do rádio e do cinema.

Conhecido no Brasil como Birô Interamericano, o OCIAA atuou na América Latina criando uma extensa rede de escritórios em diferentes cidades, elaborando projetos estratégicos de inserção norte-americana no subcontinente. Sua estratégia de ação não se limitava apenas a ampliar as relações institucionais entre as nações, mas envolvia também a promoção da participação de determinados setores da sociedade civil, tanto dos Estados Unidos quanto de seus vizinhos, nos projetos então colocados em prática.

O que pretendemos destacar é que a criação da agência estimulada, ao mesmo tempo em que criticada, por alguns setores do governo norte-americano, veio responder à crescente ansiedade da Casa Branca com os rumos da Segunda Guerra Mundial, e da necessidade de garantir o apoio da América Latina para os planos norte-americanos, muito embora, por esta época, ainda não estivessem definidas publicamente as intenções do governo Roosevelt.

A rápida capitulação francesa em 1940 colocara a Inglaterra como a única rival de relevo da Alemanha nazista no velho continente. Segundo Conn e FairChild<sup>1</sup>, Roosevelt via a Inglaterra e a França como um anteparo defensivo para os Estados Unidos. Logo, os acontecimentos em solo francês causaram grandes preocupações ao governo norte-americano.

Segundo Gerson Moura, a criação do OCIAA visava principalmente “*conter o desafio nazista*<sup>2</sup> (leia-se, extirpar de modo mais completo a presença econômica, política e cultural do Eixo na América Latina)”<sup>3</sup>.

Como veremos mais adiante, há uma intensa discussão entre os pesquisadores sobre até que ponto a presença alemã na América Latina representava um perigo real para a segurança nacional norte-americana naquele momento<sup>4</sup>.

Tal resposta não pode ser encontrada partindo apenas de fontes produzidas pelo governo dos Estados Unidos. Contudo, pode-se afirmar que a *percepção* que o governo Roosevelt transmitia ao público norte-americano, e latino-americano, era a de que os nazistas tinham claras intenções de invadir e dominar alguns países da América Latina. Portanto, face ao inimigo externo, o continente americano deveria reforçar sua pretendida unidade política e ideológica, sob a liderança norte-americana.

---

<sup>1</sup> CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

<sup>2</sup> Grifos meus.

<sup>3</sup> MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1991, p.31

<sup>4</sup> Ver capítulo 5.

Considero, então, que é a partir da segunda metade do ano de 1940 que o governo Roosevelt intensifica suas ações diplomáticas visando atrair os países latino-americanos para defenderem juntos o projeto de solidariedade hemisférica.

Embora o dito projeto já estivesse sendo construído ao longo dos anos 30, é a partir da derrota francesa para os nazistas que o governo Roosevelt entende ser necessário ampliar e organizar suas ações na América Latina, sendo a criação da OCIAA um dos marcos desta disposição.

Como resultado desta percepção de perigo iminente por parte do governo norte-americano, percebe-se a multiplicação de discursos políticos que não apenas criticavam o governo alemão, mas que também passavam a acusá-lo publicamente de elaborar planos de invasão da América do Sul, pretendendo tornar as forças do Eixo, através dos discursos públicos, um inimigo real para todo o continente.

Veremos mais adiante, como o próprio presidente Roosevelt anunciou em 1941 a “descoberta” de um mapa produzido pelo governo alemão, onde este redefinia as fronteiras da América Latina e criava novos países subjugados a Berlim.

Por outro lado, todo este esforço diplomático norte-americano seria posto à prova no início de 1942, na III reunião de Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

O ataque japonês a *Pearl Harbor* em dezembro de 1941 havia trazido de fato a guerra ao continente americano, e o governo Roosevelt, agora em estado de beligerância contra o Eixo, passou a cobrar, quase que automaticamente de seus vizinhos, um alinhamento direto aos interesses e estratégias de guerra norte-americanos.

Os acontecimentos durante a conferência no Rio de Janeiro são bastante reveladores da complexidade do jogo político entre os governos americanos. Ficam evidentes algumas fendas entre o projeto hemisférico norte-americano, que pressupunha o alinhamento quase automático de todos os países do continente, e os papéis que os governos latino-americanos acreditavam que deveriam desempenhar no processo.

Outro ponto revelador é como importantes atores políticos norte-americanos, articuladores da *Política de Boa Vizinhança*, não compartilhavam o mesmo ponto de vista sobre quais deveriam ser as prioridades do governo Roosevelt, e possuíam, muitas vezes, visões antagônicas sobre como orientar as relações diplomáticas com os países vizinhos.

A intenção não é insinuar que as relações interamericanas no período viveram um momento de desestruturação ou elevado nível de antagonismos, mas enfatizar que as divergências fizeram parte do processo, o que muitas vezes é ignorado pela historiografia especializada.

Logo, a fundação do OCIAA em 1940, somada aos esforços diplomáticos do governo Roosevelt, representou o início de uma tentativa de influência cultural, econômica e política mais consistente e planejada no continente latino-americano. Já a III Reunião dos Chanceleres Americanos em 1942, representou o momento no qual todo o esforço diplomático e financeiro anterior foi posto à prova, colocando em risco não apenas a unidade continental, mas também a unidade do próprio governo Roosevelt.

Estes anos configuram um momento no qual representantes oficiais do governo norte-americano entraram em cena, junto com editores de revistas, artistas e publicitários, exercendo pressão sobre os países vizinhos, que não ficava confinada aos gabinetes ou escritórios diplomáticos, mas avançava para o espaço público, através de discursos políticos transmitidos via rádio e/ou publicados em jornais, com intenção de influenciar os governos e os povos latino-americanos.

Entretanto, tais discursos também relevam a idéia de “Estados Unidos” que o governo norte-americano pretendeu cultivar entre seus cidadãos, muitas vezes reafirmando algumas representações sociais específicas, e outras vezes, redefinindo-as.

Para os limites deste trabalho, embora não se pretenda excluir outras dimensões que perpassam a definição de *discursos políticos*, foram privilegiados os discursos proferidos por representantes do primeiro escalão do governo Roosevelt no período cronológico definido acima.

Um dos pilares deste trabalho é analisar tais discursos políticos inseridos nos contextos de sua produção e difusão, o que exige igualmente observar outros aspectos relacionados aos mesmos, como: os atores políticos envolvidos na elaboração dos discursos; os contra-discursos produzidos pelos governos latino-americanos; os silêncios, ou seja, os temas que, por alguma razão, não foram expressos no texto do discurso.

Identificamos, através da literatura produzida sobre o período, três atores políticos principais na elaboração da Política de Boa Vizinhança, com atuações constantes no cenário interamericano, através da presença em Conferências, visitas diplomáticas, discursos públicos, etc.

Como demonstra Gellman<sup>5</sup>, o então presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, o Secretário de Estado Cordell Hull, e o subsecretário de Estado Sumner Welles foram os principais articuladores da Política de Boa Vizinhança, que contaram com a colaboração de diversos atores, tanto dentro do governo, quanto na sociedade civil, como foi o caso de Nelson Rockefeller, organizador da OCIAA.

Embora seja notório que presidentes desempenhem um papel central na definição da política externa, no caso de Franklin D. Roosevelt, o envolvimento pessoal foi bastante intenso, desde a tentativa de reverter a tendência de segmento significativo da opinião pública norte-americana de não engajamento em assuntos externos, quanto na própria condução das negociações externas.

Se por um lado cair no psicologismo ou limitar-se a ultrapassada perspectiva da história política tradicional de enaltecimento dos “grandes personagens”, homens providenciais, seria um erro, por outro não se pode ignorar a importância e a influência do indivíduo, do estadista, no processo de tomada de decisões no âmbito das relações internacionais.

Esses indivíduos, sempre pensado em função do contexto político e ideológico, da trajetória e experiências que o forjaram, devem ser recuperados como atores históricos relevantes. Com isso não se pretende negar a influência de fatores estruturais, mas associar diferentes dimensões e escalas do processo histórico.

Como afirma Messari e Nogueira:

*“o mundo não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores agem, ou seja, [...] o mundo é uma construção social. É a interação entre os atores, isto é, os processos de comunicação entre os agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes”<sup>6</sup>.*

Ou seja, ao entender os discursos políticos como produtos de um determinado contexto social, é preciso definir e interpretar os atores históricos envolvidos na sua elaboração, posto que suas experiências pessoais e redes de relações contribuem para dar forma aos discursos políticos levados a público.

---

<sup>5</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995.

<sup>6</sup> MESSARI, Nazir. NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005, p. 166.

Outro ponto relevante é considerar os contra-discursos produzidos pelos governos latino-americanos como fator importante na estratégia discursiva norte-americana. A recepção que tais discursos obtiveram nas sociedades norte-americana e latino-americana não foram ignoradas entre os idealizadores da Política de Boa Vizinhança.

É neste sentido que os discursos políticos como fontes históricas não podem ser considerados como elo final de uma cadeia, mas sim uma janela para se desvendar o processo histórico que lhes deu origem.

A questão não é identificar apenas o que causou a mudança de perspectiva nas relações com a América Latina em setores do governo e da sociedade norte-americana nos anos 30 e 40, mas também compreender como foi *possível* que tal mudança ocorresse, e quais foram seus eventuais limites.

A nossa intenção é analisar, através dos discursos políticos públicos, como diversos fatores sociais e culturais se articularam naquele momento, embora nem sempre de forma coerente e organizada, e possibilitaram a construção de um novo regime nas relações interamericanas.

Ao eleger os discursos políticos públicos como fontes primordiais para o desenvolvimento da pesquisa, interessa não apenas reconstruir as representações criadas sobre a América Latina, mas também investigar os recursos simbólicos e culturais utilizados pelos representantes do governo norte-americano para se fazer compreender por públicos inegavelmente heterogêneos, tanto dentro dos Estados Unidos, quanto no resto do continente americano.

Para Charaudeau,

*“o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: [...] e a palavra intervém no espaço da persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa [...]”<sup>7</sup>*

O que interessa é saber como os atores políticos definem seus interesses a partir da elaboração/reelaboração dos valores culturais presentes na sociedade que integram.

Embora superficialmente as ações governamentais e os discursos políticos possam parecer coerentes e consensuais, na prática, a construção de ambos é resultado de um intenso

---

<sup>7</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006, p.21

jogo entre idéias e contextos sociais, que se confrontam e se acomodam, resultando num produto apenas aparentemente coerente.

*“Um dos primeiros eixos de perguntas, quando se considera os discursos como atos, é sobre a relação entre o texto e aquele que o produziu, entre o enunciado realizado e o enunciador. Isto significa estudar a enunciação, pesquisar, no texto produzido, os rastros do processo que o produziu, a marca daquele que o enunciou”<sup>8</sup>*

Para Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como transparentes. O historiador deve sempre “*sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.*”<sup>9</sup> (2003, p. 378)

O discurso político movimenta um conjunto representações que nem sempre estão aparentes. Em geral, o discurso tende a passar uma falsa impressão de homogeneidade das idéias do grupo político que representa.

Entretanto, “*as diferentes opiniões de partida não desaparecerão sob consenso [...] e é preciso ver uma sociedade como um conjunto fragmentado de comunidades de opiniões diversas, que a ação política deverá levar em conta*”<sup>10</sup>.

Faz-se necessário, neste sentido, relativizar conceitos muitas vezes tidos como fixos, tais como tradição, cultura, *ethos* nacional, identidade nacional etc., que podem se apresentar de forma mais plástica do que efetivamente aparentam quando submetidos à análise empírica.

A identidade nacional não se daria a partir da convivência harmoniosa dos grupos sociais; tal identidade e identificação seriam justamente resultantes do conflito entre eles. Neste sentido, os aportes culturais da sociedade estudada precisam ser levados em conta na análise dos discursos políticos.

Para Akira Irye, mesmo reconhecendo a dificuldade de se conceituar *cultura*, seria possível defini-la como criação e comunicação de memórias, ideologias, emoções, estilos de vida hábitos e outros símbolos. Símbolos estes compartilhados, que mesmo apropriados de

---

<sup>8</sup> PROST, Antonie. *Social e Cultural Indissociavelmente*. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p.317)

<sup>9</sup> CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>10</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, p.21

diversas maneiras e formas ao longo do tempo, podem caracterizar uma *linguagem* comum, um traço identificador<sup>11</sup>.

Para Cecília Azevedo, esse traço identificador,

*“pressupõe interdependência entre condições objetivas de vida e experiências subjetivas, o compartilhamento de convenções e valores, de modos de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizados, que distinguem e produzem a integração de uma comunidade”*<sup>12</sup>.

A identidade nacional, neste sentido, implicaria necessariamente em interesses de grupos, sem que possa ser reduzida aos mesmos. É necessário levar em conta que essa possibilidade de reinvenção permanente das identidades não se dá de forma aleatória, sem limites; não há um rompimento brusco com o passado.

Segundo Irye,

*“Fundamental para esta abordagem é a proposição de que uma nação é constituída por pessoas com as mesmas memórias, sonhos, atitudes e valores. Mesmo quando as suas idéias e aspirações estão divididas, a sua auto-percepção prescreve a adesão a algum, ‘núcleo mítico ético’ que define os limites dentro de onde existem”*<sup>13</sup>.

Para o nosso estudo, este conceito mais plástico de nação e identidade, pode nos ajudar a compreender justamente as estratégias utilizadas pelo governo Roosevelt na elaboração da retórica da Política de Boa Vizinhança.

Para Cecília Azevedo,

*“Reconhecendo, portanto, que a política externa é usualmente explorada por governantes para mobilizar a opinião pública, preservar a ordem social e defender o regime contra as investidas de seus adversários, me parece fundamental*

---

<sup>11</sup> IRIYE, Akira. *Culture and International History*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992.

<sup>12</sup> AZEVEDO, Cecília. *Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão*. ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.43.

<sup>13</sup> IRIYE, Akira. *Culture and International History*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992, p.217. No Original: *“Fundamental to this approach is the proposition that a nation consists of people with shared memories, dreams, attitudes; and values. Even when their ideas and aspirations are divided, their self-perception prescribes adherence to some ‘ethico-mythical-nucleus’ that defines the boundaries within they exists.”*



*questionar a retórica recorrente da unidade e os diagnósticos apressados e simplificadores no que toca às tendências do público norte-americano”<sup>14</sup>.*

Como forjar uma identidade continental nas Américas tendo como herança anos de intervenções políticas e militares em diferentes países latino-americanos?

Sobretudo, como foi possível alterar significativamente, e em muito pouco tempo, a percepção dominante na sociedade norte-americana de que seus vizinhos abaixo do Rio Grande constituíam uma outra “civilização”, sendo, portanto, improvável uma identidade hemisférica comum?

Antes de interpretar tais movimentos presentes no período da Política de Boa Vizinhança como sendo parte de uma grande engrenagem voltada para a manipulação sórdida por parte do governo Roosevelt de um maleável e passivo público latino-americano, acredito que o mais importante é perceber como foi possível que essas novas interpretações culturais fossem construídas e se tornassem relevantes no cenário político norte-americano, e encontrasse relativa recepção na América Latina.

Ao aplicar esta definição, podemos perceber como o governo Roosevelt elaborou um determinado regime discursivo, acompanhado por um curso particular de ação no cenário internacional, ao mesmo tempo em que foi redefinindo e/ou excluindo políticas consideradas impróprias naquele contexto das relações interamericanas.

As fontes para este trabalho foram selecionadas a partir de pesquisas em diferentes arquivos históricos públicos localizados no Rio de Janeiro, e ainda em arquivos históricos digitais norte-americanos, disponibilizados através de portais governamentais e de instituições acadêmicas na *internet*.

Foram selecionados principalmente discursos proferidos entre janeiro 1940 e janeiro de 1942, nos quais o tema *América Latina, pan-americanismo, fraternidade continental e defesa hemisférica* estivessem direta ou indiretamente presentes.

Tais discursos foram proferidos publicamente e/ou via rádio, e registrados principalmente em periódicos da época. Importante salientar que durante o período coberto

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, Cecília. *Sob Fogo Cruzado: a política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA*. In: SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVEA, Maria de Fátima Silva (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.380.

por este trabalho o presidente norte-americano não viajou à América Latina; seus discursos foram proferidos tendo como público imediato, na maioria das vezes, os norte-americanos.

Evidentemente, apesar disso, o alcance dos seus discursos ultrapassava as fronteiras nacionais, repercutindo em várias partes do mundo e, sem dúvida, tendo impacto importante na América Latina. Como afirma Fejes<sup>15</sup>, o desenvolvimento do rádio e das agências de notícias norte-americanas foram fatores fundamentais para a defesa de interesses públicos e privados dos Estados Unidos na América Latina. O desenvolvimento tecnológico alterou o caráter da política interamericana, que não mais seria uma questão entre governos, porém teria agora a opinião pública como ator relevante.

As análises da recepção dos discursos na América Latina estarão presentes sempre que as fontes permitirem, pois tal recepção era levada em consideração pelo governo norte-americano, o que demonstra que tais discursos podiam ser reelaborados a partir de pressupostos que escapavam aos interesses unilaterais do governo de Roosevelt.

Como indicado acima, o trabalho priorizará para a análise, os discursos políticos oficiais públicos, ou seja, aqueles que são reconhecidos pela sociedade civil como “a fala” do governo.

Estabelecemos três conjuntos principais de fontes:

1 – O *Jornal do Brasil*, depositado na seção de Periódicos da Biblioteca Nacional.

Análises prévias indicam que, embora constantes antes de 1940, a publicação de discursos políticos norte-americanos aumentaram progressivamente entre 1940 e 1941, até atingir seu auge justamente na III Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. Nesta época a imprensa abre espaço também para discursos proferidos por representantes de outras nações americanas.

Extrapolaria aos objetivos deste trabalho uma investigação mais específica sobre o grau de liberdade que os editoriais teriam, naquele momento, para a publicação de discursos proferidos por representantes dos Estados Unidos e da Alemanha nazista, de modo a indicar uma maior disposição do governo brasileiro em abrir espaço nos meio de comunicação para um ou outro lado. De qualquer forma, reflexões neste sentido far-se-ão necessárias.

2 – Documentação Diplomática - Ofícios depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, alguns com recortes de jornais estrangeiros enviados ao

---

<sup>15</sup> FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986.

Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha. Por se tratar de vasto volume documental, optamos por mapear os ofícios provenientes dos embaixadores brasileiros em Washington e Buenos Aires.

A escolha destas duas capitais se deu porque, se por um lado Washington se colocava numa posição de liderança no projeto de fraternidade hemisférica naquele momento, vinham de Buenos Aires as críticas mais intensas às pretensões norte-americanas.

Outra fonte importante é o Diário da III Conferência de Chanceleres Americanos, depositado também no Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro.

3 – Atualmente está crescendo o número de arquivos digitais de caráter privado e público pelo mundo, possibilitando que pesquisadores em diferentes partes do globo tenham acesso a determinados documentos que anos atrás seriam quase impossíveis de localizar.

Neste sentido, nos beneficiamos da disponibilização eletrônica de discursos políticos e documentos diplomáticos pelos arquivos digitais: *FDR Library*, *The Public Library and Digital Archive* (Ibiblio) e *University of Wisconsin Digital Collection*.

Através destes foi possível selecionar discursos proferidos pelos 3 principais representantes da política externa norte-americana em diferentes contextos, assim como observar os documentos diplomáticos de caráter privado.

4 – Serão incluídas ainda memórias de Cordell Hull e Sumner Welles publicadas anos mais tarde, *The memoirs of Cordell Hull* (1948) e *Time for Decision* (1944), respectivamente. A utilização dessas fontes exigirá evidentemente a discussão da relação entre memória e história e das categorias de biografia e trajetória.

## Capítulo 1. Interpretações e Questões

Em livro didático utilizado em muitas escolas brasileiras públicas e privadas, no capítulo referente à independência dos Estados Unidos, encontramos um quadro explicativo da razão pela qual os norte-americanos se autodenominam “americans”. Para o autor, “o que ocorre é que aquele país é tão poderoso que dá a impressão de ser o dono de todo o continente”<sup>16</sup>.

Na verdade, esse tipo de interpretação faz parte de uma corrente teórica bastante difundida nos anos 60 e 70, que via a história latino-americana submetida aos interesses e vontades do colosso do norte.

Com afirma Moura, “as interpretações de natureza mecanicista e economicista estão bem exemplificadas na literatura política que atribui, por exemplo, todo e qualquer acontecimento importante na América Latina à ação do ‘imperialismo americano’”<sup>17</sup>.

Essa “vitimização” da América Latina influenciou gerações de estudiosos engajados em demonstrar que os interesses econômicos e políticos norte-americanos haviam soterrado o desenvolvimento social e econômico no subcontinente.

Para Gilbert Joseph, a Teoria da Dependência orientou diversas análises sobre as relações entre América Latina e Estados Unidos, onde

“a subordinação estrutural da América Latina como uma periferia dentro do sistema capitalista mundial foi responsável pelo o desenvolvimento do subdesenvolvimento’, entendido principalmente em termos econômicos”<sup>18</sup>

Neste sentido, os diferentes atores responsáveis pelas relações interamericanas - governos, elites políticas, etc - eram interpretados muitas vezes de forma monolítica, e, aparentemente, sem contradições significativas, uma vez que a lógica econômica e estrutural subordinava todos os demais aspectos dessas relações.

---

<sup>16</sup> SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. 7ª. Série. São Paulo: Nova Geração, 2002. p.70

<sup>17</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 43.

<sup>18</sup> JOSEPH, Gilbert M. *Close Encounters Toward a New Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. LEGRAND, Catherine. SALVATORE, Ricardo. JOSEPH, Gilbert M. *Writing the Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998, p.5. No original: “The structural subordination of Latin America as a periphery within the capitalist world system was held responsible for the ‘development of underdevelopment’, understood primarily in economic terms”

Para Perez Jr., o paradigma da dependência elaborou a visão de uma América Latina passiva, subordinada aos interesses econômicos e militares norte-americanos. Vítimas dos interesses dos Estados Unidos, e também da traição de parte de suas elites, os países da América Latina pareciam ter pouco controle sobre suas histórias<sup>19</sup>.

Por outro lado, recentemente podemos perceber algumas modificações importantes em tais abordagens, repercutindo em novas análises nas relações interamericanas.

Para Sonia Torres

*“O fenômeno da globalização do mundo levanta uma série de questões cruciais para os Estudos Americanos<sup>20</sup>, na medida em que exige que consideremos novas construções e revisões críticas da modernidade. [...] Esta crescente pluralidade, marcada pela co-existência de culturas, língua (gens) e etnicidades cruzadas, na cartografia cultural contemporânea, vem redefinindo os rumos dos Estudos Americanos nos últimos anos.”<sup>21</sup>*

Sendo assim, os novos olhares lançados sobre a história dos Estados Unidos em geral, e das relações interamericanas em particular, têm trabalhado de forma a buscar interpretações alternativas à tradicional perspectiva do antagonismo norte x sul, ricos x pobres; fortes x fracos de cunho estruturalista; ou o antagonismo das leituras culturalistas que enfatizam os pares antitéticos civilizados x bárbaros; anglos x latinos.

*“Passando longe de modelos político-econômicos dicotômicos que vêem apenas dominação e resistência, exploradores e vítimas, latino-americanistas [...] estão sugerindo formas alternativas de conceituar o papel que os Estados Unidos, outros atores estrangeiros e agências, têm desempenhado na região durante os séculos dezenove e vinte. Ao mesmo tempo, estão integrando gênero, etnicidade, análises lingüísticas em suas investigações; combatendo*

---

<sup>19</sup> PEREZ JR, Louis A. *Dependency*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992.

<sup>20</sup> “*Estudos Americanos*” no sentido proposto por Sônia Torres não se refere apenas aos estudos de relações diplomáticas no sentido tradicional, mas sim a uma gama variada de temas e abordagens que abarcam objetos como literatura, política, fotografia etc., ampliando, portanto, as questões capazes de contribuir para o entendimento das relações entre Estados Unidos e América Latina.

<sup>21</sup> TORRES, Sonia. *Estudos Americanos: Raízes Nacionais, Rumos globais*. TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001, p.11.

*a separação convencional entre as esferas «públicas» e «privadas» (e, assim, expandir noções do político); incomodados com categorias aparentemente fixas, como 'estado', 'nação', 'desenvolvimento', 'modernidade' e 'natureza'”<sup>22</sup>*

É importante salientar que este processo de revisão historiográfica não está restrito a uma determinada corrente teórica ou disciplina acadêmica, sendo possível perceber avanços em diferentes correntes, como na histórica cultural, história política, e mesmo uma renovação nos estudos baseados no paradigma da Dependência.

Ainda em 1980, Gerson Moura, embora se utilize de conceitos como *imperialismo*, *dominação* e *dependência*, já apontava para o desgaste destes conceitos quando percebidos como determinantes estruturais únicos nas relações internacionais.

Para Moura, seria necessário analisar, o que ele chamou, de “determinantes conjunturais”, conjugados aos “determinantes estruturais”, ou seja, fatores intervenientes observados na “curta duração”.

*“Quando falamos em conjugação de determinações estruturais e determinações conjunturais, queremos dizer que os processos imediatos de decisão política guardam uma grande autonomia, isto é, não são simples reflexos do sistema de poder”<sup>23</sup>.*

Mais recentemente, Perez Jr, apontou para uma revisão teórica dos chamados “dependentistas”. Embora mantenha a premissa central de que as relações interamericanas estão pautadas em Estados Nacionais com poderes econômicos, políticos, sociais e militares desiguais, Pérez Jr. sugere que um entendimento das relações interamericanas não pode estar limitado às fontes produzidas somente pela Casa Branca, ou pela simples leitura dos ofícios produzidos pelo Departamento de Estado. “*O escopo da investigação deve se expandir para*

---

<sup>22</sup> JOSEPH, Gilbert M. *Close Encounters Toward a New Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. LEGRAND, Catherine. SALVATORE, Ricardo. JOSEPH, Gilbert M. *Writing the Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998, p.4. No original: “Turning away from dichotomous political-economic models that see only domination and resistance, exploiters and victims, Latin-americanists [...] are suggesting alternative ways of conceptualizing the role that U.S. and other foreign actors and agencies have played in the region during the nineteenth and twentieth century. At the same time, they are integrating gendered, ethnic, and linguistic analysis in their research designs; challenging the conventional separation of ‘public’ and ‘private’ spheres (and thereby expanding notions of the political); unsettling such seemingly fixed categories as ‘the state’, ‘the nation’, ‘development’, ‘modernity’ and ‘nature’”.

<sup>23</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.44.

*incluir o uso de fontes de arquivos e registros públicos, bem como jornais, periódicos latino-americanos e outras publicações e materiais inéditos”*<sup>24</sup>

Neste trabalho, além de considerarmos as fontes diplomáticas por um viés distinto do tradicional, como já foi enfatizado anteriormente, tentaremos dar conta também da recepção brasileira e latino-americana, analisando a repercussão na opinião pública e nos discursos dos representantes de diversos países, não trabalhando apenas com o ponto de vista norte-americano.

Se por um lado não se pode compreender a história latino-americana excluindo os Estados Unidos, por outro lado, os Estados Unidos não podem ser interpretados como imunes às diferentes formas de contato com seus vizinhos abaixo do Rio Grande. Para Bender, as histórias de outros países influenciam a história norte-americana, e vice-versa, não apenas atualmente, na era global, mas desde do século XV<sup>25</sup>.

Outro ponto relevante é a crescente preocupação em relacionar política externa e política interna, contribuindo para análises mais complexas no campo das relações internacionais.

### ***Construindo Américas Latinas***

Entretanto, para Weinstein, essa renovação dos estudos interamericanos, relativizando a idéia de dominação/imperialismo, somada aos esforços de dar “voz” aos latino-americanos, não deve perder de vista as desigualdades de poder, “absolvendo” os Estados Unidos de sua história de intervenção na América Latina. A própria polarização dessas entidades deveria ser evitada:

*“Este binômio [EUA – América Latina] implica posições fixas e circunstanciais uniformes para os países ao sul do Rio Grande, e, ainda mais, uma homogeneização da população latino-americana como se todos se relacionam [sic] com a hegemonia norte-americana da mesma maneira”*<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> PEREZ JR, Louis A. *Dependency*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992, p.108. No original: “*The research scope must expand to include the use of Latin American archival sources and public records as well as Latin American newspapers, periodicals, and other published and unpublished materials.*”

<sup>25</sup> BENDER, Thomas. *Historians, The Nation, and the Plenitude of Narratives*. BENDER, Thomas. *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of Califórnia, 2002. p.06

<sup>26</sup> WEINSTEIN, Barbara. *Repensando a história das relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural?* Textura, n. 9, Canoas, RS, Abr-Out. 2003.

Muitas vezes observa-se em diversas narrativas sobre as relações Estados Unidos – América Latina, que as diferentes percepções dos latino-americanos sobre o que a autora chama de hegemonia norte-americana, são ignoradas, concedendo assim um sentido homogêneo e reducionista a esse conjunto denominado América Latina.

Desse modo, ao repensar os termos das relações entre os Estados Unidos e América Latina, torna-se indispensável problematizar cada um dos termos. Qualquer revisão metodológica que defenda a necessidade de analisar as relações interamericanas, que não leve em consideração o que se entende como América Latina, pode comprometer a consistência do conceito.

Para tentar resolver, o que considero um problema conceitual, talvez seja necessário não buscar um conceito de América Latina partindo apenas das histórias semelhantes de colonização desses países, até porque estudos recentes em diferentes áreas têm demonstrado justamente o caráter heterogêneo da colonização ibérica nas Américas.

O ponto a ser explorado, e que considero que evitaria uma desconstrução do conceito de América Latina nas relações com os Estados Unidos, parte justamente da observação das relações interamericanas após as independências.

Para Saraiva, ao longo do século XIX duas visões de integração continental foram construídas no continente americano: o bolivarismo, tendo como base as idéias de Simon Bolívar, e o monroísmo, inspirada na Doutrina Monroe.

*“Dessas duas visões vigentes na época, o bolivarismo tem até hoje papel importante no campo das idéias da América Latina, na percepção que as sociedades latino-americanas têm de si mesmas e nas reflexões que incentivaram os processos de integração regional e sub-regional”<sup>27</sup>*

Por outro lado, seria justamente o monroísmo que ocuparia lugar central no processo de integração continental até metade do século XX. Se por um lado, o governo norte-americano em seus discursos ao longo do século XIX e XX manteve a tendência a

---

<sup>27</sup> SARAIVA, Miriam Gomes. *A Evolução dos Processos de Integração na América Latina*. LESSA, Mônica Leite. GONÇALVES, Williams (org) *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007, p. 115.



homogeneizar todos os seus vizinhos ao sul, estes muitas vezes se aproveitaram dessa visão totalizante norte-americana para negociar com Washington.

Em muitas ocasiões, os governos e intelectuais argentinos, uruguaios, brasileiros, hondurenhos, etc., subordinaram suas identidades nacionais a uma identidade “latino-americana”, forjada na necessidade de se relacionar com os Estados Unidos, com intenção de minimizar, o máximo possível, as desigualdades políticas e materiais que configuraram a inserção norte-americana na região.

Uma metáfora interessante desse processo talvez fosse a própria trajetória de Carmem Miranda em Hollywood, onde ganhou dinheiro e prestígio interpretando personagens com nacionalidades latino-americanas distintas (não apenas como brasileira), aproveitando-se dos estereótipos correntes nos Estados Unidos.

Neste sentido, as identidades latino-americanas não estariam necessariamente ligadas a questões territoriais, mas relacionadas a um sentimento comum de pertença que foi sendo elaborado em ritmos diferentes pelos novos Estados a partir de suas experiências próprias. Sendo assim, “*pensamos as identidades culturais na América Latina de forma plurívoca, multifacetada, onde devemos mais pensar em construí-las do que procurá-las*”<sup>28</sup>.

Logo, o conceito América Latina deve ser apreendido como algo disputado e flexível, podendo ser apropriado de maneiras distintas e muitas vezes concorrentes. Torna-se, portanto, ao historiador importante compreender as diferentes utilizações do conceito observadas em momentos históricos distintos.

No caso específico deste trabalho, poderemos observar que no auge da tentativa de se consolidar uma identidade continental, pretendida pelos Estados Unidos, as diferenças intrínsecas entre os Estados do subcontinente assumiram um relevo importante, colocando ao governo norte-americano a todo o momento a necessidade de redefinir seus objetivos.

Tais redefinições, como veremos adiante, são pontos importantes para percebermos a convivência de diferentes visões dentro da alta cúpula do governo Roosevelt, que em muitos momentos entravam em rota de colisão, sobre como estabelecer relações mais cordiais com a América Latina.

---

<sup>28</sup> LAPSKY, Igor. SCHURSTER, Karl. *Literatura e Memória: um estudo sobre a construção da identidade latino-americana*. Revista Eletrônica Boletim do Tempo, ano 3, No.24, Rio de Janeiro, 2008.p. 2

### ***Diferentes olhares sobre a Política de Boa Vizinhança:***

Este quadro se aplica também ao período denominado *Política de Boa Vizinhança*, que carece de pesquisas onde o político, numa nova acepção<sup>29</sup>, seja privilegiado tendo como base as recentes reflexões teóricas e metodológicas descritas acima.

A Política de Boa Vizinhança (PBV), termo utilizado para designar a política externa norte-americana para a América Latina entre 1933 e 1945, tem sido objeto de interesse acadêmico sob diferentes perspectivas no Brasil, embora de forma ainda tímida, passando pela teoria das relações internacionais, até os recentes estudos que enfocam a política cultural.

Faremos, então, um levantamento historiográfico buscando destacar as principais análises acerca do tema. Por se tratar de matrizes teóricas diferentes, pretendemos nos concentrar nas interpretações relativas às possíveis *causas e intenções* do governo norte-americano em implementar uma mudança na forma de se relacionar com seus vizinhos.

Embora as interpretações mais difundidas tentem definir diretamente a Boa Vizinhança como produto de um contexto internacional específico, ora dando ênfase ao panorama mundial, ora ao contexto interno norte-americano, tentaremos demonstrar que o período que corresponde aos governos do presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945), não serve como fronteira para se compreender a mudança de atitude do governo norte-americano com a América Latina naquele período.

Acredito que seja necessário, para uma interpretação mais complexa, em alguns momentos, voltar no tempo, às primeiras décadas do século XX, e, para além disso, estabelecer um constante diálogo entre o contexto internacional e o contexto interno norte-americano.

Dentre as visões que destacam prioritariamente o contexto internacional como componente principal para o estabelecimento de tal política, podemos citar Alain Rouquié, que considera a Política de Boa Vizinhança quase simplesmente um esforço para obter aliados em casos de guerra. “*Os Estados Unidos queriam unir em torno deles o conjunto de seus vizinhos meridionais assim que a guerra explodisse na Europa*”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Ver RÉMOND, René. *Uma História Presente*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996.

<sup>30</sup> ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Uma introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991, p.318.

Neste caso encontramos uma interpretação que associa as relações interamericanas diretamente com os acontecimentos europeus. O autor exagera em sua interpretação, posto que não há evidências que no início de seu governo, Roosevelt imaginasse para o futuro uma guerra das proporções que seria a II Guerra Mundial.

Outro ponto que se pode questionar nessa análise seria a não consideração dos latino-americanos, supondo sua total passividade, e ausência de interesses, servindo apenas aos projetos mais imediatos do governo norte-americano.

Apresentando uma visão um pouco mais elaborada, mas que também esbarra nos problemas acima citados, Peter Smiths, em seu livro *Talons of the Eagle*, apresenta a Política de Boa Vizinhança, como “*um resultado prático visando promover a idéia de hegemonia dos Estados Unidos sobre a América Latina*”<sup>31</sup>.

O diferencial na interpretação de Smiths, e que considero importante para análises futuras neste trabalho, é que o autor associa o surgimento da ideologia nazi-fascista na Europa como fundamental para que os Estados Unidos pregassem uma identidade continental comum, enfatizando uma unidade cultural, ideológica e política superior ao resto do globo, tentando construir, de certa forma um cinturão de isolamento contra a penetração de ideologias totalitárias européias.

Entretanto, o autor não especifica em que momento tal necessidade surgiu, se antes ou após as primeiras agressões militares de Hitler, deixando em aberto inclusive se a Política de Boa Vizinhança teria sido apenas uma resposta norte-americana aos acontecimentos europeus.

Lars Schoutz, que em seu livro *Estados Unidos: Poder e Submissão*, aponta o presidente Herbert Hoover como fundador oficial da tentativa de se construir relações mais cordiais com a América Latina, tenta esmiuçar melhor a construção da idéia de solidariedade continental dentro dos Estados Unidos.

Schoutz destaca a primeira viagem de Herbert Hoover à América Latina logo após sua eleição em 1928, durante a qual, em Honduras, o então recém-eleito presidente destacou as vantagens de ser um “bom vizinho”, o que na época significava parar de enviar

---

<sup>31</sup> SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle. Dynamics of U.S. – Latin American Relation*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York/Oxford: Oxford University Press, 2000, p.63-64.

as forças armadas norte-americanas para defender os interesses dos investidores dos Estados Unidos em países latino-americanos, sobretudo na América Central.<sup>32</sup>

O então presidente Hoover teria percebido que ao final dos anos 20, as nações européias não se interessavam mais pela região do Caribe, o que eliminou possíveis inimigos externos que justificassem a retórica das intervenções armadas sob a interpretação da Doutrina Monroe.

Na verdade, as intervenções armadas não se realizavam apenas por conta dessa questão geopolítica, outros fatores como a instabilidade política em alguns países latino-americanos, a defesa dos interesses de cidadãos e empresas norte-americanas na região, também precipitaram as diversas invasões observadas nas primeiras décadas do século XX.

Para Shoutz, um dos principais fatores que podem explicar as mudanças nas relações interamericanas observadas no governo Roosevelt (mesmo que, para o autor, não signifiquem mudanças nos *interesses nacionais* norte-americano), relacionam-se ao fortalecimento das instituições políticas e da economia de alguns países latino-americanos. Ao analisar as conferências panamericanas percebemos que as demandas dos países vizinhos foram se tornando cada vez mais elaboradas e complexas.

Então por que não foi na administração Hoover que se estabeleceram oficialmente relações mais cordiais entre os Estados Unidos e seus vizinhos?

Para Schoutz, a Grande Depressão, em 1929, acabou por absorver completamente o presidente para os assuntos domésticos, deixando-o relativamente pouco propenso a elaborar políticas para assuntos externos.

Hoover teria

*“entrado na Casa Branca com várias idéias para a melhoria das relações com a América Latina, mas a Depressão deixou várias questões relativas à política externa em segundo plano. Sua segunda mensagem anual [ao congresso] simplesmente trazia uma nova política de reconhecimento e seu compromisso de retirar-se do Haiti; em 1931 a região recebeu de Hoover uma única curta frase (‘Nós continuamos nossa política de retirada de nossos fuzileiros do Haiti e da Nicarágua’), e, em sua mensagem final, o*

---

<sup>32</sup> SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000, p.325.

*presidente nada disse sobre a América Latina.*<sup>33</sup>

Segundo Schoutz, havia poucos indícios de que Franklin D. Roosevelt daria prosseguimento à política iniciada por Hoover. Para o autor, Roosevelt seria mais próximo em questão de política externa ao seu tio, Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos na primeira década do século XX, e idealizador do *Big Stick*.

Na verdade, Schoutz acaba por esvaziar de sentido sua análise logo em seguida, afirmando que já em 1933 as diferenças entre os dois (Theodore Roosevelt e Franklin D. Roosevelt) eram acentuadas.<sup>34</sup>

De fato, como veremos no capítulo dedicado à trajetória política de Roosevelt, já nos anos de 1910, este afastou-se política e ideologicamente de seu tio.

Assim como Smiths, Schoutz vê na ascensão do nazi-fascismo na Europa um componente fundamental para a implementação da Política de Boa Vizinhança.

*“Enquanto essas mudanças estavam ocorrendo, preocupações sobre a segurança nacional começaram a exercer uma influência crescente sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Hitler solidificara seu poder nas eleições alemãs no dia seguinte à posse de Roosevelt, e os enviados europeus de FDR imediatamente soaram os primeiros alarmes”*<sup>35</sup>

O problema a meu ver é interpretar que já em 1933 se tinha uma real noção das intenções de Hitler, posto que, se em seus discursos não houvesse dúvidas quanto aos propósitos da ideologia nazista, a Alemanha ainda se encontrava limitada militarmente por conta dos artigos do Tratado de Versalhes.

Portanto, não faria sentido naquele momento elaborar uma política continental de grande vulto baseada em preocupações com a segurança nacional norte-americana diretamente relacionada à Hitler.

Para Cristina Pecequilo, em *A Política Externa dos Estados Unidos*, a Política de Boa Vizinhança não representou uma mudança nas relações interamericanas de fato, posto

---

<sup>33</sup> Idem, p.330.

<sup>34</sup> Idem, Ibidem.

<sup>35</sup> Idem, p.339.

que se tratou apenas de uma mudança tática, visando apenas manter a hegemonia norte-americana na região.

*“Às vésperas da Segunda Guerra, tentava-se conquistar aliados, mas, principalmente, eliminar a influência das forças do eixo na região, onde Brasil e Argentina são os casos sempre mencionados da adesão a regimes políticos de inspiração fascista. Posteriormente com a Guerra em andamento, a idéia de cooperação interamericana foi ainda mais incrementada pela retórica da parceria e da cooperação (“fazer a guerra juntos”), com ênfase na solidariedade e na segurança hemisférica”<sup>36</sup>.*

Para Cristina Pecequilo, a Política de Boa Vizinhança não alterou as preocupações básicas dos Estados Unidos: *exclusão de ameaças externas* e a *estabilidade doméstica*. Na verdade tais preocupações são básicas para a maioria dos países, não só para os Estados Unidos.

Mais uma vez encontramos uma visão generalizante da Política de Boa Vizinhança. Pode-se apreender inclusive, a partir dessas interpretações, que indiretamente, a implementação da solidariedade hemisférica teve suas origens na Europa.

De fato, não se deve dissociar a Política de Boa Vizinhança dos acontecimentos no cenário internacional, mas é preciso compreender melhor a evolução dos acontecimentos no plano interno norte-americano e latino-americano, o que pode revelar outros fatores importantes, além da conjuntura internacional.

Para John Bratzel, os interesses por trás da Política de Boa Vizinhança não podem ser definidos abrangendo a totalidade do período. O autor, na introdução do livro *Latin America During World War II*, aponta dois momentos distintos na Política de Boa Vizinhança.<sup>37</sup>

O primeiro seria entre 1932 e 1935, antes mesmo de Roosevelt chegar à presidência, onde o interesse prioritário seria melhorar a imagem norte-americana na região, visando principalmente aumentar o comércio, ganhando mercados para a produção norte-americana, com vistas à recuperação da crise econômica de 1929.

---

<sup>36</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, p.116.

<sup>37</sup> BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. *Latin America During World War II*. Maryland: Rowman & LittleField, 2007.

Foi durante a Conferência Interamericana em Montevideu em 1933, no Uruguai, que Cordell Hull, então Secretário de Estado, anunciou oficialmente o abandono da política intervencionista dos Estados Unidos, tentando implementar acordos econômicos de livre comércio.

Para Bratzel, nesse momento, a ação de Hull era resultado de um histórico fracassado de intervenções e do crescente ressentimento latino-americano com as políticas intervencionistas de Washington. Não haveria, portanto, neste primeiro momento, interesses de segurança nacional diretamente relacionados à ascensão de Hitler ao poder na Alemanha.

No segundo período, entre 1935 e 1942, houve uma redefinição das prioridades da Política de Boa Vizinhança, baseada, neste momento sim, no crescimento do nazi-fascismo na Europa, e no expansionismo japonês. A Política de Boa Vizinhança “*seria agora com base nos princípios de unificação do Novo Mundo contra inimigos estrangeiros*”<sup>38</sup>

Bratzel ainda afirma que as respostas latino-americanas à Política de Boa Vizinhança, e à Segunda Guerra, dependeram de inúmeros fatores como geografia, política interna, economia, relações entre os países latino-americanos, história e outras variáveis<sup>39</sup>. O que gera a necessidade de se analisar os países latino-americanos como agentes ativos na elaboração da Política de Boa Vizinhança.

Com uma análise que segue esta mesma linha, vendo dois momentos distintos da Política de Boa Vizinhança, Fred Fejes, em *Imperialism, Media, and The Good Neighbor*, opta por encontrar nos anos 20 as bases para a mudança de perspectiva norte-americana na sua relação com a América Latina.

Para Fejes, a Primeira Guerra Mundial havia enfraquecido os países europeus, tornando as justificativas de intervenção pouco plausíveis ao público norte-americano. Por outro lado, era perceptível que a América Latina estava passando por mudanças sócio-econômicas que acabariam por inviabilizar as antigas políticas intervencionistas, além, é claro, das crescentes críticas latino-americanas às políticas dos Estados Unidos para a região no âmbito político e diplomático.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup>Idem, p.3. No Original: “It would be now based on the principles of unifying the New World against foreign foes”

<sup>39</sup> Idem, p.8.

<sup>40</sup> FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986. p.28.

Fejes aponta a 6<sup>a</sup>. Conferência Panamericana em 1928 como um ponto de inflexão relevante na relação que os países da América Latina pretendiam estabelecer com os Estados Unidos, quando este foi denunciado pelas invasões do Haiti e Nicarágua, além das pesadas críticas públicas ao fato de se negarem a abrir mão das intervenções militares<sup>41</sup>.

Para o autor, entre 1933 e 1936, a Política de Boa Vizinhança visava ratificar a posição norte-americana de não-intervenção, e estimular o comércio regional, além de limpar a “sujeira” deixada pelos anos anteriores de invasões militares.

Com a exceção de Cuba, segundo Fejes, não houve grandes problemas na América Latina, até 1936, que pudessem colocar em xeque a política norte-americana de não-intervenção, facilitando o trabalho da administração Roosevelt.

Na verdade, acredito que dado o grau de influência que os Estados Unidos tinham na economia e na política interna cubana, com aliados na sociedade civil e política, a opção de Roosevelt de não intervir militarmente na crise institucional que Cuba viveu em 1933, teve efeito de uma intervenção branca. Ou seja, não intervir, sobretudo enquanto seus aliados cubanos esperavam uma ajuda significativa, era o mesmo que intervir.

Importante assinalar que neste momento, Sumner Welles, ainda secretário de Estado para a América Latina, foi enviado a Cuba a fim de trabalhar na pacificação política do país, e acabou por solicitar ao Presidente Roosevelt uma intervenção armada no país vizinho.

Na verdade, esta postura de Sumner Welles nos indica que até um dos maiores defensores da não-intervenção militar na América Latina podia recuar de seus ideais dependendo da sua interpretação da conjuntura. Segundo Gellman<sup>42</sup>, Cordell Hull teria sido contra, justamente Hull, que não era um especialista em América Latina, e nunca havia defendido antes a não-intervenção militar.

A Política de Boa Vizinhança não seria, portanto, apenas uma resposta à Grande Depressão e ao nazi-fascismo, mas também uma resposta à mudanças significativas na América Latina. Após 1936, a Política de Boa Vizinhança seria então reformulada para atender aos interesses norte-americanos na defesa do hemisfério.

---

<sup>41</sup> Idem, p.29.

<sup>42</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995.



Fejes termina comparando o *New Deal* à Política de Boa Vizinhança. Enquanto o primeiro buscou reformular as bases do capitalismo norte-americano, a Política de Boa Vizinhança redefiniu as bases das relações interamericanas, afastando os Estados Unidos do modelo de imperialismo europeu do século XIX. E, ainda segundo o autor, embora o *New Deal* e a Política de Boa Vizinhança não tenham alcançado completamente seus objetivos, preparou os Estados Unidos para o mundo pós-II Guerra Mundial<sup>43</sup>.

Avaliando a revisão que os norte-americanos fizeram do termo *imperialismo* nos anos 30, George Black, em *The Good Neighbor: How the United States Wrote The History of Central America and The Caribbean*, afirma que o termo, antes utilizado nos livros escolares para classificar as ações norte-americanas no Caribe e na América Central, foi gradualmente desaparecendo, até ser utilizado apenas para classificar a política externa européia<sup>44</sup>.

Para Black, esta seria uma indicação de que a Política de Boa Vizinhança acabou se tornando um instrumento para devolver a fé dos norte-americanos em si mesmos, mas que em última instância, alterou pouco a visão negativa que os norte-americanos cultivavam sobre o Caribe e a América Central. Entretanto, como veremos adiante, não se pode dizer que havia apenas *uma* visão da sociedade norte-americana sobre a América Latina, mas várias<sup>45</sup>.

Buscando relacionar a Política de Boa Vizinhança com a fé norte-americana em si mesma, mas chegando a conclusões distintas, Fredrick Pike, no livro *FDR's Good Neighbor Policy*, analisa a Política de Boa Vizinhança como um dos resultados de uma nova correlação de forças internas construída nos Estados Unidos após a Grande Depressão.

### ***O New Deal e a Política de Boa Vizinhança***

Para o autor, a crise de 1929 acabou por gerar uma reavaliação dos valores sociais e econômicos norte-americanos:

*“De repente, a revisão de antigas suposições e atitudes tornaram-se a ordem do dia. Os*

---

<sup>43</sup> FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986. p.37

<sup>44</sup> BLACK, George. *Good Neighbor: How the United States Wrote The History of Central America and The Caribbean*. New York: Pantheon, 1988. p.61

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*.

*americanos, sob Roosevelt, começaram a rever suas avaliações sobre vencedores e perdedores, agora que os antigos vencedores pareciam ter jogado todo o sistema em desordem e desespero, e os grupos empobrecidos dentro dos Estados Unidos e de todo o Hemisfério Ocidental passaram a ser reavaliados”<sup>46</sup>.*

A crise econômica e seus reflexos sociais, como desemprego e miséria, alteraram a visão de grande parte da sociedade norte-americana sobre si mesma, deixando-a de certa forma mais sensível aos problemas políticos e sociais enfrentados pelos latino-americanos.

Pike aponta para o surgimento de visões dentro dos Estados Unidos, como a do historiador Herbert Eugene Bolton, de que os Estados Unidos e a América Latina compartilhavam um destino comum. No contexto específico dos anos 30, o destino comum de ambos eram os graves problemas sociais e econômicos que enfrentavam.

De norte a sul do continente americano, intelectuais passaram a condenar o sistema econômico anterior – ou seja, os princípios do liberalismo clássico, indicando para muitos norte-americanos que seus vizinhos sempre estiveram certos ao estabelecerem limites, mesmo que de forma um tanto reativa e desordenada, à economia de mercado.

Para Fredrick Pike, de certo modo, a América Latina passou a ser vista por parte significativa da sociedade norte-americana, como vítima dos mesmos inimigos que então estavam atacando os Estados Unidos naquele momento.

Segundo ainda o autor, embora tal visão tenha gerado frutos para a administração Roosevelt, a América Latina se apresentava de forma mais complexa, mais forte economicamente, além de extremamente diversificada, o que colocaria o controle norte-americano da implantação da Política de Boa Vizinhança em xeque em alguns momentos<sup>47</sup>.

O que vale ressaltar é que, para o autor, a Política de Boa Vizinhança só prosperou por ser aquele um momento de crise de identidade norte-americana. Embora Hoover receba o título de inaugurador do tema Boa Vizinhança, para Pike, ele nunca conduziria ou levaria tão longe tal política, como acabou por fazer Roosevelt, principalmente pelo fato de que os

---

<sup>46</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995, p. 08. No original: “*Suddenly the revising of old assumptions and attitudes became the order of the Day. As Americans under Roosevelt began to reassess their evaluations of winners and losers, now that old-time winners seemed to have thrown the entire system into disarray and despair, traditionally poverty-stricken groups within the United States itself and indeed within the entire American hemisphere came in for reevaluation*”

<sup>47</sup> Idem. p.39

Republicanos não viam a crise como fator para se condenar o individualismo e o livre mercado, um dos pilares da identidade norte-americana.

Por outro lado, os Democratas apresentaram posições mais flexíveis e críticas com relação aos valores propagados nos Estados Unidos antes de 1929, valores estes que muitas vezes foram usados para afirmar sua superioridade com relação à América Latina.

*“Cada vez mais eles [norte-americanos] estavam prontos para concordar com os ideólogos do New Deal de que a América estava em apuros porque tinha vivido sob o credo de um excessivo individualismo. Eles estavam prontos para acreditar que seu país agora enfrentava o desafio de criar um forte tecido social através de programas do governo que visa asfixiar o individualismo”<sup>48</sup>*

Diferentemente do afirmado por George Black, para Pike, por volta de 1940, um segmento maior da população dos Estados Unidos passou a olhar a América Latina com outros olhos. A posição pelo não engajamento norte-americano na política externa européia, criava espaço apenas para um relacionamento mais estreito com a América Latina.

Houve nesse período um aumento da projeção do chefe do executivo no cenário político dos Estados Unidos, muito parecido com o que ocorria na América Latina há algum tempo. A própria personalidade de Roosevelt agradava os seus vizinhos, pois este se parecia muito mais com um homem do mundo agrário sulista do que com um capitalista do norte dos Estados Unidos.

Em suma, Roosevelt surgiria como um líder de grande carisma, o que favoreceu a redefinição das prioridades nacionais norte-americanas, e contribuiu para uma boa receptividade na América Latina.<sup>49</sup>

Outro ponto importante levantado pelo autor é que com a crise econômica e a conseqüente perda de confiança em seus valores, os norte-americanos se tornaram mais abertos ao relativismo cultural, tornando o país um solo fértil para as idéias de intelectuais

---

<sup>48</sup> Idem, p.43. No original: “More and more they were ready to agree with the New Deal ideologues that America was in trouble because it had lived by a credo of excessive individualism. They were ready to believe that their country now faced the challenge of creating a stronger social fabric through government programs aimed at stifling individualism”

<sup>49</sup> Idem, p.143.

críticos da perspectiva evolucionista e civilizatória, como é o caso do antropólogo Franz Boas, que defendia a não hierarquização das culturas.

No primeiro discurso como candidato à presidência, Roosevelt afirmou: “*Assumo um compromisso com vocês, assumo um compromisso comigo mesmo de fazer com o povo americano um novo trato, um new deal*”<sup>50</sup>

Como afirmado acima, o New Deal fora bastante influenciado pelo movimento progressista do início do século XX.<sup>51</sup> Entretanto, é importante ressaltar que guardou algumas diferenças importantes.

Como afirma Limonic<sup>52</sup>, enquanto no progressivismo, questões relativas à moral individual eram fundamentais, os construtores do New Deal concentravam seus interesses prioritariamente nas reformas econômicas, tendo pouco interesse pelo comportamento individual. “*A coalisão do New Deal reuniria diversos segmentos da sociedade americana que percebiam o Estado como o agente regulador da economia e promotor do bem-comum*”<sup>53</sup>

No início dos anos 30, o corporativismo surgia como opção ao colapso do capitalismo liberal. E nesse período nos Estados Unidos pode-se perceber a predominância do poder executivo e significativa intervenção estatal na economia.

Segundo Schivelbusch<sup>54</sup>, havia na Europa uma percepção geral de que o New Deal era tão anti-liberal em aspectos sociais e econômicos quanto o fascismo, embora não interferisse nos pilares da democracia norte-americana. Ainda segundo o autor, o modelo intervencionista norte-americano não precisou assumir um caráter opressor como na Europa, posto que o sentimento de luta entre as classes sociais praticamente não existia nos Estados Unidos naquele momento.

Por outro lado, percebemos que esta visão do autor que reproduz o mito do consenso na sociedade norte-americana no período não se sustenta, o que pode ser demonstrado pelo fato de que o caráter militarista sobressai nos primeiros discursos públicos de Roosevelt. O presidente se valeu com frequência de metáforas de guerra para

---

<sup>50</sup> Apud. Idem, p.72

<sup>51</sup> SCHIVELBUSCH, op. cit. p. 46.

<sup>52</sup> LIMONCIC, Flávio. *Os Inventores do New Deal: a construção do sistema norte-americano de relações de trabalho nos anos 1930*. Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos. Vol 2, Rio de Janeiro: Contracapa, 2003

<sup>53</sup> Idem, p. 65.

<sup>54</sup> SCHIVELBUSCH, op. cit. p. 22

estimular o apoio às suas reformas sociais e econômicas, indicando que havia visões antagônicas entre diferentes setores da sociedade dos Estados Unidos.

A NRA (Administração da Recuperação Nacional) foi estabelecida nos mesmos padrões da War Industrial Board, em 1917, subordinando a produção das indústrias às necessidades do país em tempos de guerra. A NRA foi instituída ainda no âmbito do Primeiro New Deal (1933 – 1934), visando controlar a economia por meios de acordos entre empregados e empresários, trabalhadores e governo, estabelecendo limites para os preços, salários e competição.

Devido aos poucos resultados econômicos, Roosevelt lançou em 1935 o Segundo New Deal, ampliando os programas de assistência social, impostos sobre fortunas privadas. Ainda nesse período o governo passou a incentivar a sindicalização e a previdência social para os desempregados.<sup>55</sup>

Segundo Purdy,

*“inteligentemente usando os meios da propaganda política, apelando aos sentimentos de justiça social e fazendo alianças com partidos regionais, sindicatos, intelectuais e muitos imigrantes, Roosevelt e o partido Democrata construíram um programa político que duraria duas gerações.”*<sup>56</sup>

Na verdade os imigrantes e os sindicatos participavam pela primeira vez de modo intenso na vida política nacional, garantindo seu apoio majoritário ao partido Democrata até os dias atuais<sup>57</sup>.

Entretanto, é importante considerar a importância do carisma pessoal de Roosevelt e suas estratégias de propaganda visando alcançar o povo comum norte-americano para a implementação das reformas propostas no âmbito do New Deal. O rádio foi o veículo principal de comunicação de Roosevelt com as massas, criando uma intimidade com cada cidadão norte-americano, tendo seus discursos pronunciados cuidadosamente, e muitas vezes proibindo a transmissão ao vivo dos mesmos, por medo de fugir ao padrão de qualidade estabelecido.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> PURDY, Sean, op.cit. p.209

<sup>56</sup> Idem, p.210.

<sup>57</sup> Idem, Ibidem.

<sup>58</sup> SCHIVELBUSCH, op. cit. p. 57

A propaganda governamental levava em conta a percepção do público norte-americano sondada por algumas agências públicas. Uma das principais diferenças entre as estruturas de propaganda do nazismo e do New Deal era que, enquanto o primeiro se concentrava nas mãos de um ministro, o segundo estava dividido entre várias agências com responsabilidades diferentes.<sup>59</sup>

Obviamente Roosevelt precisava criar algum tipo de controle sobre a imprensa, e foi justamente contra as emissoras de rádio que o governo norte-americano aplicou a mais severa censura indireta. Até 1934, as licenças para as estações de rádio operarem durava três anos, sendo substituídas, a partir de então, por uma licença de apenas seis meses. Segundo Schivelbusch, os rádios alinharam-se automaticamente com o governo.<sup>60</sup>

Mesmo o mercado livre, pedra angular do liberalismo clássico, passou a ser alvo do governo norte-americano. Mais uma vez recorrendo à retórica militarista, o governo Roosevelt implantou a *Blue Eagle* como forma de controlar o mercado. A marca vinha nos produtos de empresas que aceitavam cooperar com os programas do governo, e o público era encorajado a ignorar produtos de industriais que não recebiam o certificado de colaborador.

Segundo Schivelbusch<sup>61</sup>, a campanha *Blue Eagle* seguiu os mesmos caminhos da *Liberty Bond Campaign*, durante a Primeira Guerra Mundial, quando os nomes dos colaboradores eram publicados nos correios. A adesão ao programa era voluntária, mas as empresas que se negavam a participar não eram toleradas pela opinião pública, sendo indiretamente boicotadas pelo governo.

Com relação à política externa, mais especificamente para seus vizinhos, segundo Pike, a maioria dos norte-americanos passou a se identificar com uma corrente ou “tipo” de latino-americano específico: uns se relacionariam com os arielistas, outros com os artistas mexicanos ou com os pensadores engajados em assuntos políticos. Havia ainda os amantes do cinema que passaram admirar os atores latinos, e etc.

Por outro lado, um segmento da intelectualidade latino-americana que, em boa medida nos anos 20 atacava a cultura norte-americana, passou também a revisar suas considerações, encontrando pontos positivos na cultura yankee.

---

<sup>59</sup> Idem, p.77.

<sup>60</sup> Idem, p.79

<sup>61</sup> Idem, p.91.

*“Como os próprios gringos, os latinos ficaram confusos sobre que tipo de pessoa morava do outro lado da fronteira. Este foi um passo à frente, de certa forma um dos mais importantes do período de Política de Boa Vizinhança”*<sup>62</sup>

As análises de Pike inovam no sentido de buscar na política interna e na sociedade norte-americana as possibilidades para o desenvolvimento da Política de Boa Vizinhança, sem descuidar de perceber a América Latina, de forma geral, como ator importante nessa política.

Por outro lado, Pike acaba por não dar muita atenção aos antecedentes culturais que possibilitaram a disseminação das idéias de solidariedade hemisférica no interior dos Estados Unidos.

Embora esteja implícito que as visões negativas sobre a América Latina vinham sendo revisadas em setores da sociedade norte-americana nas décadas anteriores a 1930, talvez falte uma análise mais profunda das diferenciações entre os países latino-americanos que passaram a ser construídas nos Estados Unidos antes do governo Roosevelt.

Na verdade, a pouca atenção de Pike pode ser explicada pela idéia central do livro: *compreender o processo de construção/aceitação da Política de Boa Vizinhança dentro dos Estados Unidos*. Entretanto, em outro livro publicado dois anos antes do analisado acima, em 1993, Pike analisa justamente os anos prévios a 1930.

Em *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*, Pike aponta para o surgimento do *wellborn* latino-americano nas representações da elite norte-americana nos anos entre 1900 e 1930.

Segundo o autor,

*“os norte-americanos começaram a fazer o que as elites latino-americanas tinham por longo tempo os criticado por não fazerem: eles tinham desenvolvido alguma capacidade de distinguir entre as massas latino-americanas supostamente canhestras e as elites refinadas”*<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995. p. 115. No original: *“Like gringos themselves, Latins grew confused about what sort of person lived on the other side of the border. This was a step ahead, in some ways the biggest one taken during the entire Good Neighbor era”*.

<sup>63</sup> PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993, p.196. No original: *“Americans had begun to do what Latin American elites had long chided them for not doing: they had developed some ability to distinguish between purportedly uncouth Latin American masses and highly refined elites”*

Mesmo caracterizando os governos de Theodore Roosevelt como extremamente violentos em relação à América Latina, na primeira década do século XX, sobretudo na América Central e Caribe, já nesse período encontramos algum movimento de diferenciação de alguns países latinos e de segmentos de suas populações nas representações norte-americanas.

Para Shoultz<sup>64</sup>, mesmo antes da Política de Boa Vizinhança na década de trinta, pensava-se em “*apaciar a América do Sul ‘desenvolvida’*” e “*controlar a região do Caribe*”, caracterizando diferentes olhares sobre a América Latina, nos quais, em alguns casos, a cooperação poderia ser considerada.

Seguindo na mesma direção, Pedro Tota<sup>65</sup> em *O Imperialismo Sedutor*, afirma que embora existisse dentro dos Estados Unidos uma imagem desabonadora da América Latina, “*essa imagem de superioridade começou a ser criticada por uma corrente de intelectuais americanos que se formou principalmente após a Primeira Guerra Mundial*”<sup>66</sup>.

Para o autor, embora a Política de Boa Vizinhança tenha sido uma tentativa pacífica dos Estados Unidos de penetrar ideológica e economicamente na América Latina, tratou-se de uma política de amplo espectro.

Entretanto, a América Latina não foi passiva neste processo. Analisando especificamente o Brasil, Tota afirma que “*vivia-se em meados dos anos 30, uma mudança de paradigma. A Europa liberal era relacionada com passadismos. A modernização vinha da América do Norte. Ou, para alguns, da Alemanha*”<sup>67</sup>.

Tais análises nos remetem à necessidade de pensar de forma mais flexível a contraposição Estados Unidos x América Latina, encontrando de ambos os lados visões mais flexíveis sobre o Outro.

É interessante citar uma reportagem do jornal norte-americano *New York Herald*, publicado durante a 3ª Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro em 1906, onde este, ao tentar desmistificar a imagem do Brasil nos Estados Unidos, nos mostra por

---

<sup>64</sup> SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000, p.322.

<sup>65</sup> Para saber mais acerca de trabalhos realizados no Brasil que analisam a Política de Boa Vizinhança sob a perspectiva de troca cultural ver: MENDONÇA, Ana Rita. *Carmem Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>66</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p.30.

<sup>67</sup> Idem, p.16



comparação, alguns dos estereótipos correntes no período e o esforço para torná-los desprovidos de sentido.

Num dos trechos mais interessantes, o jornal escreve em caixa alta: “PEOPLE ARE NOT LAZY”. Ora, por dedução podemos sugerir que havia uma forte idéia do brasileiro como preguiçoso entre os leitores nova-iorquinos. A matéria diz ainda:

*“Indolência? Para alguém que esteja aqui a palavra produz um sorriso. Se alguma vez houve população enérgica, ela está na cidade do Rio de Janeiro. Nova York, Chicago e São Francisco terão que ser analisadas para se encontrar um paralelo. Em dezoito meses, criaram e concluíram não só a magnífica Avenida Central, mas duas outras avenidas de magnitude semelhante, embora não tão vistosas. Mais três avenidas estão sendo construídas, bem como o melhor sistema de docas no hemisfério ocidental, e um boulevard e diques de 5 milhas de comprimento em torno da baía, uma nova biblioteca pública, aproximando em tamanho da Biblioteca de Nova York, uma Ópera House de \$ 3,000,000 que só pode ser comparada a de Paris, e uma Academia Nacional de Artes e Ciências. [...] Todas as ruas da cidade são iluminadas, quer por gás ou eletricidade. O abastecimento de água, excelente como é agora, está sendo ampliado e estendido para prever o crescimento futuro [...]”*<sup>68</sup>

Apontar determinadas visões favoráveis à América Latina, surgidas nos Estados Unidos antes de 1930, tanto no seio político quanto social, é importante para se pensar mais adiante a Política de Boa Vizinhança não como algo artificial ou simplesmente

---

<sup>68</sup> BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular Joaquim Nabuco. 13 jul. a 29 jul de 1906. Visita do Secretário de Estado Elihu Root ao Brasil. Recortes de Jornal. No Original: “*Indolence? To one who is here on the ground the word produces a smile. If ever there was energetic population it is that of the city Rio de Janeiro. New York, Chicago and San Francisco will have to be analyzed to find a parallel. In eighteen months they have built and completed not only the magnificent Avenida Central but two other streets of similar magnitude, though not so showy. Three more streets are being built, as well as the finest dock system in the western hemisphere, a boulevard and sea wall five miles long around the whole bay front the city, a new public library, approximating in size the New York library, a \$3.000.000 opera house that can only be paralleled by that of Paris and a National Academy of Arts and Sciences. [...] Every street in the city is lighted either by gas or electricity. The water supply, excellent as it is now, is being enlarged and extended to provide for future growth [...]*”

oportunista, mas como algo que se tornou possível justamente porque se nutriu em parte dos debates políticos anteriores à Era Franklin Roosevelt e de elementos do imaginário e correntes de pensamento da sociedade norte-americana, mesmo que não fossem hegemônicas ou tivessem o relevo que adquiriram depois.

A expressão *New Deal* também contém um sentido metafórico de “*dar de novo as cartas*”, que poderíamos associar não apenas à política interna norte-americana, mas também à sua política externa. E é justamente neste momento que as cartas da política interamericana estavam sendo embaralhadas, para em breve serem distribuídas novamente.

Em suma, a Política de Boa Vizinhaça além de responder às necessidades mais imediatas do governo Roosevelt, não brotou abruptamente, mas foi o resultado de um processo que já estava em curso nos debates políticos-ideológicos nos EUA.

## Capítulo 2. SITUAÇÕES E SUJEITOS

Os dois governos de Theodore Roosevelt (1901 –1909) foram pontos de inflexão nas relações interamericanas. Se durante a maior parte do século XIX a retórica da doutrina Monroe<sup>69</sup> definiu a política externa norte-americana para os seus vizinhos ao sul, foi durante o governo de Theodore Roosevelt que os Estados Unidos assumiram explicitamente sua condição de potência continental, reivindicando o direito à intervenção nos assuntos internos e externos das repúblicas americanas, arrogando-se a posição de polícia continental no novo mundo.

No bojo do Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, os Estados Unidos intensificaram as pressões políticas sobre seus vizinhos, tendo sempre como segunda opção, caso a diplomacia falhasse, o uso da força (*Big Stick*) para fazer prevalecer seus interesses na região. “Entre 1898 e 1934 [...] os Estados Unidos lançaram mais de 30 intervenções militares na América Latina, com o envio de tropas a diversos países”<sup>70</sup>.

Por outro lado, se muitas dessas intervenções tinham como finalidade assegurar interesses econômicos de grupos privados norte-americanos, a *retórica política* vinda de Washington quase sempre se apoiava em razões “civilizatórias” e morais para justificar a necessidade de intervenções militares.

Em fins do século XIX, segundo Pamplona,

*“o Caribe transformou-se numa espécie de ‘grande lago americano’, destinado a atender à sede de investimentos de uma sólida ‘comunidade de negócios’ e às nascentes necessidades estratégicas e militares norte-americanas.[...] O expansionismo norte-americano necessitou, porém, de justificativa ante a opinião pública[...] Assim, através da noção de ‘povo escolhido’ que teria como missão difundir as tradições democráticas e igualitárias da Revolução Americana, com as quais ainda acreditavam fundamentar suas ações, fez-se o ajuste com as práticas concretas*

---

<sup>69</sup> Corolário Roosevelt não assumia explicitamente direito sobre territórios na América Latina, mas assegurava o direito de intervenção nos assuntos externos e internos dos países americanos. Para ver mais: PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.85.

<sup>70</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.87.

*que exigiam o emprego da força para a expansão do comércio e do poderia naval norte-americano.”<sup>71</sup>*

Embora seja possível identificar alguns movimentos vindos da sociedade civil que questionavam as práticas internas e externas do governo norte-americano, como nos casos do transcendentalista Thoreau e William James, que fundou a Liga Antiimperialista em 1899, a retórica civilizatória e moral encontrava amplo respaldo nas representações construídas dentro dos Estados Unidos sobre sua própria identidade e sobre os povos latino-americanos durante grande parte do século XIX.

Segundo Feres Jr<sup>72</sup>, pode-se observar que até mesmo na linguagem cotidiana norte-americana foram sendo criadas diferenças, a princípio irreconciliáveis, entre o modo como o *main-stream* norte-americano se imaginava e o modo como representava seus vizinhos.

Embora seja um país com grande variedade étnica e cultural, a “tradição” norte-americana está extremamente vinculada aos imigrantes anglo-saxões de religião protestante, que chegaram ao novo mundo com a missão de fundar uma nova civilização, composta por homens escolhidos por Deus, destinados a desempenhar um caráter redentor na história da humanidade.

Aspectos culturais como a religião (católicos x protestantes) também eram vistos como algo marcante, que justificava o desenvolvimento socioeconômico dos Estados Unidos e o atraso latino-americano.

Segundo Fredrick Pike, grande parte do século XIX revela um Estados Unidos preconceituoso em relação à América Latina. Ao ter seus “*defeitos*” realçados pelo vizinho do norte, os países latino-americanos em poucos momentos tiveram reconhecidas suas peculiaridades e diferenças, sendo retratados nas representações norte-americanas quase sempre como um todo monolítico. “*Com notáveis exceções, influentes homens de negócios*

---

<sup>71</sup> PAMPLONA, Marco. A. V. *Revendo o Sonho Americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1996. p.20-33.

<sup>72</sup> FERES JR. João. *A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

e letras partilharam a tendência de ver todos os latinos como recém saídos do barbarismo.”<sup>73</sup>

A auto-representação WASP<sup>74</sup>, hegemônica nos Estados Unidos, definia continuamente as qualidades que deveriam acompanhar um povo civilizado: *auto-controle, racionalidade, controle da libido* etc., buscando desvencilhar-se do que seriam sentimentos e atitudes ligadas aos animais irracionais.

Por outro lado, os latino-americanos eram vistos como *passionais, pouco confiáveis, preguiçosos, descontrolados, destemperados e sujos*. Fredrick Pike nos traz uma análise bastante esclarecedora sobre o tipo de oposição assimétrica que era possível ser feita naquele momento entre os norte-americanos, comparando dois heróis das independências no continente americano:

*“Um herói simbolizava a dignidade, modéstia, perfeito gentlemanliness, serenidade, grandeza, a gravidade, altivez, e também ‘uma forte paixão controlada por uma razão deliberada’. Este herói, é claro, foi George Washington [...] Em contraste, Bolívar, como observado a partir do norte, manteve as qualidades do índio e da cultura negra [...] De sangue quente e, muitas vezes, incapaz de controlar o seu temperamento, Bolívar também se revelou incapaz de controlar sua sexualidade [...]”*<sup>75</sup>

Entretanto, não só os norte-americanos criavam estereótipos sobre seus vizinhos do sul, estes também olhavam com interesse para o norte. Em 1900, o pensador uruguaio José Enrique Rodó publicou a obra *Ariel*, declarando uma espécie de independência cultural latino-americana sobre os valores do materialismo norte-americano. A recepção de sua obra entre a intelectualidade do continente deu origem ao *arielismo*, movimento cultural com penetração substancial nas Américas, tanto do sul quanto também do norte.

---

<sup>73</sup> PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993. p.47. No original: “With notable exceptions, influential men of affairs and letters shared in the tendency to see all Latin as little removed from barbarism.”

<sup>74</sup> White, Anglo-saxon and Protestant. (Branco, Anglo-saxão e Protestante).

<sup>75</sup> PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993. p.62-64. No original: “One hero symbolized dignity, modesty, perfect gentlemanliness, serenity, grandeur, gravity, loftiness, and also ‘a strong passion controlled by deliberated reason’. This hero, of course, was George Washington [...] In contrast, Bolívar, as observed from the north, retained the qualities of the Indian and Negroid culture. [...] Hot-blooded and often unable to control his temper, Bolívar also proved incapable of cubing his sexuality [...]”.

De forma simplificada, podemos dizer que o *arielismo* se insurgiu contra os valores pragmáticos e materialistas do capitalismo anglo-saxão. Para Rodó, os latino-americanos deveriam desenvolver os seus próprios valores espirituais baseados na mentalidade greco-latina de beleza, e na caridade cristã. Uma sociedade baseada no utilitarismo econômico, como ele via os Estados Unidos, estaria fadada à mediocridade cultural e à derrocada social.

Acima das divisões políticas nacionais da América Latina, haveria uma cultura superior, transnacional, compartilhada pela raça latina; e esta deveria protegê-la e promover seu desenvolvimento. Dentre os diferentes aspectos do arielismo, podemos destacar o sentimento de educação social (único caminho para a preservação dessa cultura idealizada), servindo de inspiração a intelectuais como Manuel Ugarte (Argentina, 1878-1951) e José Vasconcelos (México, 1882-1959).

Por outro lado, intelectuais como Arturo Torres (Colômbia, 1867-1911) e Rufino Blanco-Fombona (Venezuela, 1874-1944) repetiam incansavelmente as mazelas que a penetração econômica e cultural norte-americana trariam à raça latina como um todo. Nestes termos, podemos avaliar que o *arielismo* também podia produzir em alguns casos oposições assimétricas entre latinos e anglo-saxões, vinculando de forma quase inseparável cultura e “raça”.

Porém, o dito materialismo da “raça” anglo-saxã era também identificado como um traço característico, e criticado por alguns setores da própria sociedade norte-americana. Esta estava ressentindo-se das mudanças econômicas e sociais por que passava em fins do século XIX e início do século XX. Neste momento, observa-se um rápido desenvolvimento industrial, acompanhado de uma crescente urbanização do país.

Para Pamplona,

*“essas e outras circunstâncias acabariam por ajudar a abalar o conjunto de crenças e valores tradicionais da sociedade americana que, tendo como referência um bucólico século XIX, não mais pareciam fazer sentido perante as transformações dos novos tempos.”<sup>76</sup>*

---

<sup>76</sup> PAMPLONA, Marco. A. V. *Reverendo o Sonho Americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1996. p.21.

O *ariélismo* também se difundiu entre vários intelectuais norte-americanos, saudosos do agrarismo romântico, que passaram a compor uma interpretação própria do arielismo latino-americano.

Para Pike, os intelectuais arielistas norte-americanos viam grande parte de seus compatriotas exatamente como Rodó os apresentava, *uma massa de gente vulgar, possuídas por um apetite materialista que estaria dominando o país*, cabendo aos pensadores, artistas, literários; em suma, a elite letrada, evitar um destino terrível ao país. Esta corrente, iniciada no começo do século XX, ganhou robustez, batendo às portas da administração de Franklin Roosevelt nos anos 30<sup>77</sup>.

Criou-se então uma disposição entre os intelectuais *arielistas* norte-americanos de que eles e as elites latino-americanas compartilhavam o mesmo destino: *a preservação de uma cultura superior, atacada a todo instante pela massificação cultural e pelo materialismo*.

Como aponta Pedro Tota, nos anos 20, *“uma geração de intelectuais norte-americanos começava, em sintonia com os latino-americanos, a questionar o caráter segregacionista e materialista-consumista da sociedade americana.”*<sup>78</sup> Neste sentido, segundo ainda Pedro Tota, Waldo Frank foi um dos intelectuais que mais tentaram sintetizar nesse período, cultura e natureza.

*“Frank [...] reelaborou a interpretação popularizada segundo a qual os Estados Unidos foram sempre vistos como a parte masculina e os povos latino-americanos, como a parte feminina das Américas. Para ele deveria haver uma união entre as partes feminina e masculina da América, e não a dominação de uma sobre a outra”*<sup>79</sup>.

O grau de influência que este movimento obteve entre os círculos dirigentes norte-americanos carece de uma pesquisa mais aprofundada, mas com certeza não foi totalmente ignorado pela elite política norte-americana. Outro fator que contribuiu para relativizar os

---

<sup>77</sup> PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993.

<sup>78</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.35.

<sup>79</sup> Idem, *Ibidem*.

estereótipos norte-americanos sobre a América Latina foi o próprio desenvolvimento econômico e político que algumas repúblicas americanas experimentaram no começo do século XX.

Em um interessante artigo, Ricardo Salvatore, buscou analisar o estudo do empresariado norte-americano acerca das possibilidades comerciais na América do Sul, entre 1890 e 1925. O Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, criado na Primeira Conferência Americana em 1889, desde o início se dedicou a estudar as possibilidades de investimentos rentáveis na América Latina, trabalhando de forma a seduzir o empresariado e industriais norte-americanos com reportagens que demonstrassem as oportunidades de negócio que estavam surgindo nos países vizinhos.

Neste processo, segundo Salvatore, começou a haver, sob o ponto de vista empresarial, uma diferenciação dos países da América Latina. “*A distinção das populações da região de acordo com o estágio que ocupavam na escada do ‘progresso’ e da ‘civilização’ era algo que fazia muito sentido do ponto de vista empresarial*”<sup>80</sup>

O próprio presidente Theodore Roosevelt, ao anunciar a formulação oficial do Corolário que levaria seu nome, apontou Brasil, Argentina e Chile como exemplos de países que lograram uma estabilização social satisfatória, e não “necessitariam”, portanto, de uma intervenção militar<sup>81</sup>.

Mesmo caracterizando os governos de Theodore Roosevelt como extremamente violentos em relação à América Latina, sobretudo na América Central e Caribe, já nesse período encontramos algum movimento de diferenciação entre os países latinos nas representações norte-americanas.

Para Ricardo Salvatore<sup>82</sup>, a virada entre os séculos XIX e XX marca um período de grande interesse norte-americano pela América do Sul, estabelecendo a base de um imperialismo informal. Este teria sido construído através de variados argumentos e

---

<sup>80</sup> SALVATORE, Ricardo D. Primeira Visões Americanas de um Mercado Hemisférico na América do Sul. In: TORRES, Sonia (org) Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. p.168.

<sup>81</sup> BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brasil, Argentina e EUA: da tríplice aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

<sup>82</sup> SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un Império y las Formas de Representación de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2006



justificativas, assim como através de diferentes agentes e mediadores, como escritores, missionários, cientistas, organizações sindicais etc.

Tal projeto imperialista informal não era monolítico e sem ambigüidades, mas sim um terreno intensamente disputado. Havia a necessidade naquele momento de se traduzir a América Latina de forma a torná-la inteligível aos norte-americanos, produzindo textos, imagens e outras formas de representações que geraram, sob muitos aspectos, estereótipos e simplificações, mas também procuravam justificar o interesse pelos vizinhos.

Podemos observar duas diferenciações claras introduzidas nos discursos lançados neste período: 1º As **elites** latino-americanas apresentavam um grau elevado de cultura, que não condizia com a **população mestiça** do continente em geral; 2º A América do Sul e a América Central apresentavam características e níveis de civilização diferentes, sendo o Caribe a área mais necessitada do “paternalismo” norte-americano.

É importante salientar que internamente ocorria nos Estados Unidos, no início do século XX, uma forte discussão entre intelectuais acerca do que seria o verdadeiro sentido norte-americano. Segundo Cecília Azevedo.

*“conhecida como a era do progressivismo, inúmeros intelectuais envolveram-se em acalorados debates sobre as reformas necessárias ao aperfeiçoamento da democracia, com vistas a reduzir as desigualdades sociais flagrantes e as possibilidades e vias de americanização dos imigrantes”<sup>83</sup>.*

O encontro com o Outro, portanto, se dava tanto no âmbito interno quanto externo, gerando acaloradas discussões sobre a identidade nacional naquele momento turbulento. Como afirma Purdy Sean, as últimas décadas do século XIX nos Estados Unidos foram marcadas pelo surgimento de diversos movimentos sociais, - feministas, planejadores urbanos, socialistas -, que criticavam a miséria, a falta de direitos políticos e a concentração de riquezas.

Em muitos aspectos, durante a “era progressivista” surgiram diversas correntes que apontavam a necessidade da intervenção estatal na economia, visando estimular um Estados Unidos mais justo, e políticas públicas que prevenissem conflitos sociais. “*Novos setores*

---

<sup>83</sup> AZEVEDO, Cecília. *Amando de Olhos Abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos Estados Unidos*. (in) VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, n° 38, Jul/Dez 2007. p.253.

*da população começaram a formular suas próprias noções de liberdade e do sonho americano.*”<sup>84</sup>

Por outro lado, é importante salientar que o início do século XX também marca o surgimento e consolidação de diversas tradições norte-americanas como o juramento de fidelidade à nação, ficar em pé durante a execução do Hino Nacional e a comemoração do dia da Bandeira.

A idéia de raça superior e raça inferior tinha se tornado um componente importante dos discursos públicos norte-americanos. Para Purdy<sup>85</sup>, o conceito de “raça”, como sinônimo de diferenças biológicas e culturais, passou a ser invocado para explicar as desigualdades sociais e econômicas entre povos diferentes. Sendo que os brancos, originados na Europa ocidental e do norte, passaram a serem associados a populações bem sucedidas e organizadas. Não por acaso, os imigrantes não brancos, latinos e asiáticos, passaram, junto à população negra, a serem alvos de discriminação racial.

*“Freqüentemente, imigrantes não tinham outra escolha senão adaptar sua dieta, roupa, língua e estilo de vida ao padrão americano para tentar evitar maiores discriminações, inclusive no mundo do trabalho”*<sup>86</sup>

O próprio presidente Theodore Roosevelt apregoou que para que não houvesse a derrocada da nação, todos, inclusive os imigrantes, deveriam viver e trabalhar como “norte-americanos”, aderindo aos valores do individualismo liberal e da ética puritana do trabalho<sup>87</sup>.

Entretanto se é possível encontrar no campo da retórica política, e em certos movimentos intelectuais norte-americanos, alguns indícios de relativização dos estereótipos sobre a América Latina, os primeiros anos do século XX ficariam marcados pelo aumento de pressões políticas e ameaças militaristas dos Estados Unidos como instrumentos de cobranças sobre os vizinhos.

Os Estados Unidos protegiam fortemente seus cidadãos e empresas em casos de prejuízos financeiros causados, direta ou indiretamente, por governos latino-americanos;

---

<sup>84</sup> PURDY, Sean. O Século Americano. KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p.178

<sup>85</sup> PURDY, Sean. O Século Americano. KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p.180

<sup>86</sup> Idem, Ibidem.

<sup>87</sup> AZEVEDO, Cecília. *Amando de Olhos Abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos Estados Unidos.* (in) VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007. p.253.

isso significava na prática, o uso de canhoneiras como “moeda de troca” nas cobranças de dívidas.

Por outro lado, vários países europeus apresentavam inúmeras demandas semelhantes, e também não abriam mão do uso da força militar nas negociações, testando de certa forma os limites da doutrina Monroe. O choque de interesses entre norte-americanos e europeus não tardou a ocorrer. O caso mais emblemático seria o da Venezuela, no final do século XIX, que acabou comprometendo diretamente a política externa agressiva norte-americana nos primeiros anos do século XX.

Vários credores de países europeus e dos Estados Unidos há muito tempo reclamavam indenizações ao governo da Venezuela por supostos prejuízos causados por ações administrativas e o que consideravam políticas equivocadas de Caracas. Porém, o governo venezuelano insistia que as reclamações fossem feitas dentro do sistema jurídico nacional (postura apoiada pelo jurista argentino Carlos Calvo).

*“Calvo insistia que os investidores e credores não mereciam direitos especiais simplesmente por serem estrangeiros. No fim de 1902, a doutrina de Calvo foi suplementada por uma nota formal diplomática do Ministro do Exterior da Argentina, Luís Drago, aos Estados Unidos. Escrita durante mais uma das crises de reivindicações venezuelanas, o longo memorando de Drago começava por observar que a ‘recuperação de empréstimos por métodos militares supõe uma ocupação territorial’. Isto, prosseguia ele, era o contrário do princípio de igualdade de soberania, há muito apoiado pelos Estados Unidos e violava a Doutrina Monroe”<sup>88</sup>.*

Mas, segundo a política oficial de Washington, qualquer nação europeia que se sentisse lesada poderia se utilizar da força militar contra os países que se “comportassem mal”. A única ressalva seria em caso de anexação de território, o que não seria tolerado pelo governo de Theodore Roosevelt.

Mais de dez países, incluindo os Estados Unidos, tinham demandas contra o governo de Caracas, o que culminou em 1902 com o bloqueio naval empreendido por

---

<sup>88</sup> SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000, p.206.

Inglaterra e Alemanha à Venezuela. O impasse foi mais tarde transferido para a Corte Permanente de Arbitragem em Haia, que decidiu pelo pagamento venezuelano das demandas consideradas legítimas. O único precedente aberto, que assustou Washington, foi a decisão de que os países que empreenderam o bloqueio teriam prioridade na ordem dos pagamentos.

O problema não era necessariamente receber as indenizações pretendidas pelos norte-americanos depois - até porque o próprio governo dos Estados Unidos havia declarado sem fundamento 99,5% das reclamações de seus cidadãos -, o grande perigo seria uma corrida de potências européias em bloquear portos latino-americanos para, além de forçar o pagamento das indenizações, terem prioridades nas ordens de pagamentos, abrindo possibilidades de invasões e anexações territoriais.

Foi nesse contexto que os Estados Unidos passaram a agir no subcontinente como polícia continental, antecipando-se à presença militar européia na região.

Mas as relações interamericanas não ficariam marcadas nesse momento apenas pelas constantes ingerências norte-americanas nos assuntos políticos e econômicos de seus vizinhos.

Paralelamente ao aumento das pressões militares, em fins do século XIX, os Estados Unidos já buscavam um caminho alternativo de construção de relações econômicas e políticas, ao menos nominalmente multilaterais, através das conferências internacionais americanas.

A primeira conferência internacional americana, realizada entre outubro de 1889 a abril de 1890 em Washington, teve como principal resultado a criação de um escritório de comércio para as repúblicas americanas.

Os Estados Unidos pretendiam confrontar a influência econômica européia na América Latina, sobretudo inglesa; por isso, mais do que um pacto aduaneiro, os Estados Unidos tentaram criar um *ZOLLVEREIN* (modelo de união aduaneira criada em 1833 pelos antigos Estados germânicos), onde caberia aos norte-americanos aplicar e recolher as tarifas comerciais dos países do continente.

Esta primeira Conferência obteve poucos resultados práticos, aproveitando, das propostas originais, apenas a criação do Escritório de Comércio para as Repúblicas Americanas, com sede em Washington. Mais tarde, outras conferências se sucederam, sendo realizadas em diferentes capitais latino-americanas.

E seria justamente durante a terceira edição das conferências interamericanas, realizada no Rio de Janeiro em 1906, que veríamos uma brecha importante na política externa intervencionista do governo de Theodore Roosevelt para a América Latina.

A Terceira Conferência Internacional Americana realizou-se na cidade do Rio de Janeiro entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906. Com exceção do Canadá (que não foi convidado), do Haiti e da Venezuela, todas as demais nações americanas marcaram presença.

Para além dos problemas prévios para se definir a agenda do encontro, grande parte da imprensa continental acentuava o caráter de confraternização que a conferência sugeria. Corroborava para este sentimento a presença do secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, no encontro, antes de prosseguir para visitas a Argentina e Chile. Esta seria a primeira viagem oficial ao exterior de um Secretário de Estado norte-americano.

Elihu Root nasceu em Clinton, Nova Iorque, em 1845, graduando-se em Direito pela Universidade de Nova Iorque em 1865, tornando-se posteriormente conselheiro jurídico de grandes empresas como bancos, ferrovias etc. Sua vida política girava em torno do partido Republicano em Nova Iorque, e em 1899, foi convidado pelo então presidente norte-americano, McKinley, para assumir a secretaria da Guerra. Embora nunca tivesse desempenhado trabalhos relacionados à organização militar, era justamente sua sagacidade na área do Direito que o fizera se tornar o nome preferido pelo presidente.

Dentre as reformas empreendidas por Root na secretaria da Guerra, estavam a fundação da Escola de Guerra, o aumento do controle sobre a Guarda Nacional e a criação de novos critérios de promoção militar. Em 1905, após algum tempo afastado da vida pública, foi convidado pelo presidente Theodore Roosevelt a assumir a secretaria de Estado norte-americana.

Elihu Root tomou para si as rédeas das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, controlando muitas vezes os discursos impacientes e ameaçadores do próprio presidente Roosevelt, optando por uma postura mais amena em diversas ocasiões.

Sua chegada ao Rio de Janeiro, para participar da III Conferência Internacional Americana, movimentou toda a cidade, sobretudo nos arredores das vias escolhidas pelas autoridades cariocas para a passagem do cortejo.

Como noticiou o *Jornal do Comércio*:

*“Por destras do cordão duplo estabelecido pela guarda civil, apinhava-se, já nessa ocasião, uma multidão ansiosa e que, a cada momento, se tornava mais compacta, pois de minuto a minuto, bondes de carris urbanos e as barcas de Niterói despejavam no local, centenas de passageiros. [...]*

*A esse tempo, a multidão aglomerada por toda a praça aclamava calorosa e incessantemente o ministro de Estado americano, que, acompanhado do sr. Barão do Rio Branco, se dirigiu para o palanque ali armado. [...]*”<sup>89</sup>

Tal entusiasmo foi percebido pelo Embaixador norte-americano no Brasil, Lloyd Griscom, que em ofício enviado ao secretário de Estado norte-americano interino fez questão de ressaltar o *frisson* popular. *“Na chegada ao Palácio Abrantés [SIC], repouso provisório do Sr. Root, o entusiasmo foi tão grande que o Sr. Root foi obrigado a fazer um curto discurso”*<sup>90</sup>

É importante salientar que Root teve pouca participação efetiva nos trabalhos da Conferência, mas foi nomeado seu Presidente Honorário. Sua estadia na capital brasileira abrangeu encontros com diferentes atores sociais e grupos políticos, proferindo em diversas ocasiões uma importante gama de discursos políticos que podem desvendar a sua visão de interamericanismo. Tais discursos empreenderam uma espécie de malabarismo retórico na conjugação de sua idéia de fraternidade continental com as recentes intervenções militares norte-americanas, totalmente contraditórias.

Segundo Clodoaldo Bueno, a política externa norte-americana já havia criado problemas ainda durante a definição do programa de discussões da III Conferência:

*“a doutrina Monroe no momento em que Theodore Roosevelt acabava de reinterpretá-la em sua mensagem de 6 de dezembro de 1904, foi [...] excluída das discussões. Seria, de fato, contrário à natureza da mensagem pôr o assunto em um foro internacional, em que teriam assento todas as nações latino-*

---

<sup>89</sup> *Jornal do Commercio*, 28 jul. 1906. p.3

<sup>90</sup> United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1906. (In two parts). Part I (1906) Brazil*, p. 109. <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1906v01> Versão Original: *“On arrival at the Palace Abrantés[sic], Mr. Root’s temporary home, the enthusiasm was so great that Mr. Root was obliged to make a short speech”*

*americanas por eles abrangidas unilateralmente. Ficariam em situação delicada os Estados Unidos e o Brasil, uma vez que o Barão do Rio Branco concordava com os termos do corolário Roosevelt àquela doutrina”<sup>91</sup>.*

Tal interpretação dá a entender que havia uma espécie de crítica acentuada na maior parte das nações latino-americanas acerca do Corolário Roosevelt. Embora os bastidores da Conferência sejam pouco conhecidos, não é de se ignorar o fato de que o Palácio Saint-Louis, que sediou a conferência, foi, ainda durante o encontro, renomeado para Palácio Monroe, em explícita homenagem de todas as delegações a Elihu Root.

Por outro lado, é certo que o Barão do Rio Branco apoiava a política interamericana dos Estados Unidos, sendo ele mesmo quem sugeriu a homenagem da troca do nome do palácio. Mas este não estava sozinho. Mariano Cornejo, ministro plenipotenciário do Peru na Espanha, e delegado na Conferência, discursou durante a sessão especial em homenagem a Elihu Root, mostrando-se aparentemente em conformidade com as ações do governo Roosevelt.

*“Honorável ministro, seu país despeja seu calor e luz sobre todos os povos deste continente, que por sua vez, avançam em níveis diferentes de velocidade, porém no mesmo sentido [...] As idéias que você apresentou definiram não apenas os interesses, mas igualmente agitaram na alma da América todas as suas memórias, todos os seus sonhos, e todos os seus ideais”<sup>92</sup>.*

Percebe-se pela imprensa carioca que a passagem de Root pelo Brasil e outros países sul-americanos renovou a retórica de fraternidade continental. O secretário de Estado conseguia, com os seus discursos, transformar as recentes ingerências dos Estados Unidos em nações da América Central, aos olhos de alguns formadores de opinião, em algo benéfico para tais países.

---

<sup>91</sup> BUENO, Clodoaldo. *Da Pax Britânica à Hegemonia Norte-Americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826–1906)*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº20, 1997. p.06

<sup>92</sup> United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1906. (In two parts)*. Part I (1906) Brazil, p. 112. <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1906v01>. Versão Original: “[...]Honorable Minister, your country sheds its heat and light over all the people of this continent, which in their turn, advancing at different rates of velocity, but in the same direction [...] The ideas you have presented have not only defined the interests, but have also stirred in the soul of America all her memories, all her dreams, and all her ideals”

O jornal *O Paiz*, transcrevendo o editorial do periódico uruguaio, *El Dia*, demonstra como era possível na América do Sul interpretações favoráveis às intervenções norte-americanas na América Central:

*“ ‘El Dia’, de Montevidéu, jornal que se pode ter na conta de oficioso, por suas afinidades com o presidente do Uruguai, consagrou um dos seus editoriais à atitude dos Estados Unidos no último conflito centro-americano e assim se exprimiu:*

*‘Este último caso’, diz, ‘de intervenção amistosa que parece ter sido coroada de um êxito completo, inicia, ou melhor, fixa mais claramente os novos rumos da política americana [...].*

*A política de franca amizade, de tutela da paz, que o presidente Roosevelt se propõe iniciar, tende a engrandecer o continente, cujas conduções econômicas serão, ao amparo da paz, imensamente superiores às da Europa. [...].’”<sup>93</sup>*

Em seus discursos públicos, Root nem mesmo mencionava as intervenções na América Central. Suas palavras guardavam em muitos sentidos aspectos retóricos *parecidos* aos que seriam utilizados durante a política de Boa Vizinhança, implementada pelo governo de Franklin D. Roosevelt, quase 30 anos mais tarde.

Discursando para os delegados americanos, na sessão especial da conferência em sua própria homenagem, Root marcou sua singularidade em relação à política externa oficial do seu governo para a América Latina:

*“Nós, os Estados Unidos, não desejamos nenhuma vitória além da paz, nenhum território, exceto nosso próprio território, nenhuma soberania exceto sobre nós mesmos. Nós não reivindicamos, nem desejamos privilégios ou poderes que nós não concedemos livremente a cada república americana. Nós desejamos aumentar nossa prosperidade, expandir nosso comércio, desenvolver nossa riqueza e nossa sabedoria, mas nossa verdadeira concepção para realizar isto não é jogando os outros para*

---

<sup>93</sup> *O Paiz*, 31 jul. 1906.p. 5



*baixo, lucrando com a sua ruína, mas sim ajudando nossos amigos à prosperidade e crescimento comuns de modo que nós possamos juntos nos tornar maiores e mais forte.”<sup>94</sup>*

Como afirma Schoultz,

*“por quase duas décadas [entre 1880 e 1900], a política dos Estados Unidos em relação à América Latina havia sido impelida pela vigorosa onda pública de ambição imperial. O eleitorado havia escolhido líderes comprometidos com a aquisição de um império. [Mas] a opinião pública inconstante transformou-se num horizonte político diferente, e esses mesmos líderes foram deixados a sós”<sup>95</sup>.(2000, p.217)*

Elihu Root estava na verdade desempenhando uma excelente ação diplomática. Com extrema sutileza, o secretário de Estado conseguiu construir dois discursos diferentes sobre a América Latina: O Sul ganharia um status de “igualdade” em relação aos Estados Unidos, tendo sua soberania constantemente reafirmada.

Por outro lado, ao referir-se à América Central, Root em nenhum momento lhes dava a garantia de soberania. Este fato levou obviamente à diferentes interpretações sobre o corolário Roosevelt no continente, refletindo os diferentes olhares que o governo norte-americano direcionava para seus vizinhos ao sul.

Diplomatas brasileiros como Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco apoiavam a doutrina Monroe como o expoente da soberania dos países do continente americano; muito possivelmente o governo da República Dominicana, recém invadido, interpretava de forma diferente.

Alguns anos mais tarde, o diplomata Henry White afirmava, em tom confidencial, num ofício ao Departamento de Estado que os líderes sul-americanos tinham algum tipo de

---

<sup>94</sup> *New York Herald*, 2 ago. 1906. p.3. Versão Original: “*We, the United States, wish for no victories but those peace [sic], for no territory except our own, for no sovereignty except the sovereignty over ourselves. We neither claim nor desire any rights, privileges or powers that we do not freely concede to every American Republic. We wish to increase our prosperity, to expand our trade, to grow in wealth and in wisdom, but our conception of the true way to accomplish this is not by pulling down others, to profit by their ruin, but by helping all our friends to common prosperity and a common growth, so that we may all become greater and stronger together*”.

<sup>95</sup> SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000. p.217

*“ ‘desprezo pelos países da América Central, que [...] consideram uma desgraça ao próprio nome da América, e qualquer coisa que possamos fazer, seja por ocupação, proteção ou de outra maneira, para melhorar as condições existentes naqueles países, contará com sua simpatia. Posso acrescentar que do que pude descobrir, eles não consideram muito o México também ’”<sup>96</sup>.*

Porém o descompasso entre Root e seus amigos sul-americanos surgiu. Ao discursar sobre a igualdade e a soberania dos países americanos, Root viu-se diante de um impasse. Na III Conferência Internacional Americana, a doutrina Drago fora apresentada pela delegação Argentina, visando o fim das chantagens militares dos Estados credores a países latino-americanos.

Root, após viajar para a Argentina, afirmou em Buenos Aires, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos estavam intervindo na República Dominicana, que o seu país nunca considerou adequado o uso da força bélica para recolhimento de cobranças e dívidas. Tal afirmação correu o mundo e, retoricamente, deixou a impressão de um alinhamento norte-americano à Doutrina Drago, coisa que o governo dos Estados Unidos ainda não estava disposto a aceitar totalmente. O Secretário de Estado estava ultrapassando os limites da política oficial, demonstrando que esta encerra contradições.

Algum tempo depois, tentando acomodar tais contradições, Root preparou uma adaptação da Doutrina Drago para apresentá-la à conferência em Haia. Segundo sua versão, renunciava-se ao uso da força, desde que o país acusado aceitasse uma arbitragem internacional e respeitasse o seu resultado sem contestar. Neste caso, Root deixaria a porta aberta para intervenções militares necessárias em casos de governos “rebeldes”. Sua adaptação foi duramente criticada pelos seus pares latino-americanos, resultando numa explosão deveras preconceituosa de Root.

Para ele, *“Uma peculiaridade das raças latinas [sic] é que elas seguem toda a linha de pensamento até uma conclusão estrita, lógica, e são incapazes de parar e conseguir um benefício prático, como fazem os anglo-saxões.”<sup>97</sup>*

---

<sup>96</sup> Idem, Ibidem.

<sup>97</sup> Idem, p.221.

Root procurou estabelecer relações mais amistosas com a América Latina; entretanto, o secretário de Estado não logrou estabelecer uma diretriz oficial alternativa à política do *Big Stick*.

Sua visão estratégica nunca se tornou a oficial durante sua participação no governo, mas influenciou visões alternativas sobre a posição dos Estados Unidos nas relações interamericanas, tanto em âmbito político quanto empresarial.

Porém, sua atuação na III Conferência Internacional Americana não foi apenas retórica. Como comprova um interessante ofício enviado pelo embaixador norte-americano a Elihu Root alguns dias após sua partida, a idéia de fraternidade e amizade continental também visava estreitar laços econômicos e políticos.

Segundo Lloyd Griscom,

*“Alguns dias após sua visita ao Brasil, eu tive a oportunidade de observar e considerar seus efeitos, em relação aos quais eu tenho agora a honra escrever o seguinte comentário:*

*Não deve haver dúvidas que sua visita representou um grande benefício material aos interesses políticos e comerciais dos Estados Unidos.*

*Há várias gerações no Brasil, como em outras partes em América do Sul, elementos consideráveis da população que viam os Estados Unidos com a suspeita e desconfiança. [...] Remover toda esta suspeita de uma vez seria certamente uma tarefa impossível, mas pode-se dizer que, como um resultado direto de sua visita ao Brasil, a atitude do governo e da população desta república para com os Estados Unidos mudou completamente [...] Os primeiros resultados práticos de sua visita estão começando agora a se fazerem-se notar [...]*”<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1906. (In two parts). Part I (1906) Brazil*, p. 120. <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/FRUS.FRUS1906v01> Versão Original: “as some days have elapsed since your visit to Brazil I had a opportunity to observer and consider its effects concerning which I now have the honor to submit the following comment:

*There can be no question but that your visit has been a great material benefit to the political and commercial interests of the United States. For generations past there has always been in Brazil, as elsewhere in South America, a considerable elements of the population who view the United States with suspicion and mistrust [...] To remove all this suspicion at one stroke were indeed an impossible task, but it may be said that, as a direct result of your visit to Brazil, the whole attitude of the government and the people of this republic toward the United States has been revolutionalized [...] The first practical results of your visit are now beginning to make themselves seen[...]*”

O diplomata segue então anunciando possíveis incrementos comerciais, como o projeto de redução em até 20% das tarifas de importação brasileira para produtos norte-americanos proposto na Câmara dos Deputados.

Mas o que chama a atenção neste ofício são suas observações acerca do incremento das relações culturais. Segundo Lloyd Griscom, o ministro da Agricultura, Doutor Botelho “abriu seus olhos” após a visita de Elihu Root e implementou uma norma pela qual estabelecia que todos os funcionários do ministério aprendessem a falar inglês. *“Difícilmente se pode superestimar a importância da tendência a se espalhar nossa língua entre um povo que durante gerações ficou sob a influência da filosofia e literatura francesa”*<sup>99</sup>

Neste sentido, até mesmo o ministro da Justiça, Felix Gaspar, propôs que metade dos estudantes brasileiros enviados à Europa passassem a fazer intercâmbio nos Estados Unidos.

As anotações do embaixador norte-americano demonstra que Elihu Root nunca pretendeu ser apenas uma figura decorativa na conferência americana, mas, em muitos aspectos, acabou inaugurando uma nova forma de fazer política externa interamericana, colocando a retórica da fraternidade e da igualdade continental como um caminho alternativo para defender os interesses de seu país na região.

A política interamericana, empreendida pelo Secretário de Estado norte-americano Elihu Root na primeira década do século XX, demonstra como havia formas concorrentes de se perceber a América Latina nos Estados Unidos, mesmo na arena governamental. Sendo possível localizar discursos mais amistosos por parte de integrantes de governos marcados historicamente por desrespeito crônico à soberania de diversos países do continente.

Elihu Root, embora não tenha visto esta diretriz implementada de forma oficial pelo governo dos Estados Unidos, plantou, sem dúvida alguma, 30 anos antes, as sementes para a Política de Boa Vizinhança, embora, não se possa interligar os dois momentos de forma direta.

---

<sup>99</sup> Idem. Versão Original: *“One can hardly overestimate the importance of an order which will tend to spread our language among a people which for generations has been under the influence of french philosophy and literature”*

Anos mais tarde, um artigo escrito pelo futuro presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, corrobora nossa idéia de que a Política de Boa Vizinhança foi muito mais que uma estratégia pontual que visava apenas responder às necessidades norte-americanas nos anos 30 e 40.

Em julho de 1928, em artigo intitulado *Our Foreign Policy: a Democratic View*, publicado na *Foreign Affairs*, Franklin D. Roosevelt, faz uma revisão da política externa norte-americana em geral, e das relações interamericanas em particular, onde assume sua visão wilsoniana, e classifica Elihu Root, como o Republicano vivo mais importante naquela época.

Para Roosevelt, a política externa norte-americana teria tido curtos períodos de má administração ao longo de sua história, mas o suficiente para gerar ressentimentos pelo mundo.

Após 1919, todavia, os Estados Unidos teriam contribuído muito pouco para a resolução de problemas internacionais, salvo a participação na Conferência Naval de 1921.

*“Isto é sério, a não ser que tomemos a posição deliberada de que o povo dos Estados Unidos não tem nada a ver com o resto da humanidade e não se preocupa com a opinião dos outros enquanto nossas costas sejam invencíveis e nossos bolsos estiverem cheios”*<sup>100</sup>

Segundo Roosevelt, essa visão “isolacionista” não representava o real espírito norte-americano, posto que na própria Declaração de Independência, havia referências ao respeito às opiniões do resto do mundo. Mesmo a Doutrina Monroe seria antes de mais nada, um instrumento visando a paz no continente americano, passível, após as independências latino-americanas, de invasões, guerras e anexações por parte dos países da Europa.

*“Promulgado por uma gestão democrática, foi a nossa reação a tentativa desesperada da Santa Aliança de impedir o aumento do*

---

<sup>100</sup> ROOSEVELT, Franklin Delano. *Our Foreign Policy: a Democratic View*. *Foreign Affairs*. New York: Council Of Foreign Relations, July, 1928. p.03. No Original: “*This is serious unless we take the deliberate position that the people of United States owe nothing to the rest of mankind and care nothing for the opinion of others so long as our seacoasts are impregnable and our pocketbook are filled*”.

*liberalismo, interferindo nos assuntos internos de governos e esmagando revoltas nas colônias desejosas de criarem suas democracias. Aqui, novamente o pensamento da América não foi apenas egoísta, mas foi influenciado por um ideal*<sup>101</sup>

Para compreender o real espírito norte-americano, seria importante, ainda segundo Roosevelt, analisar os primeiros contatos entre os Estados Unidos e os principais países asiáticos (China e Japão), onde diferentemente dos europeus, os norte-americanos não optaram por navios de guerra para estabelecer relações diplomáticas com tais nações. Em sua leitura benevolente, a própria guerra contra a Espanha em 1898 não teria sido mais que uma ajuda ao povo cubano, oprimido por uma dominação antiquada, demonstrando a preocupação norte-americana com o bem-estar dos países vizinhos.

Uma crítica interessante de Roosevelt, no entanto, foi assinar que um dos grandes erros norte-americanos na América Latina, nesse período, teria sido apoiar os revolucionários panamenhos muito rapidamente, o que causou a divisão da Colômbia, desestabilizando a imagem dos Estados Unidos no resto do continente. A Diplomacia do Dólar, instituída poucos anos depois, também teria sido um erro crasso, posto que colocou os valores econômicos sobre os valores morais, uma inversão do real espírito norte-americano.

Neste caso, para o autor, a administração de Wilson tentara consertar tais equívocos, revogando leis abusivas, e deixando claro aos latino-americanos, através do *Mobile Speech*, em 1913, que não tinha intenção de anexar nenhum território vizinho. Outra prova das intenções multilaterais de Wilson com relação à América Latina, teria sido aceitar a intermediação de Argentina, Brasil e Chile, na contenda com o México revolucionário, em 1914. Entretanto não deixou de enviar tropas à Vera Cruz.

*“Estamos aptos a pensar na política externa da administração Wilson apenas nos termos da Grande Guerra. Esquecemos que, a partir de seus primeiros dias, ele marcou uma restauração de grande efeito moral para as*

---

<sup>101</sup> Idem, p.04. No original: “Promulgated by a Democratic Administration, it was our counter-move against the desperate attempt of the Holly Alliance to curb the rise of liberalism by interfering in the internal affairs of government and by crushing revolting colonies desirous of setting up democracies. Here again the thought of America was not solely selfish, but was influenced by an ideal.”

*nossas relações internacionais [...] Apenas a explosão da Primeira Guerra Mundial impediu o proveitoso desenvolvimento deste método de lidar com as dificuldades latino-americanas”<sup>102</sup>*

Porém, ao final da Primeira Guerra, o presidente Wilson teria mostrado ao mundo um modelo capaz de evitar guerras entre as nações. Modelo este abandonado e mal compreendido pelos norte-americanos temerosos de perder sua soberania.

Em 1919, o novo presidente acabou, na visão de FDR, por apresentar ideais vagos sobre política externa, propagando uma visão de que os assuntos internacionais não interessavam aos norte-americanos. Tal atitude acabou por jogar os Estados Unidos, incapazes de dialogar com outros países, numa desnecessária corrida armamentista, posto que para Roosevelt, a posição norte-americana no mundo era segura, e não havia ao final dos anos 20 nenhuma ameaça que justificasse o aumento da armada norte-americana.

*“A frota alemã se foi, e a marinha francesa reduzida por acordo; a Inglaterra, por conseguinte, nas atuais condições pode esquecer o seu velho medo de outra Armada. Só o mais excitado dos almirantes irá considerar seriamente a possibilidade de invasão”<sup>103</sup>*

Os Estados Unidos estariam desde 1919 dando passos equivocados ao abandonar totalmente a Liga das Nações, embora segundo ainda Roosevelt, os eleitores norte-americanos não estavam errados ao se negarem a apoiar uma entrada efetiva dos Estados Unidos na Liga e na Corte Internacional de Justiça, porém uma participação seletiva seria apropriada. Poderia haver uma forma pela qual os Estados Unidos cooperassem sem ameaçarem sua soberania.

Segundo Roosevelt, os Estados Unidos deveriam

*“cooperar com a Liga [das Nações] por ser a primeira grande agência para a manutenção da*

---

<sup>102</sup> Idem, p.05. No Original: *“We are apt to think of the Wilson Administration’s foreign policies only in terms of the Great War. We forget that from its earliest days it marked a restoration of high moral purpose to our international relationships [...] Only the explosion of the World War prevented the fruitful development of this method of dealing with Latin American difficulties”*

<sup>103</sup> Idem, p.09. No original: *The German fleet is gone, and the French Navy reduced by agreement; England, therefore, under present conditions can forget her old fear of another Armada. Only the most excited of Admirals will seriously consider the possibility of invasion.”*

*paz e para resolução de problemas comuns jamais conhecidos pela civilização, e, sem entrar na política européia. Devemos ter um papel ativo sincero e oficial em todos os processos que incidem sobre o interesse geral da humanidade*”<sup>104</sup>

Ao explicar sobre a participação dos Estados Unidos na Corte Internacional de Justiça, Roosevelt se utiliza de um texto de Elihu Root, publicado também na *Foreign Affairs*, defendendo uma maior participação norte-americana naquele órgão.

Para Roosevelt, Elihu Root seria, em 1928, o maior republicano vivo. Mas talvez o povo norte-americano encontrasse dentro do partido Democrata, políticos capazes de levar idéias favoráveis ao multilateralismo adiante, como as de Root, quando a própria história dos Estados Unidos, “*um país que nunca deu um passo em direção à guerra*” (sic), o credenciava a ter uma participação efetiva nos trabalhos da Corte Internacional de Justiça.

O partido Democrata, ainda segundo o artigo, não acreditaria em um Estados Unidos isolado do mundo, ou que agisse, como após 1919, como se as opiniões de outras nações não importassem. Na parte final do artigo, Roosevelt passa então a se dedicar às relações interamericanas, considerado por ele o tópico mais importante do seu texto, defendendo o direito dos povos vizinhos aos Estados Unidos de também terem orgulho de sua soberania.

Conseqüentemente, as intervenções em países latino-americanos não seriam corretas. As invasões de Haiti e Nicarágua, embora tivessem levado ordem e reorganizado tais países, segundo Roosevelt, com a aprovação dos países europeus, não contribuía em nada para que seus povos aprendessem a assumir seus próprios governos, além de criar uma imagem negativa dos Estados Unidos aos olhos de seus vizinhos.

Nesse ponto Roosevelt é enfático ao afirmar que pouco interessava a aprovação do mundo às intervenções (no sentido do texto, mundo seriam os países europeus), posto que estes não se interessavam pela região. O mundo a ser considerado seria a própria América Latina.

---

<sup>104</sup> Idem, p.11. No original: “*should cooperate with the League as the first great agency for the maintenance of peace and for the resolution of common problems ever known to civilization, and, without entering into European politics. We should take an active, hearty and official part in all those proceedings which bear on the general good of mankind*”



*“A paz, a segurança, a integridade, a independência de cada uma das Repúblicas Americanas é do interesse de todos os outros, não apenas dos Estados Unidos”*<sup>105</sup>

A então recente Conferência Interamericana em Havana (1828), quando vários discursos de diplomatas latino-americanos foram dirigidos contra os Estados Unidos, dera provas cabal de que as ações intervencionistas significavam um tiro no pé, e só criavam mais hostilidades e desentendimentos com os vizinhos. Os Estados Unidos, ainda segundo Roosevelt, deveriam buscar a cooperação dos países latino-americanos para resolverem os problemas internos do continente.

Roosevelt termina o artigo convocando os norte-americanos a cooperarem mais com o mundo, abandonando atitudes unilaterais, e visões isolacionistas, como se os Estados Unidos tivesse pouco a ver com o mundo.

*“Podemos apontar o caminho, mais uma vez, para a redução dos armamentos; podemos cooperar oficialmente com cada organismo que estuda e trabalha para aliviar os males comuns da humanidade e podemos renunciar para sempre à prática de intervenção arbitrária nos assuntos internos de nossos vizinhos. É o Espírito, Senhor, que importa.”*<sup>106</sup>

Obviamente Roosevelt apresenta uma interpretação bastante negativa da política externa dos governos Republicanos nos anos de 1920, observando neste período um isolamento frente às principais questões internacionais. Na verdade, Franklin Roosevelt aponta este suposto isolamento tendo como ponto de partida a não participação norte-americana na Liga das Nações.

Entretanto, numa análise recente, David Smichtz<sup>107</sup>, afirma que embora a desilusão norte-americana após o fim da Primeira Guerra Mundial tenha precipitado a recusa do congresso e da maior parte da opinião pública em fazer qualquer compromisso político com

---

<sup>105</sup> Idem, p.14. No original: *The peace, the security, the integrity, the independence of every one of the American Republics is of interest to all the others, not to the United States alone*”

<sup>106</sup> Idem, p.15. No original: *“We can point the way once more to the reducing of armaments; we can cooperate officialy and whole-heartedly with every agency that studies and works to relieve the common ills of mankind; and we can for all time renounce the practice of arbitrary intervention in the home affairs of our neighbors. It is the Spirit, Sir, which matters.”*

<sup>107</sup> SCHMITZ, David F. *The Triumph of Internationalism: Franklin D. Roosevelt and a World in Crisis, 1933 -1941*. Washington: Potomac, 2007.

a Europa, leia-se: ingressar oficialmente na Liga das Nações, os Estados Unidos na verdade nunca aderiram a tal propaganda política isolacionista.

Na verdade, ainda segundo Smichtz, surge no pós-Primeira Guerra um internacionalismo conservador no governo norte-americano, que embora visasse expandir o comércio e o investimento internacional, não se envolvia politicamente fora do Hemisfério Ocidental.

O autor vai mais longe, afirmando ser incoerente vislumbrar um isolacionismo mesmo no século XIX, onde os Estados Unidos envolveram-se em alguns projetos expansionistas e em atividades comerciais na Ásia. O grande impedimento político às ações norte-americanas pelo mundo era não alinhar-se automaticamente com nenhuma nação européia, preservando sua autonomia<sup>108</sup>.

Na verdade, não podemos esquecer que se havia uma intensa defesa da autonomia norte-americana no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esta autonomia era autonomia para agir internacionalmente, sem prender-se em acordos laterais.

O maior obstáculo nas negociações acerca da entrada na Liga das Nações teria sido o artigo X<sup>109</sup> da instituição, que comprometia todos os Estados signatários com a segurança territorial mútua.

Entretanto, os anos 20 teriam sido de otimismo, mesmo entre os políticos republicanos, de que os Estados Unidos poderiam atuar de forma positiva e construtiva no mundo.

*“Throughout the 1920s, the key problem that faced American foreign policymakers was creating stability and order in the world while promoting American interests and avoiding making any U.S. political commitments, particularly in Europe”*<sup>110</sup>

Os dois momentos acima expostos: a participação de Elihu Root na 3ª. Conferência Panamericana em 1906 e o artigo de Franklin D. Roosevelt em 1928, podem nos indicar que embora a Política de Boa Vizinhaça deva ser estudada tendo como pano de fundo o período em que foi aplicada, não deve ser considerada apenas como uma resposta norte-americana à crise de 1929, visando ganhar mais mercados, ou à Segunda Guerra Mundial,

---

<sup>108</sup> Idem, p.3

<sup>109</sup> O artigo 10 da Liga das Nações deliberava que: *“Os membros da Liga comprometem-se a respeitar e a manter contra toda agressão externa a integridade territorial e a independência política atual de todos os membros da Liga. Em caso de agressão, de ameaça ou de perigo de agressão, o Conselho recomendará os meios de se assegurar o cumprimento [sic] dessas obrigações.”* In: GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926). Brasília: FUNAG, 2000. p.157

<sup>110</sup> Idem, p.5

visando cooptar aliados para defender o continente americano, e por consequência seu território.

Os dois momentos demonstram que havia correntes de pensamentos entre atores importantes da política norte-americana que já acenavam para a necessidade de se estabelecer relações cordiais com seus vizinhos latino-americanos, e como demonstra o artigo de Roosevelt, também uma maior participação nas agendas mundiais através das agências que foram sendo criadas.

Neste sentido, as interpretações que tomam a Política de Boa Vizinhança como um instrumento tático contra as ameaças externas, como a ascensão do nazi-fascismo na Europa, acabam por deixar de lado que mesmo antes da configuração do mundo após os anos de 1930, indícios de uma visão de política externa norte-americana mais cooperativa com relação a América Latina podem ser vistos dentro do próprio governo, e entre personalidades políticas importantes.

E nos dois casos vistos acima, podemos perceber como os países latino-americanos atuaram de forma direta na formulação dessa visão alternativa. Durante a visita de Elihu Root em 1906, a polêmica com a Doutrina Drago, chegando a forçar uma tomada de posição do então Secretário de Estado contra a invasão estrangeira na América Latina talvez seja o caso mais emblemático.

Mas não se pode ignorar as referências de Franklin D. Roosevelt à Conferência de Havana realizada em 1928, quando a delegação norte-americana teve de ouvir calada uma enxurrada de críticas às intervenções daquele país nos assuntos internos latino-americanos.

Neste mesmo artigo, o então futuro presidente norte-americano tenta convencer seus leitores que historicamente o verdadeiro espírito norte-americano não era agir de forma isolada e intervencionista, mas justamente o contrário, buscando incessantemente a cooperação internacional.

Outro ponto relevante seria a visão de Roosevelt de que a política interamericana respondia a questões próprias, formando um “mundo” à parte. E isso pouco depois de escrever que o mundo não apresentava nenhuma questão grave à segurança nacional dos Estados Unidos.

Ou seja, neste caso, uma maior cooperação nas Américas não fazia frente a nenhuma ameaça externa, apenas à própria ameaça de destruir a imagem norte-americana perante seus vizinhos.

Obviamente não se pode isolar a Política de Boa Vizinhança do momento histórico em que foi empreendida. Como analisou John Bratzel<sup>111</sup>, a Política de Boa Vizinhança teve dois momentos distintos, o primeiro entre 1932 e 1935, quando se procurou estreitar as relações comerciais entre os países americanos, visão em parte comprovada pelas memórias do Secretário de Estado Cordell Hull.

O então Secretário de Estado afirmou que ao viajar para a Conferência de Montevideú, tinha pouco conhecimento sobre os países latino-americanos, tendo que estudar mesmo durante a viagem, mas que tinha em mente principalmente elaborar uma resolução econômica que visasse baixar as tarifas alfandegárias e abolir restrições comerciais entre os países americanos, numa clara tentativa de promover o comércio continental<sup>112</sup>.

Apenas no segundo período da Política de Boa Vizinhança, proposto pro Bratzel, entre 1935 e 1942, a defesa do hemisfério ocidental foi ganhando maior importância. Período concomitante ao aumento das ações nazista na Europa, culminando com o ataque japonês aos Estados Unidos em 1941.

Se, como dito acima, a Política de Boa Vizinhança deva ser estudada através do contexto em que foi posta em prática, não se pode, por outro lado, considerá-la como um produto do momento histórico imediato, no qual foi oficialmente lançada

Como observado, a idéia de cooperação e amizade nas relações interamericanas, já fazia parte de discussões políticas em Washington, muito antes das primeiras ações das grandes empresas se desvalorizarem em Wall Street no colapso de 1929, ou de Hitler começar a movimentar suas primeiras tropas em direção aos seus vizinhos.

Por outro lado, tanto os discursos de Elihu Root na 3ª. Conferência Pan-americana quanto o artigo de Franklin Roosevelt para a *Foreign Affairs* são exemplos importantes da retórica moral que perseguiu a política norte-americana ao longo do século XX.

Segundo Sidney Lens<sup>113</sup>, o mito da moralidade guiaria as ações externas norte-americanas pelo mundo. Para o autor, o imperialismo norte-americano era diferente do antigo modelo europeu, pois se tratou de uma complexa articulação de meios econômicos,

---

<sup>111</sup> BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. *Latin America During World War II*. Maryland: Rowman & LittleField, 2007.

<sup>112</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948.

<sup>113</sup> LENS, Sidney. *A Fabricação do Império Americano*.

políticos e militares.<sup>114</sup> E neste sentido, nem sempre as ambições militares e expansionistas aparecem com clareza para o público norte-americano.

Por outro lado, cabe notar que a retórica moral norte-americana nos assuntos internos e externos não se trata de um processo rígido, mas ao contrário, trata-se de um campo de disputas.

Para Cecília Azevedo<sup>115</sup>, análises recentes têm demonstrado como o processo decisório do governo norte-americano com relação aos assuntos externos encontra-se marcado por disputas e conflitos de natureza diversa, sobretudo moral, impedindo muitas vezes que diretrizes previamente articuladas sejam implementadas na forma original.

Entretanto, essa busca incessante norte-americana por atribuir um caráter moral às suas ações no exterior, diretamente associada à construção da sua identidade nacional, pode nos demonstrar a elaboração de uma cultura política justificada no imaginário norte-americano de ser um povo desempenhando uma missão no mundo. Para Gomes<sup>116</sup>, a categoria Cultura Política pode ser entendida como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, capaz de permitir a compreensão de sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo.

*“Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos -, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais”<sup>117</sup>*

Por outro lado, em uma sociedade, o conceito de cultura política sempre se apresenta de forma plural, embora possam ser identificadas certas dominâncias, como no caso dos Estados Unidos.

---

<sup>114</sup> Idem, p.36.

<sup>115</sup> AZEVEDO, Cecília. Sob Fogo Cruzado. P. 383

<sup>116</sup> GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVEA, Maria de Fátima Silva. *Culturas Políticas: ensaios de historia cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.31

<sup>117</sup> Idem, p. 33

Para Cecília Azevedo<sup>118</sup>, os Estados Unidos são um dos países que mais produziram repertórios míticos nacionais, incluindo uma historiografia marcadamente nacionalista, cujo resultado seria a idéia da nação ser portadora de uma missão, de um destino único no planeta. Entretanto, podemos identificar diferentes versões e paradoxos que comportariam a apropriação desses mitos na arena política.

*“Dessa forma, identificar o compartilhamento de determinados traços ou um padrão de distribuição de orientações políticas e religiosas nos Estados Unidos não equivale à demarcação de uma estrutura fixa, de um ‘caráter nacional’, que fluiria inalterado através do tempo”.*

Dessa forma, faremos uma breve análise da construção desses mitos nacionais norte-americanos que servem de base para justificar as diferentes correntes políticas nos Estados Unidos, que atuam tanto na política interna quanto na formulação da política externa.

### ***Um mosaico surge sobre a colina***

Após sua independência, o governo dos Estados Unidos praticou uma política externa voltada para a consolidação de seu território e população. Nesse sentido, podemos definir os primeiros anos da república como um período marcado por uma tentativa de distanciamento em relação ao jogo político no velho continente, onde o oceano atlântico funcionaria como uma espécie de defesa natural para investidas européias.

Com o tempo, tal política externa foi se tornando mais complexa, definindo certos princípios que regeriam a inserção dos Estados Unidos no sistema global. Para alguns autores, como Pecequilo, a política externa dos Estados Unidos é sustentada por um conjunto de valores e tradições que são assumidos por várias gerações. *“Embora mudem as formas pelas quais os Estados Unidos perseguem seu interesse, sua base de elaboração está localizada na tradição da nação”<sup>119</sup>,*

Por outro lado, a autora percebe que como plano de ação, há uma permanente oscilação entre moralismo e realismo, na política externa norte-americana:

---

<sup>118</sup> AZEVEDO, Cecília. *Op.Cit.* p. 48

<sup>119</sup> PECEQUILO. *Op.cit.* p.27.

*“Há uma tendência constante de rejeição das abordagens mais tradicionais de poder e uma preferência por justificativas moralistas, mesmo que isso seja contraditório ou questionável em relação a seus métodos e objetivos”<sup>120</sup>.*

A matriz puritana foi ao mesmo tempo moldando uma ideologia hegemônica no seio da sociedade norte-americana, e sendo moldada pela experiência coletiva de tal sociedade num contexto prático.

A construção de um certo “caráter” nacional norte-americano também influenciou a visão que esta sociedade construiu acerca de outras nações, demonstrando a forma intercontrastiva das identidades.

Podemos perceber que em relação à América Latina, os mitos construídos durante a marcha para o Oeste serviram como base para a tradução das culturas forjadas abaixo do Rio Grande.

Ao se estudar a influência do imaginário hegemônico<sup>121</sup> norte-americano na sua política externa devemos recuperar a construção e os mecanismos de produção de tais símbolos em sua sociedade. Obviamente para analisar a construção e consolidação de seus mitos nacionais<sup>122</sup> percorreremos um período cronológico bastante amplo.

---

<sup>120</sup> Idem, p.28

<sup>121</sup> O conceito de hegemonia proposto neste estudo não está ligado a idéias de dominação baseada na coerção do Estado moderno. Quando falarmos em identidade hegemônica, estaremos nos referindo a determinados símbolos específicos de alguns grupos que ao disputar com outros um certo monopólio da identidade de grupo, logrou assumir uma expressão nacional, sendo incorporados por outros grupos.

<sup>122</sup> O conceito de nação aqui proposto aproxima-se da tese de Anthony Smiths (SMITH, Anthony. Nações e Nacionalismos numa Era Global. Oreiras: Celta Editoras, 1999) onde uma nação é construída a partir de uma conjunção de fatores predecessores à modernidade, com fatores típicos do período moderno. Os mitos e memórias de determinada sociedade quando inseridas no contexto do Estado moderno possibilitaram, em muitos casos, o surgimento das nações e dos nacionalismos ocidentais. Nesse processo, o autor abre espaço para que dentro de um mesmo Estado moderno possam emergir, concomitantemente, vários processos de sentimentos nacionais, disputando a homogeneização identitária da nação ou desencadeando um processo de secessão. Acerca das discussões entre os teóricos sobre o surgimento da nação, Anthony Smith sintetiza a discussão analisando a pergunta central que tem criado atrito entre os mesmos; *Qual é o papel do passado, da história étnica e religiosa na construção da nação?* Para Smith, a criação da nação e a construção do Estado moderno são perenes, inter-relacionados, mas não são naturais... Sua interpretação pretende conjugar o passado étnico e religioso e o nacionalismo, sem com isso vê-las como excludentes entre si, trazendo à luz os fios que constituem uma determinada Nação. O nacionalismo seria a dinâmica da nação interagindo com o Estado moderno. Logo, se torna impossível criar um modelo ou definição que tente abarcar todos os Estados nacionais, posto que o estudo deve partir do passado étnico e religioso, seus mitos e símbolos e sua interação com o modelo moderno de Estado.

Entendendo que os símbolos nacionais norte-americanos são construções que utilizaram “materiais”<sup>123</sup> anteriores à época da independência, conjugando-os com a experiência concreta do novo país, é fundamental compreender como e porquê determinados símbolos foram incluídos num discurso oficial de “nação” em detrimento a outros.

Para tanto, ao analisar a construção de um pretendido *ethos* norte-americano, enquanto projeto hegemônico, buscaremos demonstrar a forte influência cultural de um grupo específico de imigrantes, que aos poucos foi sendo incorporado no projeto político institucional. Posteriormente será tratada a questão da marcha para o oeste e a conjunção entre os “mitos fundadores” adotados e os “mitos” do oeste produzidos durante uma experiência nacional singular.

Com a independência política em 1776, os homens que imaginaram o rompimento das 13 colônias com Império Britânico viram a sua frente inúmeras questões a serem problematizadas e resolvidas a fim de se construir um Estado capaz de dar coesão nacional a um povo extremamente diversificado.

Nos tempos de colônia, ser súdito da coroa inglesa conectava as diferentes etnias (livres) diretamente com o Império, não surgindo, portanto, um movimento forte para se criar uma identidade colonial mais homogênea. Logo, a transição das diferentes identidades étnicas e religiosas, antes subjugadas ao império inglês, para uma identidade nacional, se deu de forma lenta e gradual.

A falta de um senso de identidade que unisse os habitantes das treze colônias, durante o processo de independência e consolidação nacional, impôs aos homens que forjaram o novo país a “[...] *necessidade de se criar uma identidade cultural norte-americana. Algo que fizesse com que todos se sentissem pertencentes a uma mesma comunidade. [...]*”<sup>124</sup>.

Dessa forma, além de apenas propor algo novo; um país com instituições republicanas, era “[...] *necessário adotar símbolos que dessem unidade e fornecessem aos indivíduos um sentimento de pertencimento [...]*”<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup> Por materiais entende-se as contribuições das identidades étnicas e religiosas dos diversos povos que habitavam as 13 colônias na construção de um “caráter” nacional.

<sup>124</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. p.28

<sup>125</sup> Idem, *Ibidem*.



Essa dificuldade de homogeneização da população das treze colônias refletia-se também na arena política. A descentralização política, os diferentes tipos de colonização e as diferentes vocações econômicas das colônias, nada contribuíam para que se constituísse um poder central forte. A própria idéia de um país republicano, e a crítica as monarquias *centralistas* européias, iam de encontro às idéias de um poder central forte que controlasse o novo país.

Como dito anteriormente, uma das principais características do novo país era sua heterogeneidade étnica e religiosa. Não obstante, para alguns autores, se percebe no período colonial um predomínio da cultura anglo-protestante.

Estes imigrantes saíam de seus países e encontravam na “América” um novo lugar para viver, longe da “perversão moral” instalada no continente europeu. Os imigrantes puritanos justificavam seus atos na Bíblia, e não demorou muito para encontrar nos textos sagrados referências a essa nova terra, identificando o novo mundo ao mito bíblico de Israel.

Como nos informa Junqueira,

*“ao atravessarem o oceano, os peregrinos se comparavam ao povo hebreu atravessando o Mar Vermelho em busca da Terra prometida; ou seja, era um povo eleito por Deus, que viria a transformar aquelas terras do Novo Mundo em um lugar onde pudessem exercer a sua fé religiosa”*<sup>126</sup>.

É justamente nesse período que é cunhada a famosa frase de John Winthrop: “*A City Upon a Hill*” (uma cidade sobre a colina), designando o lugar especial, que ele imaginara habitar ao atravessar o Atlântico, o lugar onde se instalaria o farol do mundo.

Tal imaginário foi com o tempo sendo diluído entre as novas levas de imigrantes. Como nos informa Schlesinger Jr., “*ao tempo em que os revolucionários se reuniam na Filadélfia, em 1776, as chamadas do calvinismo já haviam baixado [...]*”<sup>127</sup>, porém, foi a história e os mitos desses imigrantes protestantes, a “eleita” para definir o “caráter” proposto do jovem Estado no processo de construção nacional.

---

<sup>126</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. p.32

<sup>127</sup> SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. p, 05

Porém, por que se privilegiou a cultura protestante em detrimento a outras expressões religiosas e culturais, que também povoavam o novo mundo?

Junqueira nos apresenta uma resposta bastante satisfatória. Segundo a historiadora essa opção:

“[...] certamente relaciona-se ao fato de os peregrinos terem rompido com algumas instituições da Inglaterra, ainda no século XVII, e vindo para a América do Norte com a intenção de construir um novo mundo”<sup>128</sup>.

Nesse primeiro momento de formação nacional era necessário marcar diferenças em relação à Inglaterra, e ao mesmo tempo construir um “caráter” próprio. A própria opção pelo sistema republicano, virtuoso e “democrático” representava um rompimento com a “moral decadente” da monarquia inglesa.

Entretanto, se hoje os Pais Fundadores aparecem em livros escolares e filmes norte-americanos como homens virtuosos, que em certa medida sabiam exatamente dirigir o novo empreendimento, Schlesinger Jr.<sup>129</sup>, ao reconstruir o imaginário desses homens e sua sociedade, nos apresenta um quadro bastante distinto.

Não obstante os pais fundadores tenham encontrado no sistema republicano uma alternativa ao “corrupto” sistema monárquico, devido inclusive ao fascínio que a antiguidade clássica despertava em suas mentes, a própria história das repúblicas clássicas e por fim, do período republicano da Roma antiga, não apresentavam boas perspectivas de sucesso para tal empreendimento.

De fato, os homens que pensaram a república norte-americana não tentaram de forma alguma recriar *minuciosamente* os pilares da república clássica, embora fosse recorrente o retorno a tais experiências e pensadores clássicos para cultivar uma certa idéia de virtude republicana.

Porém, a História Clássica, tal qual eles a interpretavam, não fomentava boas recordações sobre experiências republicanas n’outros tempos. Naquele imaginário era recorrente acreditar que toda e qualquer república produziria seu próprio *César*, ou seja, sempre haveria homens que buscariam o poder absoluto.

---

<sup>128</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. p.34

<sup>129</sup> SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. p, 05

*“Essa apreensão com a mortalidade das repúblicas impregnava a Filadélfia em 1787. Não só o homem era vulnerável, mas também as repúblicas o eram por sua tendência à corrupção. A história mostra que, na luta incessante entre corrupção e virtude, a corrupção sempre – ou, pelo menos, até 1776 – triunfou”.*

Nesse mesmo momento, compondo um ambiente pessimista, surgiu na Europa uma corrente de pensadores que afirmavam ser a natureza do Novo Mundo um lugar onde o homem degenerava, os animais não se desenvolviam plenamente, e o “*inocente homem europeu*” se tornava ganancioso e corrupto.

O grande dilema dessa teoria para *os fundadores* da república era, como afirma Prado, que “*a partir do século XVIII, o discurso científico assumiu voz de autoridade para explicar a natureza e a sociedade*”<sup>131</sup>

Logo, o “caráter” de um país, para homens como Buffon<sup>132</sup> (que defendiam um determinismo natureza-homem) passou a ser determinado pela geografia.

Contrariamente a essa visão pessimista da natureza do Novo Mundo, surgiram viajantes que iniciaram um processo de elevação da natureza norte-americana. Muitos se manifestaram contra tais acusações de inferioridade, exaltando, sobretudo nos Estados Unidos, uma “pureza virginal” em sua natureza intocada.

Os próprios “pais fundadores” da república combatiam tais idéias, embora, sem muita confiança no futuro do empreendimento, tido primeiramente como uma *experiência*.

O que nos interessa apreender de todos esses debates apresentados é demonstrar como os Estados Unidos foi sendo construído, nesse primeiro momento, em um ambiente de pessimismo geral, pelo menos no que tange o imaginário desses homens ilustres. Para

---

<sup>130</sup> Idem, p.7

<sup>131</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. p.184

<sup>132</sup> Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, publicou em 1747 o primeiro volume de *História Natural (Histoire Naturelle)* num total de 44 volumes. O naturalista acreditava que na natureza o estável, o não mutável era sinônimo de perfeição, e o variável situava-se numa escala inferior. “*Havia uma escala descendente, começando por Deus, passando pelas estrelas fixas cravadas no céu, que chegava até as mutações desordenadas do mundo terrestre*”. PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.p.181

alguns autores a “América” era vista nesse momento como uma *experiência*, que deveria ser trabalhada para não naufragar num destino terrível.

Schlesinger Jr. afirma<sup>133</sup> que com o passar do tempo essa insegurança geral foi dando lugar, na arena política, à certeza de que se deveria trabalhar essa *experiência* para colher bons resultados. Não raro foram produzidos relatórios acerca dos êxitos de tal *experiência*. Segundo o mesmo autor, uma das razões para o surgimento deste crescente otimismo se deve primeiramente ao “*orgulho e a vanglória congênitos a um nacionalismo imaturo*”<sup>134</sup>

O fato era que o pessimismo inicial foi dando lugar a uma crença baseada no imaginário calvinista de que Deus havia protegido a ‘América’ das mãos dos europeus pervertidos e amorais para que seu povo eleito realizasse não simplesmente uma experiência, mas sim *missão*.

*“O fervor patriótico levou muito além da comunidade evangélica a idéia de serem os americanos um povo eleito, incumbido de uma missão divina. Jefferson pensava que o Grande Selo dos Estados Unidos deveria representar os filhos de Israel conduzidos por uma coluna de fogo”*.<sup>135</sup>

Mais adiante veremos que se por um lado o *povo eleito* havia encontrado a terra prometida por Deus para servir de exemplo e redimir o mundo, por outro, percebeu-se que isso não representava envolvimento direto nas questões políticas européias. Schelinger Jr.<sup>136</sup> explica tal fato afirmando que “*o novo país era em grande parte povoado por gente arrancada à sua própria história, em fuga para escapar-lhe, ou em revolta contra ela*”. Muitos colonos estavam no Novo Mundo porque de alguma forma romperam com o seu país de origem. E se pensarmos que na maioria dos casos a razão do rompimento fora religiosa, uma reconciliação parecia inimaginável.

O clima, para os que ficaram nos Estados Unidos recém-independentes (não podemos esquecer que após a declaração de independência muitos colonos voltaram para a

---

<sup>133</sup> SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992

<sup>134</sup> Idem, p.13

<sup>135</sup> Idem, p.17

<sup>136</sup> Idem, p. 18

Europa), foi caracterizado como um recomeço em que vontade e fé em um futuro a ser trabalhado ganhavam terreno.

A *experiência*, enquanto possibilidade de fracasso, deu lugar à idéia de *experiência* como demonstração de sucesso. A idéia de um destino prometido passou a compor de forma hegemônica o imaginário da “nação”, culminando no século XIX com o famoso *Destino Manifesto*, que serviu por muito tempo como justificativa para o avanço em direção ao Oeste, passando em muitos casos literalmente por cima de ameríndios e mexicanos.

Esse projeto de nação, que logrou alcançar hegemonia, baseava-se na perspectiva de um futuro glorioso para povos que em grande parte queriam esquecer seus passados. “‘Provavelmente, nenhuma outra nação civilizada’, disse a *Democratic Review*, em 1842, ‘teria abdicado tão completamente de seu compromisso com o passado quanto a americana’”.<sup>137</sup>

Para Junqueira, um fator primordial para favorecer o sentimento de pertença a uma comunidade é buscar um “passado” comum, que no caso dos norte-americanos, inversamente, direcionava o leme era direcionado para um futuro promissor, selecionando do passado apenas um grupo particular de situações ou fatos que servia de referência.

*“Em outras palavras: no momento em que se constituía a identidade norte-americana, procurava-se uma origem única para uma cultura diversificada. E como falar do passado colonial quando era exatamente com o passado de colônia inglesa que se queria romper? Recuperou-se do passado colonial apenas o grupo dos peregrinos. Assim, parte da nova nação passa a ser apresentar como descendentes desse grupo”*<sup>138</sup>.

É importante, todavia, fazer alguns apontamentos sobre as características desses discursos de autocongratulação dos Estados Unidos como *povo eleito* por Deus, vivendo em meio a uma *natureza pura*. Trata-se de um projeto que obteve êxito em detrimento a outros, pois em uma sociedade que aprendeu a definir claramente as diferenças entre

---

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>138</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. p.37

*winner*s e *loser*s (vencedores e perdedores), os ditos perdedores não lograram qualquer espaço na memória nacional.

Por exemplo, quando se discutiu o “caráter” do novo país, a questão da abolição da escravidão, que esteve presente nos textos e posição política de Thomas Paine foi eliminada. Marca-se aí uma importante oposição no conceito da época entre igualdade e liberdade. Os negros nesse momento não faziam parte do povo escolhido por Deus e foram incorporados no sistema liberal de propriedade privada não como indivíduos, mas como propriedade.

Como afirma Junqueira<sup>139</sup>, “*o imaginário e os mitos que o compõem devem ser entendidos como bens simbólicos de determinada sociedade e podem ser usados tanto pela dominação como pela resistência*”.

A imagem de natureza norte-americana pura, quase divina, foi ao longo do século XIX sendo transformado pela experiência conhecida como marcha para o Oeste. A relação do homem norte-americano com a natureza que o cercava é fundamental para se entender alguns conceitos produzidos dentro dessa sociedade acerca da América Latina posteriormente.

Importante é notar, que ao se relacionar com a América Latina, a natureza do subcontinente foi diversas vezes percebida de forma negativa, antagônica à civilização, da mesma forma que anteriormente, naturalistas europeus tinham feito com relação à natureza norte-americana.

### ***A Marcha Para o Oeste: Frontier e Wilderness***

Para tentar uma aproximação de uma identidade norte-americana hegemônica e os mitos de origem que serviram de base para as diferentes culturas políticas que coexistem no país, devemos conjugá-las com a experiência histórica conhecida como “marcha para o oeste”.

A experiência da marcha para o Oeste reforçou a idéia do homem “branco” como excepcional, posto que se propunha a todo o momento vencer as adversidades de uma natureza hostil e selvagem.

---

<sup>139</sup> Idem, p.73

Os mitos sobre a marcha para o oeste foram criados quase que ao mesmo tempo em que o empreendimento se realizava. A cada momento novas histórias das façanhas dos “desbravadores” chegavam às cidades do Leste, impulsionando homens, solitários ou com suas famílias, para as terras à oeste.

Para Oliveira,

*“esses mitos foram se configurando no pensamento da jovem nação e se apresentam nos sermões, nos panfletos políticos, nas memórias e biografias, nas canções e poemas, nos discursos oficiais, na correspondência pública e privada, nos estudos históricos, nos manuais escolares, assim como nas obras literárias.”*<sup>140</sup>

Nesse contexto, a história das façanhas do homem “branco” em contato com a natureza selvagem, dominando-a e vencendo os homens não “civilizados” (índios), foi reforçando com o tempo uma auto-imagem de excepcionalismo frente ao mundo.

Essa relação entre o “nosso” mundo constituído por homens excepcionais e o “outro” mundo, a ser dominado, forjou no imaginário norte-americano dois símbolos inter-relacionados: *Wilderness* e *Frontier*.

O sentido original da *Wilderness* esteve relacionado a algo temerário, ou a uma situação que produz desorientação ao homem (causando temor relacionado a um perigo iminente). Entretanto, foi no final do século XIX foi apropriada por uma corrente filosófica conhecida como transcendentalismo, da qual fazia parte Thoreau, para designar um “lugar” onde o homem em contato com a natureza encontrar-se-ia consigo mesmo, com seus valores “superiores”, definindo a *wilderness*, portanto, como algo positivo ao espírito humano.

O importante é apreender que na maioria dos casos, o *Wilderness* é associado a um espaço geográfico conjugado com determinada situação específica que perturbar, desorienta, desnorteia o homem civilizado, seja esse espaço uma floresta tropical, um deserto, ou como no caso da *Urban Wilderness*, uma grande cidade.

---

<sup>140</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos. Representações da identidade Nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.127

“A imagem mais usual do wilderness é a do homem num meio ambiente estranho, onde a civilização que normalmente ordena e controla a sua vida está ausente [...]”<sup>141</sup>.

A questão da alteridade deve ser incorporada a tal análise, posto que se o excepcionalismo norte-americano foi relacionado com a *dominação* e *subjugação* de um espaço hostil (não civilizado), isso abre pouco terreno para se pensar em intercâmbio entre os “norte-americanos” e ambientes “estranhos”.

A definição de *Frontier*, por exemplo, em muitos casos entendida como uma fronteira delimitada, na verdade representa um espaço imaginado entre o mundo “civilizado” e a *wilderness*, conforme esta vai sendo vencida, a *frontier* avança mais. Ora, se a *wilderness* era vista de forma “negativa”, o que justificava então toda a propaganda impelindo o homem norte-americano em direção ao desconhecido?

Segundo Jackson Turner<sup>142</sup> a movimentação e a expansão da sociedade norte-americana foi fator dominante na constituição de tal cultura. Pois o novo país para manter seu pretendido “caráter” democrático e suas instituições republicanas, segundo Turner, teve que se expandir sobre terras “livres” para preservar o individualismo e renovar a virtude, através da vida simples e a igualitária da fronteira.

O homem, ao controlar e vencer a *wilderness* estaria possibilitando renovar sua virtude, escapando da decadência espiritual e moral do sedentarismo. Nesta linha de interpretação, o “caráter” norte-americano teria derivado, portanto, de sua interação com o meio ambiente e o exercício permanente de sua excepcionalidade frente às dificuldades de um “mundo” hostil.

Essa relação ambígua entre o homem e a natureza, que ao mesmo tempo era vista como um presente de Deus, mas por outro lado despertava incertezas e medos, foi retratada não só em folhetos e livros de bolso. Podemos encontrar quadros insinuando essa difícil “missão” a ser cumprida pelo homem anglo-protestante norte-americano.

---

<sup>141</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999. p.63

<sup>142</sup> Para ver a tese de Turner defendida na *American Historical Association* em 1893: TURNER, Fredrick Jackson. O Significado da Fronteira na História Americana. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios da História Americana*. Niterói: EdUFF, 2004.





O quadro pintado por George Bingham retrata um grupo de colonos atravessando a *wilderness*. Percebe-se um clima de desconfiança, posto que os personagens estão inseridos num cenário hostil. Entretanto, o grupo demonstra coragem e determinação, sendo iluminados por uma luz “*especial, religiosa, quase mágica. É a imagem dos indivíduos que têm iniciativa e determinação, apresentando-se como vencedores e integrantes do ‘povo eleito’*”<sup>143</sup>.

Entretanto, no final do século XIX os Estados Unidos passaram por um rápido processo de industrialização; as populações urbanas cresciam vertiginosamente; quilômetros de estradas de ferro cruzavam todo o país; novas levas de imigrantes chegavam a cada momento compondo a força de trabalho.

Para alguns autores esse foi o período da “*perda da inocência*” norte-americana. “*Diante dos desafios que essas mudanças traziam ou causavam, criou-se, inovou-se. Deliberadamente, apoiando a mudança ou se opondo a ela, uma onda de reformas varreu o país*”<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. p.200

<sup>144</sup> PAMPLONA, Marco. A. V. *Reverendo o Sonho Americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1996. p.10

Mesmo observando tais transformações, diante das quais a pretendida república de pequenos proprietários já havia ficado para trás, alguns símbolos forjados nos séculos XVIII e XIX continuaram a habitar o imaginário popular.

O Destino Manifesto<sup>145</sup> defendia a expansão territorial como desígnio de Deus, posto que este havia preservado tais terras “livres” para que seu povo “eleito” pudesse habitar e conviver. Entretanto, havia um problema: tais terras não eram propriamente “livres”; tribos nativas foram expulsas, assassinadas ou postas em reservas, metade do território mexicano foi incorporado à União norte-americana após a guerra contra o México na primeira metade do século XIX, apresentando um complicado quadro de interação com outras culturas.

O mito do homem excepcional, de raça superior, que havia vencido a natureza hostil com a “ajuda” de Deus, celebrou a hegemonia da cultura anglo-protestante sobre as demais culturas que dividiam o mesmo espaço geográfico. Claro que tal construção não foi aceita e incorporada universalmente. Como dito anteriormente, houve e ainda há inúmeras disputas a cerca do *ethos* norte-americano, porém não se pode negar o predomínio de tal visão de “América” na sociedade norte-americana, sobretudo pelo fato de ter sido apropriada por projetos de Estado em diferentes momentos.

Embora a democracia estivesse na pauta durante o processo de independência, o sistema de eleição norte-americano era bastante excludente (inclusive nos dias atuais deixa muitas brechas para críticas, vide eleição de 2000), o que proporcionou durante muito tempo a manutenção do poder nas mãos de determinados grupos, que, em certa medida reproduziam tal *ethos* norte-americano, incorporando inclusive posturas altamente discriminatórias em termos raciais, através de folhetos, jornais, pinturas, discursos presidenciais.

---

<sup>145</sup> Embora construído lentamente dentro dos Estados Unidos, foi em 1857 em seu discurso de posse que o então presidente James Buchanan defendeu a expansão territorial como um “direito” moral, um destino manifesto. “Em linhas gerais, o Destino Manifesto considerava que a expansão territorial representava um direito divino dos Estados Unidos de se espalhar por toda a América do Norte, com o apoio de Deus para a conquista”. PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

Como preconizou o então presidente James Buchanan, “*A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça (...) e nada pode detê-la*”.<sup>146</sup>

Para Nasser<sup>147</sup> “*a idéia de civilização no pensamento dos americanos, ainda que de forma imprecisa, tornou-se um dos diferenciais para qualificar as nações dentro de um sistema hierárquico de poder, relativizando o princípio de igualdade entre as nações.*”

Neste caso, embora não seja a ambição deste trabalho identificar a formação de culturas políticas norte-americanas, é preciso identificar que este conceito, utilizado no plural, cabe perfeitamente para se compreender as ambigüidades e disputas tanto na política interna quanto na política externa dos Estados Unidos.

### ***A Construção dos Atores: a dimensão esquecida***

Para compreender a construção e os objetivos dos discursos associados à Política de Boa Vizinhança em seus anos mais críticos (1940-1942) faz-se necessário, para além de observar a retórica política e as ações do governo norte-americano, conhecer os atores políticos que dirigiram a política externa norte-americana durante esse período.

A idéia é demonstrar como a trajetória de cada um – formação política, acadêmica, percurso individual, estilos de vida, experiências, etc -, afetaram seus posicionamentos e decisões durante todo o processo em questão, colocando-os muitas vezes em posições opostas.

É interessante perceber que ao lançar um olhar mais atento sobre esses atores e sobre o dia-a-dia do processo decisório, muitas vezes é possível flagrar conflitos entre os homens lembrados simplesmente como construtores da Política de Boa Vizinhança. Conflitos estes que na maior parte da bibliografia especializada foram desconsiderados ou subestimados.

No caso deste trabalho, não interessa apenas a análise dos propósitos do governo norte-americano através de suas ações e discursos políticos, mas também o próprio processo de acomodação de diferentes idéias, que partiam às vezes de matrizes opostas.

---

<sup>146</sup> Trecho retirado do site: [http://www.mur.com.br/geral/default.cfm?language=portugues&ID\\_Item=90](http://www.mur.com.br/geral/default.cfm?language=portugues&ID_Item=90). Acessado em 20 maio de 2005

<sup>147</sup> NASSER, Reginaldo Mattar. *Woodrow Wilson e a Idéia de Ordem Hemisférica*. In: *Cena Internacional*. Vol 8. No.2: Brasília: UNB, 2006. p.12

Por outro lado, não se pretende neste capítulo desenvolver um exaustivo trabalho biográfico, colocando o indivíduo como determinante exclusivo das ações políticas então observadas por nós. Como afirma Levillain,

*A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do 'eu' de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia [...] Ela tampouco pode criar tipos. Ela é o melhor meio em compensação, de mostrar as ligações entre o passado e o presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida [...]*<sup>148</sup>

Sendo assim, selecionamos, como principais atores da construção e implementação da Política de Boa Vizinhança, o Presidente da República Franklin Delano Roosevelt, o Secretário de Estado norte-americano, Cordell Hull, e o Sub-Secretário de Estado, Sumner Welles.

Entretanto, privilegiar apenas estes três atores políticos não significa descartar de antemão outros personagens que contribuíram, em maior ou menor grau, para a formulação e implementação da política externa norte-americana durante os anos 30 e 40.

É importante registrar não apenas as experiências pessoais, a construção de suas carreiras políticas, mas também a influência de pessoas e instituições acadêmicas no pensamento destes três atores privilegiados.

No primeiro momento, iremos percorrer individualmente a vida e carreira destes homens, então considerados principais protagonistas, até o momento em que passam a atuar juntos durante o primeiro mandato de Franklin D. Roosevelt. Num segundo momento analisaremos a própria relação que se criou entre eles ante os desafios da própria administração, colocando em evidência a que havia de convergência em suas visões de mundo, e as diferenças latentes.

Como afirmar Roger Chartier:

*“as representações do mundo social [...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupos que as*

---

<sup>148</sup> LEVILLAN, Philippe. *Os Protagonistas: da Biografia*. REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996. p.176

*forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos, com a posição de quem os utiliza.”<sup>149</sup>*

Neste sentido, o recurso à análise biográfica, mesmo que tendo um corte bastante específico, contribui para as proposições gerais deste trabalho: compreender o lugar de tais atores na formulação da Política de Boa Vizinhança, compreender as relações interamericanas no período anterior a entrada dos Estados Unidos na 2ª. Guerra Mundial e analisar quais recursos simbólicos utilizaram para construir um novo regime discursivo nas relações entre Estados Unidos e América Latina.

### **Franklin Delano Roosevelt: ambigüidades sem culpa**

Franklin Delano Roosevelt nasceu em Hyde Park, Nova York, em 30 de janeiro de 1882. Este ramo da família Roosevelt<sup>150</sup>, pertencia à elite local de Nova York, embora James Roosevelt, pai do futuro presidente, diferentemente de seus pares na cidade, fosse filiado ao Partido Democrata.

*“Franklin [...] cresceu rodeado por um ambiente tranqüilo de espaços abertos e bosques, com o rio Hudson fluindo próximo a sua confortável casa. O casamento de seus pais foi feliz, e ele experimentou a estabilidade interna com a qual muitos só podem sonhar. Como descendente de uma Register Social family, teve tutores particulares a orientá-lo em seus primeiros estudos seculares e Igreja Episcopal para lhe fornecer uma firme base moral”<sup>151</sup>.*

---

<sup>149</sup> CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988. p. 17

<sup>150</sup> “Tanto Theodore quanto Franklin eram de uma oitava geração de americanos, descendentes de Claes Martnszen Van Rosenvelt, chegado a Nova Amsterdã procedente de Haarlem, na Holanda, cerca de vinte anos antes da mudança de nome da cidade para Nova York em 1664. Os dois presidentes descendiam de seu filho Nicolas, nascido na América, em 1658. A partir daí, as duas famílias se separaram, o mais velho dos dois filhos de Nicolas dando origem ao que se tornou conhecido como o ramo Oyster Bay (Long Island) da família. [...] O mais moço originou o ramo Hyde Park (vale do Hudson), do qual nasceu Franklin”. JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.5

<sup>151</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.03

Aos 14 anos, Franklin foi admitido na *Groton School* em Massachusetts, escola de forte orientação religiosa, tradicionalmente contrária aos valores do individualismo, fundada pelo reverendo Endicott Peabody.

Os norte-americanos que enviavam seus filhos para esta escola esperavam, antes de tudo, uma sólida base religiosa, voltada para valores como caridade e ajuda aos pobres. Como parte da rotina educacional, os estudantes da *Groton School* eram direcionados para criar uma identificação de grupo, que, aliás, era transmitida de geração em geração de estudantes.

Como afirma Gellman, o prestígio da Groton School era sustentado por três pilares básicos: “*Conclusão de um programa acadêmico para entrada na faculdade, a adesão às crenças Episcopais, e o contrato social onde riqueza trazia responsabilidade.*”<sup>152</sup>

Em 1899, FDR ingressou em *Harvard*, onde teve uma participação discreta durante quase toda a graduação, sendo editor da *Harvard Crimson* já nos últimos anos de estudo. Foi estudar Direito na *Columbia Law School*, sendo aprovado em 1907 na prova de advogados de Nova York.

Franklin D. Roosevelt começou sua carreira profissional no conceituado escritório *Carter, Ledyard, and Milburn*, em Wall Street, onde em algumas ocasiões representou importantes empresas norte-americanas como a *Standard Oil* e a *American Tobacco*. Ao mesmo tempo, FDR mostrava-se profundamente impressionado com a presidência de seu tio, Theodore Roosevelt.

Segundo Jenkins,

*“não resta dúvida de que, no início de sua carreira, FDR foi profundamente influenciado, e até mesmo inspirado, por seu parente muito mais famoso. Isto em partidos diferentes, mas a lealdade partidária nunca assentou bem em qualquer dos Roosevelts”*<sup>153</sup>.

Já casado com sua prima, Eleanor Roosevelt, também filiada ao Partido Democrata, detentora de grande sensibilidade social e também interessada em política, Franklin Roosevelt iniciou sua carreira pública, alcançando um assento no Senado Estadual de Nova Iorque em 1910<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> Idem, p.05.

<sup>153</sup> JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.15-16

<sup>154</sup> “Ele se associou fortemente ao movimento progressista, e se esforçou para aprovação de reformas legislativas tais como limitação do trabalho infantil, eleições diretas para o Senado,

Paralelamente, outro homem que influenciaria profundamente a visão política de Franklin Roosevelt, Woodrow Wilson, tornava-se governador de New Jersey com uma plataforma reformista. Para muitos autores, a vitória de Wilson em 1912 colocou Roosevelt muito mais próximo da Casa Branca. Tendo sido um de seus maiores apoiadores durante a campanha, Roosevelt então passou a reclamar uma posição no governo federal como Subsecretário da Marinha, o mesmo posto ocupado por seu tio Theodore Roosevelt anos antes.

O mais interessante nas eleições presidenciais de 1912 foi o retorno de Theodore Roosevelt à arena política, concorrendo à presidência pelo Partido Nacional Progressista, uma dissidência do partido Republicano, acontecimento que quase quebrou o monopólio bipartidário nos Estados Unidos.

Mas Franklin D. Roosevelt já não se alinhava politicamente a seu tio, como fizera nos primeiros anos do século XX. Já mais envolvido no Partido Democrata, apoiou entusiasticamente o programa de Wilson.

A nova administração serviu como aprendizado para Roosevelt, que passou a compreender melhor a burocracia federal, o que mais tarde seria de grande importância.

Já no âmbito de suas atribuições como Subsecretário da Marinha, Roosevelt passou então a ser um grande defensor da expansão naval como preparação para a Guerra Mundial.

*“Ele também testemunhou em primeira mão como o uso militar do submarino pelos alemães empurrou os Estados Unidos para a I Guerra Mundial, e manifestou a sua própria marca nacionalista, enquanto advertia seus interlocutores da possível penetração nas Américas [...] Na verdade, Roosevelt desenvolveu um profundo desgosto pelo militarismo prussiano.”<sup>155</sup>*

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Franklin Roosevelt tornou-se um dos maiores defensores da Liga das Nações, embora tenha demonstrado repúdio ao Tratado de Versalhes. Para ele, o esforço de salvar o mundo para a democracia, acabou tornando o mundo salvo para os velhos impérios<sup>156</sup>.

---

e melhorias agrícolas.” GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.6

<sup>155</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.08

<sup>156</sup> <http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/USARooseveltF.htm> Visto em 20 de dez 2007.

Em 1920, James Cox foi indicado para a corrida presidencial pelo Partido Democrata, tendo Franklin Roosevelt como seu vice. No que tange à política externa, durante a campanha presidencial, seu discurso focou a defesa da Liga das Nações e do idealismo Wilsoniano.

Ao aceitar a nomeação para candidato a vice-presidente, Roosevelt discursou em Hyde Park, reafirmando sua convicção de que a Liga das Nações era o melhor método para evitar novas guerras, e que um organismo internacional como aquele em nada ameaçava a soberania norte-americana.

Para Roosevelt, a Liga das Nações seria uma solução prática para uma situação prática. Em tempos de paz apenas era possível se declarar guerra. Seria hora, portanto, de se declarar paz em tempos de paz. As vozes contrárias à entrada dos Estados Unidos no organismo estariam vislumbrando um país que não existia mais.

Com relação às pessoas que se opunham à Liga das Nações, Roosevelt sentenciou: *“Elas estão erradas. Este não é o desejo da América! Os ‘bons velhos tempos’ se foram para sempre. Nós não temos arrependimentos”*<sup>157</sup>

É importante salientar, que essa defesa não era absoluta. Como vimos no capítulo anterior, Roosevelt era extremamente delicado ao defender a participação norte-americana em órgãos multilaterais, com vistas a não criar problemas com o eleitorado dos Estados Unidos.

Naquele momento, a maioria dos eleitores encontrava-se justamente na direção contrária, e optou pelo candidato republicano. Após quase uma década, Franklin Roosevelt encontrava-se fora do governo federal. Mas uma derrota ainda mais dura estaria por vir.

Durante sua primeira experiência no governo federal, Roosevelt desenvolveu uma visão ambígua sobre a América Latina. Se por um lado são poucas as pistas que indicam sua visão continental implementada anos mais tarde, por outro, pode-se dizer que ele não compartilhava de uma visão completamente negativa sobre seus vizinhos latinos.

Um dos primeiros registros sobre suas opiniões acerca da América Latina, segundo Pike (1995), data de 1912, quando esteve no Panamá, e observou as obras para a construção do Canal. Em uma carta para sua mãe, Roosevelt afirma que a eficiência e organização das

---

<sup>157</sup> GRAFTON, John. *Franklin Delano Roosevelt Great Speeches*. New York: Dover, 1999. Acceptance Speech for Vice-Presidential Nomination, Hyde Park, August 9, 1920. No original: *“They are wrong. This is not the wish of America! We can never go back. The ‘good old days’ are gone past forever; we have no regrets.”*p. 04



obras contrastavam com o caos nativo, mas as ruínas da cidade do Panamá indicariam que ali tinha havido uma grande civilização<sup>158</sup>.

O que teria dado errado?

Para o jovem Roosevelt, a miscigenação racial seria um dos principais fatores para o não desenvolvimento das repúblicas latinas. “*Começou a partir do primeiro momento, em que o conquistador deixou para trás suas esposas na Espanha.*”<sup>159</sup>

É neste sentido que para Roosevelt o hibridismo racial foi justamente conseqüência das intenções de caráter predatório da colonização, pouco preocupados em construir uma civilização “européia” nas Américas, comprometendo assim o desenvolvimento social dos países latino-americanos.

Interessante perceber que esta linha de raciocínio foi elaborada justamente no momento em que os países vizinhos começaram a reclamar abertamente da dominação norte-americana na região.

Por outro lado, essa visão negativa com relação à “raça” latina não era nova nos círculos dirigentes norte-americanos. Como afirma Feres Jr, sobretudo após a guerra contra o México, em meados do século XIX, a retórica da inferioridade racial dos latinos, passou a habitar os discursos e as justificativas para a política continental norte-americana.

*“O expansionismo americano fez com que as expectativas americanas a respeito dos hispano-americanos se transformassem de manifestações de desdém ocasionais e esparsas, em uma questão de política candente [...] A inferiorização racial do outro [serviu] de base para dois tipos de expectativas: condenar a história da América espanhola ao eterno fracasso e rechaçar qualquer projeto de futuro de incorporação de povos marcados pela mistura racial”*<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Segundo Franklin Roosevelt, “o centro de poder e riquezas espanhol existiu aqui enquanto os peregrinos e os puritanos tinham apenas um ponto de apoio precário na Nova Inglaterra”<sup>8</sup>. (Pike, 1995, apud, pág. 129)

<sup>159</sup> PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993. p. 132. No original: “It began from almost the first moment, when the conqueror left their wives behind in Spain.”

<sup>160</sup> FERES JR. João. *A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.63-64.

Para além da visão negativa assumida como universal na interpretação de Feres Jr, pode-se afirmar que a assimetria racial entre os Estados Unidos e a América Latina passou a ser uma constante em algumas manifestações de políticos norte-americanos.

Como demonstra Schoultz, é possível encontrar discursos dissonantes dentro do próprio governo norte-americano ainda no começo do século XX, período marcado na historiografia como o da ascensão da Política do Big Stick.

*“A reação de Theodore Roosevelt a quase todo problema nas relações EUA-América Latina havia sido golpear com um big stick até que todos fizessem as coisas à sua maneira. Root [Secretário de Estado durante o governo de Theodore Roosevelt] tinha uma abordagem diferente.”*<sup>161</sup>

Como Subsecretário da Marinha, FDR participou diretamente de diversas intervenções militares norte-americanas na América Central, como no caso do México, Panamá e do Haiti, onde inclusive escreveu uma nova Constituição para o país em 1916, aprovada por plebiscito popular após a dissolução da Legislatura Nacional Haitiana.

Naquele momento o Haiti era praticamente governado pelo major da marinha norte-americana, Smedley Butler<sup>162</sup>, que tinha fama de não respeitar os direitos dos haitianos. *“Certamente ele não fez qualquer esforço para esconder o desprezo pelos haitianos, colocando os peões para trabalhos forçados na construção de estradas”*<sup>163</sup>. Apesar de observar de perto as práticas violentas de Butler, Roosevelt era só elogios às tropas e ao major norte-americano.

Por outro lado, não se pode dizer que as experiências de Roosevelt na América Latina como Subsecretário da Marinha não tenham servido para que o futuro presidente observasse diferentes “categorias” de latinos.

---

<sup>161</sup> SCHOUTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000. p.216

<sup>162</sup> Butler voltaria a cruzar o caminho de Franklin Delano Roosevelt em 1935, quando saiu em um *tour* pelos Estados Unidos criticando a participação norte-americana em guerras, assim como acusando empresas privadas de lucrarem em momentos de crises diplomáticas. Ainda em 1935, Butler publicou o livro *War is Racket*, onde além de defender suas idéias, fez uma auto-crítica de suas atuações na América Latina e acusou os Estados Unidos de estarem precipitando uma guerra com o Japão, provocando-o regularmente no Pacífico.

<sup>163</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995. p.130. No original: *“Certainly he made no effort to hide his disdain for Haitians, putting the peons to work as forced laborers on road-building project.”*

Após a crise entre Estados Unidos e México<sup>164</sup>, Roosevelt teve contato com um embaixador brasileiro que estava representando os interesses norte-americanos na república mexicana. Em cartas enviadas para sua mãe e sua esposa, Franklin D. Roosevelt mostrou-se impressionado com a educação e o refinamento do diplomata brasileiro.

Entretanto, Pike aponta uma sutileza que diferenciava as duas cartas: enquanto para a mãe, Roosevelt classifica o diplomata como “cavalheiro escuro”<sup>165</sup>, para Eleanor, Roosevelt suprimiu qualquer referência racial, “talvez em respeito a sua peculiar obsessão pela igualdade racial”<sup>166</sup>

Pode-se dizer que embora fosse ambígua a visão de Roosevelt sobre a América Latina, até 1920, quando concorreu na chapa de James Cox, como vice-presidente, essa visão pendia mais para o lado negativo.

Durante a campanha, Roosevelt demonstrou certo desdém pelas repúblicas centro-americanas em um polêmico discurso:

*“Em Butte, Montana, procurou responder ao argumento de que a Inglaterra, com seus domínios, teria seis votos na Assembléia da Liga das Nações contra apenas um dos EUA, dizendo que os Estados Unidos contariam com um magote de países clientes na América Central e que era tão clara essa relação de subordinação que, no caso do Haiti, ele próprio lhe redigira a constituição”*<sup>167</sup>.

Seja como for, podemos perceber que seu interesse naquele momento era defender a participação dos Estados Unidos na Liga das Nações. Como dito anteriormente, o clima interno no país não colaborava para um maior engajamento norte-americano no exterior.

Roosevelt permaneceu fiel à visão de mundo defendida durante o governo de Wilson, ou seja, um internacionalismo ativo e moralista, contrário à guerra como método para resolver polêmicas entre Estados nacionais.

Entretanto, com relação à América Latina,

---

<sup>164</sup> Após o assassinato do presidente mexicano Francisco Madero, em 1913, com o golpe do General Victoriano Huerta, o presidente Woodrow Wilson recusou-se a reconhecer o novo governo.

<sup>165</sup> No Original: “a dusky gentleman”

<sup>166</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995. p. 129. No original: “perharps in deference to her ‘peculiar’ obsession with racial equality”.

<sup>167</sup> JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 46.

*“a diplomacia moral de Wilson traduziu-se em coerção. Durante seu governo, em nome da promoção da democracia (leia-se convocação de um processo eleitoral no qual os aliados dos EUA saíam vencedores), os EUA mantiveram tropas na Nicarágua, Haiti, República Dominicana e Cuba, o que na prática representava uma reafirmação da política intervencionista consagrada pelo Corolário de Theodore Roosevelt à Doutrina Monroe”<sup>168</sup>.*

A candidatura Cox-Roosevelt não empolgou o eleitorado norte-americano em 1920, e a chapa foi derrotada pelo republicano Warren G. Harding. Embora tenha sido o primeiro revés político de Roosevelt, Jenkins aponta para uma característica que acompanharia a carreira do futuro presidente: a de não ter sua imagem associada diretamente a nenhum aspecto negativo ou derrota política em que esteve envolvido.

Foi apenas um inimigo invisível que colocou a carreira política de Roosevelt em dúvida: a poliomielite.

Aos 39 anos, em 1921, Franklin D. Roosevelt acordou parcialmente paralítico. No começo a gravidade da doença foi subestimada. Diagnósticos médicos davam a entender que era uma paralisia temporária, causada por coágulo no sangue. É importante ressaltar que naquele momento a pólio era vista como uma doença quase exclusivamente de crianças.

Um segundo diagnóstico trouxe notícias sombrias; a paralisia não era temporária, e a doença era a pólio. *“Foi um período de depressão, pois ficou claro que não se recuperaria com rapidez, se é que o conseguiria, e também por sofrer dor aguda e constante”<sup>169</sup>*

Muitos autores afirmam que esta experiência mudaria para sempre a personalidade de Roosevelt, influenciando suas idéias políticas. Embora ninguém possa sair incólume de um fato tão grave, talvez haja certo exagero nesta interpretação, embora muito estimulada pelas ambigüidades características da personalidade de Roosevelt, sobretudo vista no longo prazo.

---

<sup>168</sup> AZEVEDO, Cecília. *Sob Fogo Cruzado: a política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA*. In: SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVEA, Maria de Fátima Silva (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 385.

<sup>169</sup> JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.48

*“[O] Biógrafo Geoffrey C. Ward contesta a idéia convencional de que houve dois Roosevelts, antes e depois da Pólio. Como Ward os vê, ambos Roosevelts, o que podia caminhar e o que não podia caminhar, eram mimados, auto-centrados e sentimentais”<sup>170</sup>*

Como afirma Jenkins, não se pode vislumbrar uma mudança radical de personalidade em Roosevelt após ser acometido pela doença.

*“Mas, sem dúvida, a doença robusteceu sua tendência a dissimular diante das pessoas e a encantá-las [...] Cada vez mais [Roosevelt] se preocupou em encobrir suas íntimas apreensões sob a capa de um espírito otimista”<sup>171</sup>.*

Interessante perceber a interpretação que Jenkin faz das ambigüidades e dissimulações de Franklin Roosevelt. Analisando a visão do biógrafo, estas características muitas vezes se confundem com astúcia política, sendo retirado da análise qualquer crítica às ações de Roosevelt, por mais dúbias que fossem. Na verdade, a capacidade de Roosevelt de não associar sua imagem à questões negativas durante sua vida pública, ainda permanece forte entre alguns de seus biógrafos mesmo após sua morte.

Seja como for, a característica duplicidade de Roosevelt ficaria mais evidente no seu retorno à vida pública, depois de quase três anos afastado. A volta triunfal se deu na Convenção Democrata de 1924, onde Roosevelt, com o discurso o “Guerreiro Feliz”, lançou a candidatura de Alfred E. Smith à presidência norte-americana.

*“FDR não conseguiu a indicação de Smith [...] mas salvou-o de esmagadora derrota e abriu caminho para que Smith assegurasse a indicação em 1928, depois de dois mandatos bem-sucedidos como governador [de Nova York]. Desse modo, Roosevelt criou a vacância que levou a sua própria eleição para governador de Nova York. Ainda mais espetacular, FDR ressurgia no cenário político nacional e o fizera com tremendo éclat”<sup>172</sup>.*

---

<sup>170</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995. p. 156. No original: “[The] Biographer Geoffrey C. Ward convincingly challenges the conventional wisdom that there were two Roosevelts, pre-and postpolio. As Ward sees them, both Roosevelts, the one who could walk and the one who could not, were spoiled and self-absorbed and also compassionate.”

<sup>171</sup> JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.51

<sup>172</sup> Idem, p.54.

A relação entre Smith e Roosevelt não tardaria a azedar. O ex-governador de Nova York apoiou a candidatura de Roosevelt ao governo estadual pensando que poderia controlar o seu sucessor, convencendo-o a manter sua equipe de governo.

Quando no partido muitos colocaram em dúvida a capacidade de Roosevelt de fazer campanha, Smith respondeu: “*Governador não tem que ser acrobata. Nós não o elegemos para dar salto-mortal duplo ou plantar bananeira*”<sup>173</sup>. Até mesmo porque, para Smith, bastaria Roosevelt concentrar sua campanha em um novo veículo, o rádio.

Para a surpresa de muitos colaboradores, Roosevelt mostrou-se confiante e voluntarioso, percorrendo diferentes pontos do Estado durante a campanha. Mesmo amigos mais próximos, como Louis Howe, primeiramente contrário à candidatura, temendo ser 1928 um ano negativo para os Democratas, perceberam o significado da vitória: o partido já teria um novo candidato à presidência.

Smith surpreendeu-se quando Roosevelt recusou-se a ser um governador submisso, negando-se a manter no governo o grupo político do seu antecessor. A relação entre os dois nunca mais seria a mesma, e Smith se oporia a diversas medidas de Roosevelt, tanto como governador quanto presidente. Entretanto, no momento de sua candidatura à presidência, o país passava pela maior crise financeira de sua história. Roosevelt cercou-se de intelectuais da Universidade de Columbia, configurando seu primeiro *Brain Trust* (grupo de Conselheiros mais próximos ao presidente).

Embora viessem todos da mesma universidade, não se pode dizer que houve uma convergência “natural” de idéias e tendências. Eram três os homens que compunham o núcleo base do *Brain Trust* de Roosevelt: Raymond Moley, professor de Direito em Columbia, conservador no plano econômico e isolacionista na política externa; Rexford G. Tugwell, economista especializado em agricultura, com idéias sociais mais flexíveis; e Adolf A. Berle, formado em Harvard, mas professor de Direito em Columbia. “*Não era um grupo muito coordenado e, mesmo que o fosse, seus membros colidiriam com os assessores não-acadêmicos mais velhos.*”<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995. p.62

<sup>174</sup> JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.70

Por fim, Roosevelt assegurou sua candidatura, o contexto interno da nação era desolador, e o candidato republicano, Hoover, viu-se com poucas chances de em meio ao caos financeiro, assegurar a maioria dos eleitores.

O que as eleições revelaram na verdade não foi a vitória de Roosevelt, mas a derrota de Hoover, dizem os especialistas. O contexto interno de crise foi diretamente associado ao governo de Hoover, tirando do então presidente dos Estados Unidos qualquer chance de reeleição.

### ***Cordell Hull: um estranho no ninho***

Embora tenha tido uma grande participação na formulação da política externa do governo Roosevelt (1933-1945), permanecendo no cargo de Secretário de Estado até 1944, não se produziu até momento uma biografia completa de Cordell Hull.

Neste tópico optamos por analisar principalmente a biografia escrita por Irwin Gellman, posto que se trata da mais completa encontrada na literatura atualmente; as Memórias de Cordell Hull serão analisadas mais adiante, pois cobrem apenas o período de sua atividade como Secretário de Estado durante as administrações Roosevelt. É muito comum que se encontre uma idéia central de que Hull na verdade teria “caído de pára-quedas” no cargo que ocupou durante quase todo o governo Roosevelt, posto que sua carreira política não o credenciava para o cargo de Secretário de Estado. Na verdade, foi sua influência no Senado que acabaria por colocá-lo como um dos principais atores políticos na formulação da Política de Boa Vizinhança.

Como veremos adiante, talvez essa peculiaridade tenha sido a causa de seu péssimo relacionamento com Sumner Welles, este sim, um diplomata de carreira. de que estes dois atores políticos centrais na formulação da política externa norte-americana nos anos 30 e 40 não falassem a mesma língua. Mais impressionante ainda seria a capacidade de Franklin D. Roosevelt em dialogar com ambos, sem demonstrar constrangimento diante da contradição que se apresentava, confirmando sua fama de trabalhar sempre com as diferenças de seus subordinados.

Cordell Hull nasceu em 02 de outubro de 1871, no Tennessee, entre Nashville e Knoxville. Seus primeiros anos na escola foram possibilitados pela construção por seu pai de uma sala na fazenda da família, chamada Willow Grove.

“Cord, como o jovem Hull foi apelidado, valeu-se da boa sorte de seu pai. Aos quinze anos, ele frequentou a escola normal. Após se formar ingressou na *Cumberland Law School*”<sup>175</sup>.

Embora tenha se dedicado ao trabalho como advogado até 1903, a vida política ocupava grande parte de seu tempo, tendo participado de campanhas políticas desde os tempos de estudante.

Ainda em 1893 foi eleito membro pelo Partido Democrata, da legislatura estadual no Tennessee, onde permaneceu até 1897. Embora politicamente ativo, Hull interrompeu sua carreira política para atuar como capitão exército no Quarto Regimento do Tennessee durante a guerra hispano-americana<sup>176</sup>.

Após a guerra, Hull retomou sua carreira política, sendo eleito deputado federal em 1906.

Durante grande parte de sua atuação no congresso, Hull trabalhou sem lograr resultados importantes nessa que se tornou sua principal bandeira: o livre comércio. Por outro lado, seu estilo político começaria a se consolidar. Sua oratória lacônica, e a forma de se cercar de um número vasto de informações antes de apresentar cautelosamente seus argumentos, o acompanharia pelo resto da vida.<sup>177</sup>

Após a eleição de Woodrow Wilson, em 1912, Hull encontrou um ambiente mais favorável para sua visão contrária às tarifas comerciais. Por outro lado, percebe-se uma ampliação de temas que suscitaram o engajamento do deputado, como a legislação a respeito do trabalho infantil, a defesa da organização dos trabalhadores e a jornada de trabalho de 8 horas diárias.

---

<sup>175</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. No original: “Cord, as young Hull was nicknamed, benefited from his father’s good fortune. At fifteen, he attended normal school, and after graduation he went to *Cumberland Law School*” p.24

<sup>176</sup> A Guerra Hispano-Americana aconteceu em 1898, tendo como resultado o ganho do controle, por parte dos Estados Unidos da América, sobre as antigas colônias espanholas no Caribe e no oceano Pacífico. A guerra ocorreu em 1898, quando o navio militar USS Maine foi destruído em Havana, Cuba - então colônia espanhola. Os americanos, alegando que o navio fora sabotado pelos espanhóis, exigiu que a Espanha concedesse independência à Cuba. A recusa dos espanhóis causou o início da guerra. Esta teve fim em 12 de agosto daquele ano.

<sup>177</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995.



Com relação ao sufrágio feminino, Hull nesse período ainda mostrava-se ambíguo, hora votando em temas que contribuía para o voto feminino, hora votando contrariamente.

Para Gellman, nos debates sobre imigração, Hull apresentava posições inconsistentes: uma hora votando a favor da eliminação de quotas, e outras se colocando ao lado de quem defendia maiores restrições. *“Durante estes debates, ele nunca manifestou qualquer intolerância religiosa ou racial contra estrangeiros, nem fez qualquer comentário anti-semita.”*<sup>178</sup>

Tal inconsistência de Hull na questão da imigração pode ser vista, de certa forma, como pouco interesse pelo tema. Mas é importante a análise de Gellman, ao perceber que suas decisões não eram baseadas, pelo menos publicamente, a partir de questões raciais.

No plano externo, Hull relacionava as barreiras alfandegárias como uma das principais causas de guerras entre países, embora tenha dado, inicialmente, pouco apoio às visões de Wilson sobre a Liga das Nações, mesmo com o suporte a estas do Partido Democrata e da maior parte dos jornais do Tennessee.

Com a derrota do Partido Democrata em 1920, Hull se viu fora do governo pela primeira vez em anos.

*“Ele aceitou a oferta para se tornar presidente do Comitê Nacional Democrata e logo se concentrou em pagar parte das dívidas e formar Clubes da Vitória em vários Estados. [...] Ele insistiu na defesa de tarifas comerciais mais baixas e dos valores tradicionais dos Democratas. Quanto à Liga das Nações, ele a ignorou, acreditando que esta questão emocional havia prejudicado, em última instância, o seu partido.”*<sup>179</sup>

Embora tenha desempenhado um excelente trabalho, em janeiro de 1921, Cordell Hull passou a concentrar seus esforços na recuperação de um assento no congresso norte-americano. Passou a visitar sua base eleitoral, reconstruindo suas organizações de

---

<sup>178</sup> Idem, p.25 No original: *“During these debates, he never expressed any religious or racial bigotry against foreigners, nor did he make any anti-Semitic references”*

<sup>179</sup> GELLMAN, Irwin F. Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles. New York: Enigma Books, 1995. p. 27 Versão Original: *“He snatched at an offer to become the Democratic National Committee chairman and was soon concentrating on paying off the party’s debt and forming victory clubs in various states. Wherever he went, he still stressed lower tariffs and traditional Democratic values. As for the League of Nations, he ignored it, believing that this emotional issue had ultimately harmed his party”*.

campanha. Uma novidade nesse momento foi abraçar definitivamente a causa do voto feminino.

A convenção presidencial do Partido Democrata de 1924 colocaria Cordell Hull e Franklin Delano Roosevelt em lados oposto dentro do partido. Enquanto Roosevelt apoiava Alfred Smith, Cordell Hull defendia a candidatura de John Davis.

Contraditoriamente, é justamente nesse momento em que se inicia a aproximação política entre os dois; em 1924, Cordell Hull indicou Eleanor Roosevelt como líder dos pontos de vista das mulheres Democratistas.

*“Dois anos mais tarde, ele participou de diversas reuniões presididas por Roosevelt que reuniu poderosos políticos Democratistas, a fim de forjar um amplo consenso Democratista. De fato, até o final de 1926, Hull tinha formado o seu próprio grupo de influentes líderes Democráticos, e incluído Roosevelt neste grupo com relutância, devido à estreita associação [de Roosevelt] com Alfred Smith, que aparecia como o provável candidato do partido na campanha presidencial 1928.”<sup>180</sup>*

De fato, o consenso não foi alcançado de forma muito satisfatória para o grupo de Hull dentro do partido Democrata. Em 1927 Hull considerou seriamente disputar a nomeação do partido contra Alfred Smith.

Comitês *“Hull for President”* se estabeleceram por todo o Tennessee, além de vários outros Estados do sul. Entretanto, a candidatura de Smith estava melhor estruturada e Hull perdeu logo na primeira convenção.

Vale lembrar que nenhum político do sul havia sido indicado como candidato à presidência pelo Partido Democrata em setenta anos de história.

Segundo o próprio Cordell Hull, em suas memórias, a convenção Democrata de 1927 teria sido o palco de sua aproximação com Franklin Roosevelt, onde passaram a discutir assuntos como cooperação internacional e baixos impostos<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup> Idem, p. 28. No original: *“Two years later, he attended several meetings chaired by Roosevelt that gathered powerful Democratic politicians together in order to forge a wider Democratic consensus. In fact, by the end of 1926, Hull had formed his own group of influential Democratic leaders and included Roosevelt in the group only reluctantly because of his close association with Alfred Smith, who appeared to the party’s likely nominee in the 1928 presidential campaign”*.

<sup>181</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p. 141

Embora não tenha conseguido a nomeação, Hull recebeu grande apoio de Roosevelt, que indicou seu futuro secretário de estado, como vice-presidente. Para Roosevelt, um vice-candidato do sul daria mais equilíbrio à candidatura de Alfred Smith. A base eleitoral e a experiência política de Cordell Hull colocavam-no como uma figura forte na campanha.

Com nova derrota do Partido Democrata em 1928, dessa vez para Herbert Hoover, Cordell Hull passou a pretender uma cadeira no senado norte-americano. Vislumbrando as eleições presidenciais de 1933, Cordell Hull colocou-se ideologicamente no centro do partido Democrata, mediando antagonismos e reforçando o consenso. Inicialmente Hull não se mostrou muito entusiasmado com a pré-candidatura de Roosevelt, abraçando a campanha apenas em 1932.

Poucos meses antes, o Partido Democrata estava rachado. O grupo liderado por Alfred Smith pretendia impor a idéia de que as questões econômicas não seriam políticas. Em função desse princípio, se colocavam ao lado da aprovação do aumento dos impostos e do isolamento econômico norte-americano.

A visão de Cordell Hull era oposta. Para o então senador, a questão econômica era política, e a defesa do grupo de Smith, acerca do aumento de impostos colocava o Partido Democrata e o Partido Republicano no mesmo nível no plano das idéias.<sup>182</sup>

Cordell Hull passou então a enfrentar publicamente Alfred Smith, até então aliado de Roosevelt. Entretanto, para o senador, as discussões acaloradas não deveriam desestabilizar o partido, como ocorrera em 1928. Hull tinha a visão de que a crise econômica tinha praticamente destruído a chance de reeleição de Hoover, colocando a Casa Branca praticamente nas mãos dos Democratas, desde que estes não se perdessem em divisões internas.

Foi durante esse processo de ajuste interno do Partido Democrata que Roosevelt resolveu mudar de lado. Rompeu com o grupo de Alfred Smith e passou a apoiar as idéias de Cordell Hull.

Anos mais tarde, segundo Cordell Hull, essa mudança de lado foi pauta de uma conversa informal com o então presidente Franklin Roosevelt durante um jantar. Este teria justificado sua atitude pela incapacidade que encontrou em fazer parte, de fato, do grupo de

---

<sup>182</sup> Idem, p.142.

Alfred Smith, dado que se tratava de um grupo fechado demais, que aceitava poucos sócios novos.<sup>183</sup>

Entretanto, nem tudo corria bem entre Cordell Hull e Franklin D. Roosevelt durante a Convenção. Embora por essa altura os dois já tivessem conversado, e concordado, sobre diversos temas. Hull foi pego de surpresa por um discurso de Roosevelt onde afirmava ser contra a entrada dos Estados Unidos na Liga das Nações naquele momento.

Na verdade, Roosevelt não estava renegando seu discurso de 1920 e 1928, quando defendeu uma forma dos Estados Unidos entrarem na Liga das Nações sem perder a soberania. A questão é que para Roosevelt, a Liga já não servia mais, naquele momento, para evitar guerras e evitar disputas internacionais<sup>184</sup>.

A Convenção Democrata de 1932 acabou sendo uma vitória de Hull sobre o grupo liderado por Alfred Smith, sem provocar um racha no partido, culminando com a indicação de Franklin Roosevelt como candidato Democrata nas eleições presidenciais.

Porém, assim como Franklin Roosevelt, Cordell Hull sofreu um grande baque em sua saúde antes de assumir como Secretário de Estado. Em 1932, foi confirmado que tinha diabetes e tuberculose. Como esta última doença acarretava enorme preconceito, Cordell Hull resolveu escondê-la tanto do público quanto de seus companheiros de partido.

Para Gellman, provavelmente nem o presidente Roosevelt soube da tuberculose de Cordell.

*“Em última análise, Hull foi, acima de tudo, um sobrevivente que entendeu completamente as armadilhas da sua profissão. Ele evitou se envolver em causas controversas e não era suscetível a erros diplomáticos. Se possível, no início do New Deal, Hull foi politicamente mais prudente do que o seu patrão.”*<sup>185</sup>

Cordell Hull era considerado por seus companheiros de partido um homem avesso a polêmicas; nenhum escândalo atingiu sua vida pessoal ou política. Dentro do próprio partido Democrata, muitas vezes funcionou como um ponto de equilíbrio.

---

<sup>183</sup> Idem, p.146.

<sup>184</sup> Idem, p.150.

<sup>185</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.31 No original: “*In the final analyses, Hull was, above all else, a survivor-one who thoroughly understood the pitfalls of his profession. He refused to become entangled with controversial causes and was not likely to make diplomatic blunders. If possible, at the start of the New Deal Hull was more politically circumspect than his boss*”

### *Sumner Welles: o especialista*

Sumner Welles foi umas das figuras mais importantes na construção da Política de Boa Vizinhança. Entretanto, sua vida pessoal, sempre turbulenta, acabou por encerrar precocemente sua participação no Governo Roosevelt.

Dentre os três atores políticos considerados principais nas articulações políticas com os países da América Latina, talvez Welles tenha sido o que mais cedo estabeleceu relações com diplomatas e intelectuais dos países vizinhos, e ainda, o que mais cedo percebeu que as intervenções militares e pressões diplomáticas dos Estados Unidos, típicas nos anos 10, era um modelo esgotado, ainda no limiar dos anos 20, com exceção do caso cubano em 1933, onde propôs a intervenção armada norte-americana. Esta seria uma mancha negra no seu currículo a favor da cooperação e solidariedade continental.

Sumner Welles nasceu em 10 de outubro de 1892, na cidade de Nova York. Descendente de uma família que remontava aos tempos coloniais, Welles, assim como Roosevelt, tinha um parente que teve algum destaque na vida política. Seu tio, Charles Sumner, havia sido um famoso senador Republicano defensor do abolicionismo no século XIX.

Welles e Roosevelt se conheceram no colegial.

*“Sumner era uma criança frágil. Sua mãe, Frances Swan, e a mãe de Eleanor Roosevelt eram amigas tão próximas que quando Hall, irmão de Eleanor entrou para o colégio se tornou companheiro de quarto de Sumner. Quando Eleanor se casou, Sumner foi levado ao casamento no mesmo trem do presidente Theodore Roosevelt. [...] Mais importante, Welles se encontrou com o diretor da Groton, Endicott Peabody, que oficializou a cerimônia. “Um ano após o casamento, Welles entrou para Groton, onde, como Franklin Roosevelt, ficou sob a influência do poderoso diretor.”<sup>186</sup>*

---

<sup>186</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p. 59. No original: “Sumner was a frail child. His mother, the former Frances Swan, and Eleanor Roosevelt’s mother were such a close friend that when Eleanor’s only brother Hall went away to school Sumner was his roommate. When Eleanor married, Sumner carried her wedding train as President Theodore Roosevelt [...] More important, Welles met Groton headmaster Endicott Peabody, who officiated at the wedding service. One year after the wedding, Welles entered Groton, where he, like Franklin Roosevelt, came under the headmaster’s powerful influence”

Em 1910, Welles recebeu seu diploma das mãos de Theodore Roosevelt, que por essa época era um visitante freqüente da Groton School e havia se tornado uma espécie de herói para os rapazes.

Segundo Benjamin Welles,

*“Theodore Roosevelt, entretanto, foi mais do que apenas um exemplo de um cristianismo forte. Ele e Peabody acreditavam, apaixonadamente, que os estudantes da Groton School – e todos os nascidos com privilégios – deviam a seu país o serviço público.”*<sup>187</sup>

Após se formar em Groton School, Sumner Welles ingressou em Harvard para estudar economia e cultura ibérica. Em 1913 viajou pela África e Europa, freqüentando a *École des Beaux Arts* em Paris, voltando aos Estados Unidos no ano seguinte para completar seus estudos na universidade.

Embora tenha sido aconselhado por Peabody a seguir a carreira episcopal, Welles declinou da idéia e passou a cortejar a carreira diplomática. Neste sentido, seus contatos tanto na *Groton School*, quanto em *Harvard* lhe foram de extrema importância.

Em 1915, Sumner Welles entrou em contato com outro recém formado, William Phillips, para tomar parte nos trâmites visando admissão no Departamento de Estado. Com o apoio de Phillips e Roosevelt, a admissão de Welles estava praticamente garantida. Em 28 de junho de 1915, Welles foi aprovado nos exames em primeiro lugar, com nota total de 93 pontos. Welles foi enviado para Tóquio, um dos postos mais importantes naquele momento.

No tempo que passou no Japão, Sumner Welles foi em direção contrária à tendência geral do Departamento de Estado. Passou a estudar espanhol e se especializou em América Latina, passando a requerer transferência para o continente.

De fato, seus companheiros no Departamento de Estado “*consideravam uma transferência para a América Latina equivalente a um rebaixamento. Mas Welles rejeitava*

---

<sup>187</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p.14. No original: “*TR, however, was more than merely another example of muscular Christianity. He and Peabody believed, passionately, that Grotonians – and all born to privilege – owed their country public service*”.

*este conceito e definiu para si próprio um caminho que ao longo dos anos evoluiu em paralelo à Política de Boa Vizinhança.”*<sup>188</sup>

Seu primeiro posto foi na Argentina (1917-1919), onde se dedicou a aprimorar o espanhol e entrar em contato com a cultura local, permanecendo três anos no país latino. As atuações de Welles na Argentina foram diversificadas. Um dos maiores problemas enfrentados por Welles na ocasião foi lidar com “lista negra” norte-americana de empresas argentinas que tiveram algum tipo de negócio com empresas austro-húngaras ou alemães durante a Primeira Guerra.

Na verdade, tal lista negra tinha sido formulada primeiramente pela Inglaterra. Para Welles, esse tipo de lista, num primeiro momento encarnava os interesses ingleses na região, e, num segundo momento, poderia causar constrangimento entre o governo argentino e o dos Estados Unidos.

Neste ponto, Sumner Welles advogava uma ação norte-americana sem a influência de França e Inglaterra. Como afirma Benjamin Welles,

*“Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, buscando reparações de guerra, estavam competindo pelos ativos alemães na Argentina - Mas o orgulho nacional e o persistente sentimento pró-alemão [na Argentina] complicavam a tarefa. Devido ao obstrucionismo argentino, Welles advertiu Washington que seria um "erro muito grave" cooperar com os franceses ou britânicos para obter informações sobre os ativos alemães. Os dados obtidos deveriam ser utilizados exclusivamente para o nosso próprio [norte-americano] benefício”.*<sup>189</sup>

Após voltar aos Estados Unidos, Welles foi nomeado, em 1920, vice-secretário da divisão de negócios latino-americanos do Departamento de Estado. Sumner Welles passou

---

<sup>188</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.61 No original: “considered a transfer to Latin America equivalent to a demotion. But Welles reject this notion and set for himself a course that over the years parallel the evolution of good neighbor diplomacy”

<sup>189</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p.59. No original: “*The United States, Britain and France, seeking war reparations, were competing for German assets in the Argentine – But national pride and lingering pro-German sentiment were complicating their task. Given ‘Argentine obstructionism,’ Welles warned Washington, it would be a ‘very serious error’ to cooperate with French or British in obtaining information about German assets. What facts could obtaining should be utilized ‘strictly for our own benefit’.*”

a se dedicar aos problemas internos das repúblicas centro-americanas, principalmente Cuba e República Dominicana; em menos de um ano Sumner Welles se tornaria chefe da divisão, substituindo Leo Rowe, transferido na ocasião para a presidência da União Pan-americana<sup>190</sup>.

Os anos em que passou na Argentina, e suas experiências nas crises cubanas e dominicanas, fizeram com que Welles passasse a questionar os métodos de ação do governo norte-americano na relação com seus vizinhos.

Para Benjamin Welles,

*“o ódio dos Estados Unidos muito comum em toda a América Latina resultou em grande parte dos equívocos da Doutrina Monroe. Para muitos latino-americanos, parecia um pretexto disfarçado para uma intervenção armada, em seus assuntos”*<sup>191</sup>

É justamente nesse momento que Roosevelt comete, em Montana, a gafe acerca da Constituição do Haiti, onde deixou escapar que havia escrito ele mesmo o documento. Em resposta, o candidato republicano à presidência, Warren G. Harding aproveitou para deixar claro sua oposição a tal tipo de interferência.

Neste caso, Welles recebeu apoio para suas idéias justamente do lado republicano, o menos provável. De qualquer forma, Cuba, Haiti e República Dominicana ocuparam a vida de Sumner Welles por dois anos; nas três repúblicas, demandas pelo fim das intervenções estavam crescendo.

O presidente Wilson e Sumner Welles concordavam com a independência, embora tivessem dúvidas sobre o momento apropriado. Há muito tempo, setores políticos opositores nesses países provocavam protestos internos para precipitar o fim da intervenção norte-americana.

Os Estados Unidos deveriam descobrir outros métodos para estabilizar seus vizinhos; e Welles se achava a pessoa mais indicada para elaborar uma nova metodologia.

---

<sup>190</sup> A União Pan-americana foi criada durante a Primeira Conferência Pan-americana realizada em Washington em 1889. Inicialmente chamou-se Departamento Comercial das Repúblicas Americanas, e visava estimular o comércio entre as repúblicas americanas. Encontros periódicos foram realizados durante toda a primeira metade do século XX, em diversas capitais do continente, até que, em 1948, na Conferência de Bogotá, foi criada a Organização dos Estados Americanos - OEA, com novo aparato jurídico, substituindo a União Pan-americana.

<sup>191</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p.64. No original: *“hatred of the United States common throughout much of Latin America stemmed largely from misunderstanding of Monroe Doctrine. To many Latin Americans it seemed a thinly disguised pretext for armed intervention in their affairs”*



Por outro lado, a vida pessoal de Welles colocaria sua carreira em risco pela primeira vez. Ao se divorciar em 1923, num período em que a separação era um escândalo de grandes proporções, Welles colocaria mais lenha na fogueira ao se casar em 1925 com Mathilde Townsend, também divorciada do Senador por Rhode Island, Elbridge Gerry.

O então presidente, Calvin Coolidge enviou uma mensagem ao Secretário de Estado Frank Kellog, instruindo-o a cortar qualquer relação entre o governo e Welles. Interessado no novo posto criado dentro do Departamento de Estado, o de Secretário de Estado Assistente para a América Latina, Welles viu suas chances irem se diluindo rapidamente.

Na verdade, Coolidge desaprovava qualquer divórcio, mas Welles acreditou que a retirada da sua nomeação tinha sido causada pelo Senador Gerry.

Sentido-se perseguido, Welles abandonou a carreira diplomática e passou a se dedicar aos estudos teóricos sobre as relações com a América Latina, atuando mais ativamente dentro do partido Democrata.

*“O fruto de seus trabalhos foi escrever a história da República Dominicana em dois volumes, publicados em 1928. Nela, [Welles] elogiou Hughes pela definição da Doutrina Monroe como uma medida hemisférica defensiva.”*<sup>192</sup> Na verdade, Sumner Welles não descartava a necessidade de intervenção militar em casos específicos, como a defesa de vidas norte-americanas em perigo na América Latina, ou a defesa do Canal do Panamá, mas estas deveriam ser em casos extremos.

Mas, mesmo em casos de intervenção militar nesses países, para Welles, os Estados Unidos deveriam consultar outras repúblicas continentais, e não partir para ações decididas unilateralmente. Paralelamente, a reeleição de Franklin Delano Roosevelt para o governo de Nova York, colocou o futuro presidente como o Democrata a ser observado. Sumner Welles, que tinha relações de amizade com a família Roosevelt, passou a participar das prévias, e a fazer campanha pela indicação de Roosevelt como candidato à presidência pelo partido Democrata.

Não eram apenas relações de amizade que aproximavam Welles e Roosevelt. Os dois compartilhavam algumas visões similares à respeito da política interamericana.

Segundo Benjamin Welles,

---

<sup>192</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p. 66 Versão Original: “The fruit of his labors was a two-volume history of the Dominican Republic published in 1928. In it he [Welles] praised Hughes for defining the Monroe Doctrine as a hemispheric defensive measure”.

*“FDR e Welles, Wilsonianos ambos, partilharam com o antigo presidente a apaixonada convicção de que os Estados Unidos tinham um ‘dever moral’ de promover a democracia abaixo do Rio Grande. Os Estados Unidos eram ‘mais que amigos do governo constitucional’, proclamou Wilson ao tomar posse em 1913. ‘Nós somos os seus campeões.’ [...] Em 1916, ele declarou que os Estados Unidos recusaria dar as mãos de boas-vindas a qualquer pessoa que obteve poder em uma república irmã pela traição e violência’. Com estes sentimentos, Welles e FDR concordavam profundamente.”*<sup>193</sup>

Em um momento onde o Secretário de Estado Stimson desenvolvia uma política de reconhecimento de ditadores na América Latina, Welles convenceu Roosevelt que apenas eleições livres poderiam evitar revoluções e promover a estabilidade continental. Welles, que tinha boas relações com o subsecretário de Estado, Norman Davis, conseguia dele informações sobre as conversas internas e diretrizes políticas que o Secretário de Estado tentava promover.

Em um acordo entre Welles, Roosevelt e Davis, este último deveria assinar um artigo (escrito na verdade por Sumner Welles) criticando a nova postura do Secretário de Estado. Tal artigo, intitulado *“My Own Faith as Regards Our dealings with Latin América”*, acabou sofrendo um enorme corte em seu tamanho devido ao impedimento do editor da *Foreign Affairs*, Hamilton Fish Armstrong. Para este, o artigo seria publicado apenas com 6 mil palavras, e não com as 12 mil enviadas originalmente.

Welles concordou, e enviou a versão reduzida que acabou sendo publicada em julho de 1931. Assinado por Davis, o artigo enfocava três razões para a ineficácia da política do governo Republicano para a América Latina.

1 – A inexistência de um direito norte-americano de intervir militarmente na América Latina unilateralmente;

---

<sup>193</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p. 135 No original: *“FDR and Welles, Wilsonians both, shared the late President's passionate conviction that the United States had a ‘moral duty’ to promote democracy below the Rio Grande. The United States was ‘more than a friend of constitutional government,’ Wilson had proclaimed on taking office in 1913, ‘ We are its champions.’ [...] On his renomination in 1916, he had further declared that the United States would ‘refuse the hand of welcome to anyone obtaining power in a sister republic by treachery and violence’. With these sentiments, Welles and FDR profoundly agreed.”*

2 – A tarifa protecionista Smoot-Hawley aprovada pelo Congresso de maioria republicana;

3 – A falha norte-americana em consultar adequadamente seus vizinhos em caso de intervenção.

No segundo e terceiro pontos, fica evidente a obsessão de Welles em promover uma re-interpretação da Doutrina Monroe, e fomentar o comércio com os países latino-americanos.

Para Sumner Welles, o espírito da Doutrina Monroe deveria estar ligado diretamente à cooperação e a permanente consulta entre os países americanos. Os Estados Unidos, embora visassem a manutenção da liberdade e paz continentais, causavam grandes danos a sua imagem ao agir unilateralmente.

Segundo o próprio Sumner Welles<sup>194</sup>, durante os anos anteriores a sua eleição, Roosevelt estudou os aspectos da política externa norte-americana. “*As linhas gerais da política que ele havia determinado incluía uma tentativa de criar um sistema dentro do Hemisfério Ocidental através de métodos estritamente cooperativos.*”<sup>195</sup>

Embora não haja registro sobre a função que tal artigo teve na campanha de Roosevelt, acredito ser possível que tenha se tratado na verdade de uma sondagem acerca das respostas que os intelectuais norte-americanos dariam à proposição de uma política externa engajada. É importante lembrar que a *Foreign Affairs*, publicada pelo *Council of Foreign Relations*, era umas das revistas mais influentes, expressando a opinião da elite de negócios de Nova York.

O Council teve grande influência durante todo o pós-guerra. Ele foi criado por ex-assessores de Wilson, que passaram a defender um aprofundamento dos estudos sobre política externa, para que o governo pudesse ter subsídios e não fosse mais surpreendido como Wilson tinha sido com a rejeição à entrada na Liga das Nações.

Roosevelt e Welles estavam convencidos de que correntes mais engajadas em assuntos externos estavam crescendo entre o eleitorado norte-americano, embora tal percepção não fosse subsidiada por nenhum estudo formal.

---

<sup>194</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944.

<sup>195</sup> Idem, p.50. No original: “*The general lines of policy upon which he had determined included an attempt to create a system within Western Hemisphere through strictly co-operative methods.*”

Enquanto Welles impulsionava Roosevelt na direção de aumentar o espaço para política externa em seus discursos, Raymond Moley, como dito anteriormente, um isolacionista, passou a fazer oposição cerrada a tal iniciativa.

A pedido de Roosevelt, Welles concentrou-se em elaborar mais um discurso sobre a política interamericana, já próximo às eleições. Após concluir o texto, Welles recebeu a visita de Moley, afirmando que o então candidato havia decidido não se pronunciar mais sobre política externa até depois das eleições.

Para Benjamin Welles, Davis, desde a publicação do artigo, esperava fazer parte do governo de Roosevelt após sua vitória, como Secretário de Estado. Ele desprezava completamente o *Brain Trust*, confidenciando em diversas ocasiões a Welles que se tratava de teóricos sem o menor entendimento prático da política externa, mas que formavam um anel impenetrável ao redor de Roosevelt.<sup>196</sup>

Por outro lado, Moley e os *Brain Trusters* estavam claramente determinados a manter o tópico política externa, e rivais como Welles, fora da campanha de Roosevelt.”<sup>197</sup>

Seja como for, as pretensões de Davis em assumir o cargo de Secretário de Estado foram por água abaixo após a indicação de Cordell Hull, um político com amplo respaldo do Congresso; e Sumner Welles percebendo-se sozinho e sem o apoio do Congresso para qualquer nomeação, viu-se completamente à deriva, sem garantia de acesso a nenhum cargo no governo de FDR, a quem ajudara a conquistar a vitória nas eleições. Welles acabara de ter seu primeiro combate contra os *Brain Trusters*. Porém, este não seria o último.

Neste sentido, uma análise das trajetórias políticas pode nos relevar aspectos interessantes sobre os principais formuladores da Política de Boa Vizinhança, sendo importante pensar os bastidores, os acordos políticos e as rivalidades existentes no interior do governo Roosevelt durante a implementação de uma nova política interamericana. A idéia é demonstrar como o jogo político foi dinâmico e como as estratégias não foram construídas dentro de um ambiente uníssono.

---

<sup>196</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p.141

<sup>197</sup> Idem, 143. No original: “*Moley and the Brain Trusters were clearly determined to keep foreign policy – and rivals for FDR's ear like Welles, out of the campaign.*”

### ***Capítulo 3. Circunstâncias e Processos***

Na VIII Conferência dos Estados Americanos realizada em Lima (1938), em meio às incertezas que pairavam sobre o mundo às vésperas da 2ª Guerra Mundial, foi proclamada a unidade do hemisfério Ocidental, e instituída a Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores Americanas para traçar estratégias continentais de cooperação e solidariedade sempre que o contexto internacional ameaçasse as Américas.

Entretanto, percebe-se que tais reuniões de consulta antes de promoverem uma convergência de interesses entre as repúblicas americanas, muitas vezes foram palcos de intensas disputas diplomáticas entre os países.

Outro ponto interessante, perceptível através das análises das Conferências, e, sobretudo de documentação interna das repúblicas participantes, era a dificuldade em acomodar idéias e projetos em um momento de extrema ideológica mundial, resultando, muitas vezes, na redefinição do caráter prático da Política de Boa Vizinhança.

Neste capítulo, portanto, utilizaremos os livros de Cordell Hull e Sumner Welles, *The Memoirs of Cordell Hull* publicado em 1948 e *Time for Decision* publicado em 1944, respectivamente, onde os autores discutem e muitas vezes explicam, segundo sua ótica, as conjunturas e as decisões que foram levados a tomar em determinados momentos.

Em diversas ocasiões, Hull e Welles tiveram visões antagônicas sobre quais seriam as prioridades norte-americanas na América Latina. Embora tenham trabalhado lado a lado por vários anos, era de conhecimento de seus colegas a pouca empatia pessoal entre ambos.

Essas diferenças surgem em vários momentos em seus livros, quando se torna inevitável para um deles colocar o outro como personagem da história narrada. Dá-se um verdadeiro combate indireto para defender suas aspirações e atitudes, dá-se na verdade, um combate pela memória da Política de Boa Vizinhança.

*Time for Decision*, de Sumner Welles, e *The Memoirs of Cordell Hull* foram publicados ainda durante o calor dos acontecimentos, com seus autores tendo uma certa relevância na vida política norte-americana, embora Sumner Welles tenha saído com a imagem bastante arranhada devido a escândalos sexuais.

Como afirma Pollack,

*“as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória [...] o que a memória individual grava, recalca,*

*exclui e relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”<sup>198</sup>.*

Seja de forma consciente ou não, em suas narrativas, os autores muitas vezes parecem querer se explicar, justificando suas decisões, deixando nas entrelinhas as dificuldades de se acomodar idéias dentro do governo norte-americano naquele momento.

Talvez o mais interessante nesse processo é a utilização da imagem do presidente Roosevelt como o único árbitro capaz de legitimar os pontos de vista dos autores; árbitro nunca questionado, e, portanto, nunca equivocado.

Entretanto, ao observar as narrativas, Roosevelt parece em alguns momentos dois personagens distintos, que nunca desaprova os seus subordinados, mesmo em questões onde as diferenças eram irreconciliáveis. As defesas das suas posições nos assuntos mais polêmicos não se sustentam apenas pela força das suas idéias e convicções, sendo necessário, a todo tempo, reafirmar a aprovação do Presidente Roosevelt, deixando bem claro a quem pertence a memória da Política de Boa Vizinhança.

Entretanto, embora Cordell Hull e Sumner Welles não fossem amigos e não tivessem prazer em trabalharem juntos, é através do livro de um que o outro se revela, os silêncios de um são desenterrados na narrativa do outro, colocando-os num eterno combate pela memória de sua participação no governo norte-americano, combate este iniciado em 1933, porém sem data para terminar.

### ***A Conferencia do Panamá (1939): a defesa da neutralidade***

Com a eclosão da guerra na Europa em 1939, o governo Roosevelt solicitou a realização da Primeira Reunião dos Chanceleres Americanos, no Panamá, a fim de definir, multilateralmente, uma posição conjunta dos países vizinhos frente ao conflito no Velho Continente.

Segundo Seitenfus<sup>199</sup>, esta reunião se diferenciou das conferências pan-americanas anteriores, pois abandonou o caráter obrigatório e automático das decisões, já que ficou pré-estabelecido que a Conferência faria apenas *recomendações*.

A pauta das reuniões girara em torno de três eixos principais:

---

<sup>198</sup> POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol 5, n.10, 1992. p.05

<sup>199</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. p.185

- 1 – Questões relativas à aplicabilidade da neutralidade no Novo Mundo;
- 2 – A proteção da paz no hemisfério ocidental;
- 3 – A cooperação econômica continental.

Para Cordell Hull, uma das passagens mais significativas da agenda da conferência, preparada por ele mesmo, se referia à extensão do perímetro de defesa do continente americano para além das águas territoriais de cada país, consideradas principais áreas de defesa, pois significava que para o hemisfério ocidental, combates navais muito próximos, mesmo que em águas internacionais, não seria aceito pelos países americanos.<sup>200</sup>

Sumner Welles, então subsecretário de Estado, foi designado como chefe da delegação norte-americana partindo para a Cidade do Panamá em 15 de setembro, oito dias antes da abertura da Reunião.

Segundo Welles, sua chegada mais cedo à capital panamenha se deu pela sua vontade de sentir o clima que encontraria em outras delegações<sup>201</sup>.

Vale lembrar, que Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e um dos grandes defensores de um alinhamento com os Estados Unidos, não pode comparecer a Conferência, delegando ao embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, a função de chefe da delegação brasileira.

Segundo Welles,

*“Não houve a menor divergência de opiniões quanto às questões morais envolvidas na competição européia, nada além de um profundo sentimento de que o triunfo do Eixo poderia resultar em uma redução das liberdades dos povos americanos e em um inevitável perigo para a integridade do hemisfério”<sup>202</sup>*

Pode-se dizer que esta visão de Welles foi um tanto otimista. A Alemanha e a Itália não ficaram inertes vendo movimentação diplomática norte-americana. Segundo,

---

<sup>200</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p.688

<sup>201</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p.211

<sup>202</sup> Idem, Ibidem. No original: *“There was not the slightest divergence of the views as to the moral issues involved in the European contest; nor was there other than a deep-seated feeling that triumph of the Axis powers would result in a curtailment of the liberties of the American peoples and inevitable peril to the integrity of the hemisphere”*

Seitenfus<sup>203</sup>, percebendo que tinham poucos instrumentos para tornar a Conferência um fracasso, diplomatas alemães e italianos se concentraram, através de reuniões e ofícios diplomáticos nos países do ABC (Argentina, Brasil e Chile), na tentativa de pelo menos manter os países latino-americanos neutros com relação à guerra.

Na verdade, durante os preparativos da Conferência, duas interpretações concorrentes de neutralidade foram colocadas aos países americanos. Na primeira, defendida pelos Estados Unidos, a Inglaterra poderia controlar as comunicações e as rotas de comércio marítimo, conseqüentemente isolando a Alemanha. Já na segunda interpretação, pretendia pela Alemanha, e explicitada através de ofícios diplomáticos, e defendida pela Argentina e Brasil, a liberdade de comércio internacional deveria ser mantida.

Aparentemente, a Alemanha nazista não pretendia mais que a neutralidade dos países latino-americanos naquele momento. Entretanto, para Welles, foram justamente as ambições imperialistas do governo de Hitler, - segundo ele, óbvias aos governos vizinhos -, que estimularam a união e solidariedade das delegações americanas no Panamá<sup>204</sup>.

No dia da inauguração da Conferência do Panamá, em 23 de setembro de 1939, Cordell Hull aproveitou-se para discursar em Nova Iorque, enfocando a capacidade de cada país americano de defender sozinho seu próprio território. Entretanto, a eclosão da guerra estaria impondo novas necessidades ao hemisfério ocidental, e ao próprio povo norte-americano.

*“Há a maior necessidade, mais do que nunca, de que todas as nações, ainda em posição de o fazer, aumentem seus esforços para a preservação desses princípios fundamentais das relações internacionais civilizadas [...] Nós, das Américas, estamos firmemente convencidos, de que os progressos da raça humana podem ser mantidos”*<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. p.187

<sup>204</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p.212

<sup>205</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p.689 No original: *“There is greater necessity than ever before for all nations, still in a position to do so, to increase their exertions for the preservation of those fundamental principles of civilized international relations [...] We, of the Americas, are firmly convinced, the progress of the human race can be maintained”*.



Indiretamente, Hull estava criticando correntes dentro dos Estados Unidos aferradas a uma absoluta neutralidade norte-americana. Por outro lado, estava também polarizando os dois principais lados da guerra, justificando a sua dúbia visão de neutralidade, pois esta dava uma importante vantagem aos Aliados, ao permitir que a Inglaterra praticamente policiasse o oceano Atlântico.

No que tange a dinâmica interamericana, durante a Conferência, a esperada resistência da delegação da Argentina não veio. Como afirma Sumner Welles:

*“Porque muito se tem escrito e dito nos últimos anos acerca das dificuldades criadas para a causa da unidade interamericana pelas políticas seguidas pelo governo argentino, devo enfatizar a total cooperação, ajuda e importantes serviços prestados durante a reunião no Panamá pela delegação argentina, chefiada pelo Dr. Leopoldo Melo. [...] Na verdade, durante toda a reunião, não havia a menor nuvem sobre o horizonte da unidade interamericana.”*<sup>206</sup>

De certo modo, a cooperação argentina se deve muito aos seus próprios interesses internos, a neutralidade era bem vista pelo governo argentino, sendo defendida arduamente nas demais reuniões de consulta entre os chanceleres americanos, como veremos adiante.

Por outro lado, observando as análises de David Scheinin, a percepção de Sumner Welles sobre a cooperação argentina em 1939 não estaria equivocada. Naquele momento, o governo do presidente argentino Ortiz estava sob forte ataque político das províncias do país, e de parte das forças armadas. A cooperação da Argentina em nível continental poderia conceder a seu governo mais estabilidade política.

*“Como parte de um esforço para reafirmar o controle em um clima político cada vez mais incerto, Ortiz encorajou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cantilo, a desenvolver a posição de que o conjunto das repúblicas*

---

<sup>206</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p. 214 “*Much has been written and said in recent years of the difficulties created for the cause of inter-American unity by the policies pursued by the Argentine government, I must emphasize the altogether co-operative, helpful, and able services rendered during the meeting at Panama by Argentine delegation, headed by Dr. Leopoldo Melo. [...] In fact, throughout the meeting there was not the slightest cloud upon the horizon of inter-American unity.*”

*americanas deveria deixar a neutralidade de lado em favor da não-beligerância. Embora pouco diferente da neutralidade, a não beligerância sugeria uma resposta internacional menos passiva.*<sup>207</sup>

Em 26 de setembro de 1939, Cordell Hull recebeu de Sumner Welles seis propostas que seriam apresentadas à Conferência: as repúblicas americanas criariam uma zona de neutralidade onde não deveria ocorrer nenhuma atividade beligerante; os submarinos beligerantes deveriam ficar fora dos portos do continente; uma declaração de neutralidade deveria ser elaborada entre as repúblicas americanas; um Comitê Monetário e Comercial deveria ser criado; deveria ser estimulado o livre comércio no continente; e o interior do continente deveria ser preservado de atividades subversivas dos países em guerra, leia-se, nazistas<sup>208</sup>.

Em resumo, a Reunião de Consulta realizada no Panamá adotou três importantes documentos: A *Declaração Geral de Neutralidade*, pela qual ficou definida as condições da neutralidade americana, como a proibição do uso de territórios do hemisfério ocidental pelos países em guerra e estabelecimento de estações de rádio européias.

O segundo documento ofereceu a interpretação do postulado de neutralidade, denominado *Declaração do Panamá*. Tal documento instituiu uma zona marítima de segurança continental. Esta fronteira se estendia da cidade de Halifax, na fronteira entre Estados Unidos e Canadá, até o sul do Cabo Horn, medindo 300 milhas de largura. Para vigiar o respeito à neutralidade continental, foi criado no Rio de Janeiro, sob direção de Afrânio de Melo Franco, o Comitê Interamericano de Neutralidade.

O terceiro documento foi uma declaração de princípios, na qual os Estados americanos colocaram em evidência sua interdependência e se comprometiam a usar todos os meios para preservar a paz e a segurança continental.

Segundo Sumner Welles, a maioria das ações e comitês visando a neutralidade perderam seu caráter depois que vários países do continente americano deixaram de ser

---

<sup>207</sup> SCHEININ, David. *Argentina: The Closet Ally*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007 p. 189. “Party as an effort to reassert control in a increasingly uncertain political climate, Ortiz encouraged Foreign Minister Cantilo to advance the position that the American republics set neutrality aside in favor of nonbelligerency. While in fact little different than neutrality, nonbelligerency suggested a less passive international response”.

<sup>208</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948 p.689

neutros diante da guerra. Entretanto, aquele foi um momento onde todos acreditavam que os Aliados, denominado por ele como “*forces of freedom*”, derrotariam a Alemanha, o que seria um dos responsáveis pela grande harmonia da Conferência<sup>209</sup>.

Porém, durante a Conferência, apresentada como não tendo grandes problemas, podemos perceber algumas diferenças no interior do governo norte-americano. Para o secretário de Estado Cordell Hull, a Zona de Neutralidade era um experimento do presidente Roosevelt, seguido sem reflexão por Sumner Welles. Para o Secretário de Estado, não havia nenhum precedente no Direito Internacional, e tal Zona poderia facilmente ser criticado pelos países beligerantes.

Embora tenha aceitado naquele momento as idéias do presidente norte-americano, Hull passou a lutar por uma Zona de Neutralidade flexível, não demarcada por longitudes e latitudes, posto que a patrulha norte-americana deveria ir onde fosse necessário para assegurar a defesa nacional.

A imprensa norte-americana atacou a criação da Zona, afirmando que a patrulha da mesma levaria invariavelmente ao envolvimento da Marinha em combates com as forças do Eixo. Outro ponto polêmico, segundo Hull, era que a Inglaterra, França e Alemanha, estavam inclinadas a aceitar, desde que seus adversários aceitassem primeiro, criando na prática muito mais confusão do que esclarecimentos.

Houve ao longo de um curto espaço de tempo importantes violações da zona de neutralidade, o que para Hull significava que não havia precedente capaz de fazê-la funcionar adequadamente.<sup>210</sup>

Entretanto, se para o Secretário de Estado uma zona fixa de neutralidade era algo impossível de funcionar adequadamente, o que o levou a pensar que uma melhor opção seria uma zona flexível? Este deixou poucas pistas sobre como tal zona deveria funcionar, e como evitaria possíveis atritos com os países beligerantes, demonstrando que na prática sua opção também era um experimento.

Enquanto os diversos países americanos discutiam questões relativas à Reunião de Consulta dos Chanceleres no Panamá, a Alemanha Nazista ia conquistando cada vez mais vitórias no Velho Continente.

---

<sup>209</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p.215

<sup>210</sup> HULL, Cordell. Op.Cit. p. 691

*“Seis meses após a abertura da primeira Reunião de Consulta, o aparente impasse na Europa foi quebrado subitamente, e, a guerra passou para a fase caleidoscópica dos meses de maio e junho de 1940. [...] O colapso trágico da França e as condições do armistício aceito pelo Governo francês criou uma violenta onda de emoção em todas as partes do continente americano.”*<sup>211</sup>

A correlação de forças na Europa havia mudado, e a vitória dos países Aliados já não parecia tão certa. Restou ao governo norte-americano convocar mais uma vez seus vizinhos americanos, agora em Havana, menos de um ano depois da vitoriosa Conferência do Panamá. A neutralidade continental já não era o bastante.

### ***A Conferência de Havana (1940): a luta pela unidade continental***

As invasões da França e Holanda, pela Alemanha em 1940, criaram em setores importantes do governo norte-americano, o espectro de uma possível ocupação das colônias daqueles países no continente americano pelos nazistas.

Para Sumner Welles, o maior perigo vinha das colônias francesas, pois, como o governo holandês se refugiou em Londres, suas colônias aparentemente não aceitariam uma ocupação alemã.

Entretanto, no caso da França, suas colônias estavam subordinadas ao governo de Vichy, o que representava uma ameaça à neutralidade do continente americano. *“As repúblicas americanas não podem de repente despertar e se encontrarem confrontadas com o regime nazista na América do Sul ou no Caribe.”*<sup>212</sup>

Cordell Hull aproveitou uma condecoração em Harvard para chamar atenção ao público norte-americano para os supostos “perigos” que estavam se colocando diante do país.

---

<sup>211</sup> WELLES, Sumner. Op. cit.p.214. *“Six months after the opening of The First Consultative Meeting the apparent stalemate in Europe was suddenly broken, and the war passed into the kaleidoscopic stage of the months of May and June of 1940. [...] France’s tragically rapid collapse and the terms of the armistice accepted by the French Cabinet created a violent wave of feeling in all parts of American continent”*.

<sup>212</sup> Idem, p.215. *“The Americans republics might not suddenly awaken to find themselves confronted with actual Nazi rule in South America or in the Caribbean”*.

*“Nenhum teste mais vital jamais confrontou o povo americano mais que o que nos confronta hoje. Há dificuldades e perigosos à frente. A nossa independência nacional e as nossas instituições não estão imunes ao desafio do desejo pelo poder que invade a superfície da Terra. Esforços sem precedentes, e pesados sacrifícios, serão exigidos de nós como preço pela preservação, para nós e para os nossos descendentes, do tipo de América que tem sido fomentada e preservada para nós pela vigilância, coragem e sacrifício de todos aqueles que nos precederam.”<sup>213</sup>*

Ao proferir tal discurso, durante as negociações de um armistício entre França e Alemanha, Cordell Hull estava diretamente posicionando o governo norte-americano ao lado do governo francês exilado, e apontando a Alemanha nazista como a grande ameaça ao estilo de vida norte-americano em particular e ao continente em geral.

Entretanto, se com relação à América Latina, o governo dos Estados Unidos não tomasse muito cuidado ao apresentar planos e provas da pretensão nazista de invasão, ao tratar do mesmo tema internamente, percebe-se o cuidado de Cordell Hull, ao ficar apenas na esfera da suposição, sem proposições e afirmações concretas que pudessem deixá-lo em situação constrangedora no futuro.

A convocação da II Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos em Havana causou, segundo Hull, grande comoção entre os dirigentes alemães. O ministro alemão na América Central enviou notas a países como Guatemala, Honduras, Costa Rica e El Salvador, para que não assinassem nenhuma resolução na Conferência que fosse de encontro aos interesses alemães, onde o principal deles era manter as nações latino-americanas neutras com relação à guerra.

Por outro lado, com a convocação da Reunião em Havana, para julho de 1940, os Estados Unidos pretendiam alcançar o comprometimento das nações latino-americanas com os seus planos de defesa hemisférica.

---

<sup>213</sup> HULL, Cordell. Op. Cit. p. 794. No original: “No more vital test has ever confronted the American people than that which confronts us today. There are difficulties and dangerous times ahead. Our national independence and our cherish institutions are not immune from the challenge of the lust for power that already stalks so much of the earth’s surfaces. Unprecedented effort and heavy sacrifices will be required of us as the price of preserving, for ourselves and for our posterity, the kind of America that has been fostered and preserved for us by the vigilance, courage, and sacrifice of those who preceded us.”

Segundo Fred Fejes<sup>214</sup>, Argentina, Brasil e Chile não pretendiam assinar nenhuma resolução explícita antigermânica, embora também defendessem a não-transferência de colônias americanas para potências européias.

Para Seitenfus<sup>215</sup>, o Brasil não deu muita atenção à II Reunião, posto que pretendia estreitar acordos na área econômica e militar diretamente com os Estados Unidos. De fato, Oswaldo Aranha não chefiou a delegação brasileira, colocando mais uma vez o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, em seu lugar.

Por outro lado, Oswaldo Aranha inclusive tentou, sem sucesso, que a Reunião ocorresse no Rio de Janeiro, sendo que suas pretensões esbarraram nos planos de Cordell Hull, que, pretendendo chefiar a delegação norte-americana, considerou mais conveniente que fosse em Havana. Seja como for, Aranha recebeu do governo Roosevelt a promessa de que a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos seria realizada no Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

Se o Brasil não deu muita importância à Reunião, os Estados Unidos concederam a ela *status* privilegiado. Segundo Cordell Hull, ele fez questão de chefiar a delegação norte-americana, escolhendo os mais importantes nomes do Departamento de Estado, segundo sua opinião, mas excluindo Sumner Welles. No dia 20 de julho chegou a Havana, onde esteve pela última vez em 1898, durante a guerra contra a Espanha.

Para a delegação norte-americana eram três os principais pontos a serem discutidos em Havana: *A possibilidade de transferência das possessões da França e Holanda para Alemanha e Itália; as atividades subversivas diretamente ligadas aos países do Eixo no continente americano; e a crise econômica no continente resultante da guerra.*

A Argentina, vista pelos norte-americanos como uma força centrífuga em seus planos de solidariedade continental, tentou, em vão, se aproximar do governo Roosevelt. Segundo Scheinin<sup>216</sup>, Ortiz, o presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores, Cantilo, tentaram abafar as vozes pró-Eixo em seu governo, e se aproximar do governo norte-americano, visando com isso, principalmente, lograr acordos financeiros e comerciais. Entretanto, o governo norte-americano não se mostrou disposto a estreitar suas relações diplomáticas com a Argentina, e em diversos momentos ignorou os esforços de cooperação vindos de Buenos Aires.

---

<sup>214</sup> FEJES, Fred. Op Cit. p.121.

<sup>215</sup> SEITENFUS. Op. cit. p. 249

<sup>216</sup> SCHEINNIN. Op. Cit. p.190.

Após a já citada proposta argentina de mudar o status continental de *neutralidade* para *não-beligerância*, o governo norte-americano não se interessou especialmente pela idéia. Tal proposta do governo argentino serviu apenas para que fosse acusado pelo ministro das relações exteriores alemão de estar incitando atividades beligerantes contra Berlim. Ou seja, ao tentar estreitar laços com os Estados Unidos, o governo Ortiz acabou se indispondo com o governo alemão, e, conseqüentemente, aprofundando as críticas dos setores pró-Eixo dentro seu governo<sup>217</sup>.

Com o afastamento do presidente Ortiz em julho de 1940 por doença, e, conseqüentemente do Ministro das Relações Exteriores Cantilo, o vice-presidente Ramón Castillo assumiu o governo, nomeando Enrique Ruiz Guiñazú, para a pasta das Relações Exteriores. Na prática, estes homens eram abertamente simpáticos à causa do Eixo, fazendo nos anos seguintes o governo norte-americano sentir saudades do governo Ortiz, o mesmo que foi ignorado em muitos momentos quando pretendeu uma aproximação.<sup>218</sup>

Temendo que houvesse insinuações da delegação argentina sobre os planos norte-americanos para as colônias francesas e holandesas na América, Cordell Hull, em seu discurso inaugural da II Conferência, afirmou categoricamente que não havia intenção dos Estados Unidos em ocupar tais territórios.

*“Não poderíamos, contudo, permitir que essas regiões se tornassem campos de batalha para a resolução de tais diferenças. Qualquer situação semelhante só poderia ser considerada como uma ameaça à paz e à segurança do hemisfério, assim como qualquer indicação de que eles poderiam ser usados para promover sistemas alienígenas ao sistema interamericano. Qualquer tentativa, por conseguinte, de alterar o status atual dessas áreas [...] seria de profunda e imediata preocupação para todas as repúblicas americanas.”*<sup>219</sup>

---

<sup>217</sup> Idem, Ibidem.

<sup>218</sup> Idem, Ibidem.

<sup>219</sup> HULL, Cordell. Op.Cit. p. 823. No original: “We could not, however, permit these regions to become a battleground for the adjustment of such differences. Either situation could only be regarded as a threat to the peace and safety of this hemisphere, as would any indication that they might be used to promote systems alien to the inter-American system. Any effort, therefore, to modify the existing status of these areas [...] would be of profound and immediate concern to all American Republics” (HULL, 1948, p.823)

Cordell Hull, na verdade, pretendia sair do plano apenas retórico. Um dia depois da abertura dos trabalhos, propôs a criação de uma comissão mista para administrar as colônias em caso de necessidade. Entretanto, deixou claro que tal comissão não deveria ser guiada por interesses particulares de algumas nações americanas, mas sim, trabalhar para a segurança coletiva do continente.

Para Hull, *“logo que as condições permitissem, as autoridades nas regiões deveriam ser restauradas aos soberanos originais ou serem declaradas independentes quando fossem capazes de estabelecer e manter governos estáveis.”*<sup>220</sup>

A oposição argentina foi imediata. Para a delegação, chefiada por Leopoldo Melo, nenhum experimento novo para contornar a questão deveria ser criado. De fato, para Melo, não haveria nenhuma transferência de soberania já que Inglaterra impedia a chegada de navios alemães ao continente americano. Segundo Cordell Hull, seguindo a mesma linha das Conferências anteriores, a Argentina preferia se colocar contra os Estados Unidos.

É importante ressaltar as diferentes percepções dentro do governo norte-americano acerca da participação da Argentina nas Conferências Pan-americanas, enquanto Sumner Welles via em muitos casos cooperação e solidariedade, como durante a Conferência do Panamá, Cordell Hull costumava ser muito mais crítico com relação à república vizinha, quase sempre acusando-a de agir como agente da Alemanha para desestabilizar a política interamericana.

Na verdade, Cordell Hull já havia sido avisado anteriormente sobre as principais questões argentinas para a Conferência de Havana. O Embaixador norte-americano em Buenos Aires havia enviado um telegrama a Cordell Hull, em 24 de maio, no qual expôs os principais pontos de uma conversa que teve com o Ministro das Relações Exteriores argentino.

Segundo o secretário de Estado norte-americano, o ministro argentino Cantilo, já com um tom mais agressivo com relação os Estados Unidos, comparou a Argentina aos países europeus mais fracos que resolveram enfrentar a Alemanha contando de antemão com a ajuda francesa e britânica, ajuda essa que acabou não sendo realizada.

---

<sup>220</sup>Idem, Ibidem. No original: *as soon as conditions permit, the region should be restored to its original sovereign or be declared independent when able to establish and maintain stable self-government.*”(Idem, Ibidem)



*“Ele perguntou se no caso de uma derrota dos Aliados e a rendição da frota anglo-francesa qual assistência eu pensava que os Estados Unidos seriam capazes de dar para a Argentina e para outras repúblicas americanas distantes.”*<sup>221</sup>

Segundo Hull, informalmente, representantes da delegação argentina afirmaram que instituir um comitê para administrar as colônias européias no continente, seria o mesmo que entrar em guerra contra a Alemanha. A questão central argentina, segundo o Secretário de Estado norte-americano, era que estes não viam os Estados Unidos com capacidade de se defenderem, e por conseqüência, não poderiam defender a Argentina, caso as resoluções da Reunião resultassem em agressões nazistas.<sup>222</sup>

Por outro lado, a posição brasileira parecia mais animadora para Cordell Hull. Em telegrama enviado em 07 de junho de 1940, o embaixador norte-americano no Brasil, Caffery, reportou uma reunião de gabinete do governo Vargas na qual ficou decidido que o Brasil estaria disposto a cooperar com os Estados Unidos para a defesa do hemisfério, entretanto, condicionada a uma importante contrapartida.

Oswaldo Aranha, em conversa informal com o diplomata norte-americano explicitou algumas questões levantadas pelos representantes das forças armadas brasileira. Segundo o embaixador Caffery, os militares brasileiros estavam céticos com relação a receber dos Estados Unidos as armas necessárias para deixar o Brasil em posição de se defender. Segundo o embaixador norte-americano, para Oswaldo Aranha, a sensação geral nas forças armadas brasileira era que os Estados Unidos conversavam com o Brasil, enquanto a Alemanha lhe dava armas.

*“Aranha passou a dizer que, na sua opinião, era fundamental para nós fazer tudo para evitar o nazismo ou um possível golpe nazista naquele país, e ele sentia que o melhor que poderíamos fazer para prevenir este tipo de derrota era permitir que o exército e a marinha tivessem armas em condições vantajosas.”*<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> HULL, Cordell. Op.cit. p.824. No original: *“He asked in the event of an Allied defeat and a surrender of the anglo-french fleet what assistance I thought the United States would be able to bring to Argentina and others distant American republics.”*

<sup>222</sup> Idem, Ibidem.

<sup>223</sup> *United States Department of State / Papers relating to the foreign relations of the United States with the American Republics Vol 5. 1940. Brazil, No original: “Aranha went on to say that in his opinion it is vital for us to do everything to prevent a Nazi or near Nazi overturn in this country and he feels that the best we can do to prevent such an overturn is to let the army and navy here have arms on advantageous conditions.”*

O principal debate nas negociações dos Estados Unidos com o Brasil e Argentina, naquele momento era que, enquanto o Brasil estava disposto a acompanhar o conceito de neutralidade norte-americano, desde que recebesse ajuda militar, pois não se encontrava em posição de se defender, a Argentina pretendia uma neutralidade estrita, pelos mesmos motivos.

A grande diferença era que o Brasil havia estabelecido um canal de negociação com o governo norte-americano mais estável que o argentino. Oswaldo Aranha, como nesse caso, reportava ao embaixador norte-americano o teor das reuniões de gabinete do governo brasileiro, a posição de cada autoridade e as principais reivindicações.

Interessante perceber que para muitos diplomatas norte-americanos, o governo argentino estava infestado por agentes nazistas, o que explicaria as complicações nas discussões acerca da defesa hemisférica. Por outro lado, era o Brasil quem se colocava sob ameaça nazista a todo tempo durante as negociações bilaterais, se utilizando do temor norte-americano como moeda de troca.

Enquanto a Argentina defendia a idéia de que cada país americano seria capaz de resolver internamente possíveis ações nazistas, Oswaldo Aranha, poucas semanas antes de Conferência de Havana, construiu um quadro nebuloso sobre a situação brasileira naquele momento.

O ministro das relações exteriores do Brasil afirmou ao embaixador norte-americano que embora o governo brasileiro estivesse de acordo em cooperar com os Estados Unidos, era muito perigoso tomar tal decisão devido à grande comunidade alemã no país, e o forte pensamento integralista que rondava a sociedade brasileira.

Oswaldo Aranha completa seu relato afirmando que o governo do Brasil tem consciência das ações da 5ª. Coluna no país, e que os alemães residentes já estariam falando abertamente do novo modelo de país que seria implantando logo. Por último, reclama com seu colega norte-americano que o tom do embaixador alemão tinha ficado mais prepotente após as vitórias na Europa.<sup>224</sup>

---

<http://digioll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUSidx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1940v05.p0055&isize=M> p.42

<sup>224</sup> United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the American Republics Vol 5. 1940. Brazil,*

Diante deste quadro, relativamente exagerado, o embaixador norte-americano Cafferry, afirmou em telegrama a Cordell Hull, datado de 16 de julho de 1940:

*“Se as autoridades militares brasileiras não podem comprar armas com créditos nos Estados Unidos irá adquiri-los a créditos de longo prazo ou irá aceitá-los como presente dos alemães.”*<sup>225</sup>

Para Hull, naquele momento, era importante contornar estas diferenças e ratificar a unidade continental não apenas por questões geopolíticas, mas também para fortalecer sua imagem dentro do governo.

Segundo Gellman, Sumner Welles aparecia cada vez mais próximo ao presidente Roosevelt, causando grande insegurança a Cordell Hull.

*“Enquanto Welles centrou a sua atenção sobre a rápida evolução das condições mundiais, Hull estava preocupado com sua própria imagem e a crescente importância do subsecretário de Estado [Sumner Welles]. [...] Hull admitia que Roosevelt não confiava nele, pois ele freqüentemente se reunia com [Aldolf] Berle e Welles [sem a presença de Hull]” (GELLMAN, 1995, p.198)*<sup>226</sup>

Portanto, para Cordell Hull, o sucesso dos planos norte-americanos em Havana era fundamental para suas pretensões dentro do governo, e estava disposto a não permitir que a Argentina atravessasse seu caminho.

Para tanto, Hull resolveu elevar o tom de seus discursos na Reunião, praticamente colocando a aprovação da Comissão de Administração das Colônias como um divisor de águas na unidade continental.

---

<http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUSidx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1940v05.p0055&isize=M> p.43

<sup>225</sup> United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the American Republics Vol 5. 1940. Brazil,*

<http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUSidx?type=turn&entity=FRUS.FRUS1940v05.p0055&isize=M> p.46 No original: “If the Brazilian military authorities cannot purchase arms on credits in the United States they will purchase them on long-term credits or will accept them as gift from the Germans”

<sup>226</sup> GELLMAN, op. cit. p.189. “While Welles focused his attention on rapidly changing worldwide conditions, Hull was concerned with his own image problems and the under secretary’s [Sumner Welles] growing importance [...] Hull conceded that Roosevelt did not confide in him, whereas he frequently met with [Aldolf] Berle and Welles”

*“Alguns governos na Europa e na Ásia, durante muito tempo ouviram as nações americanas falar em solidariedade, e, sobre conferências e cooperação para diversos problemas - políticos, econômicos, sociais, educacionais, e assim por diante. Mas eles têm sérias dúvidas se em perigo, os americanos seriam capazes de colocar em prática todas as suas idéias sobre solidariedade. Eles sentiram que, se a nossa cisão não ocorrer automaticamente, eles poderiam iniciar muitos movimentos para acelerá-la, todos os tipos de métodos subversivos, penetração política, e até mesmo ações militares”*<sup>227</sup>.

Na verdade, os Estados Unidos havia anos estavam alertando para possíveis ações subversivas de agentes nazistas e possíveis ações militares. Entretanto, esta foi a primeira vez em que a questão da “penetração política” era colocada de forma pública, visando sobretudo constranger a delegação Argentina.

Nos bastidores da Reunião, Hull solicitou ao chefe da delegação argentina que enviasse um telegrama ao presidente Ortiz, pedindo que o então presidente argentino reportasse instruções a sua delegação para trabalhar cooperativamente com os Estados Unidos.

Na verdade Cordell Hull estava ignorando, diplomaticamente, as autoridades argentinas que compunham a delegação na Conferência. Como afirma o Secretário de Estado norte-americano, *“Senti necessário, como já tinha feito na Conferência de Lima, passar pelos chefes da delegação Argentina e ir diretamente ao presidente da Argentina, Dr. Ortiz.”*<sup>228</sup>

De fato, essa suposta experiência que Hull considerava ter nas negociações com diplomatas argentinos, talvez o tenha feito subestimar as ações de Sumner Welles na III Reunião dos Chanceleres Americanos em 1942, quando este, ao enfrentar uma oposição

---

<sup>227</sup> HULL, Cordell, op.cit. p.825. *“Some Governments in Europe and Asia have long heard the American nations speak about solidarity and about conferences and cooperation for various problems – political, economic, social, educational, and so on. But they have seriously doubted whether they would face any danger from us, whether the American nations would be able to make good all their professions about solidarity. They felt that if our breakup did not occur automatically, they could initiate here many movements to accelerate it, subversive methods of all kind, political penetration, and even implications of military action.”* (HULL, 1948, p. 825)

<sup>228</sup> Idem. P.826 *“I therefore felt it necessary, as I had done at Lima Conference, to go over the heads of the Argentine delegation to the president of Argentina, Dr. Ortiz.”*(HULL, 1948, p.826)

cerrada da delegação argentina no Rio de Janeiro, flexibilizou os planos norte-americanos para a conferência, como veremos adiante.

Por outro lado, cabe lembrar, que durante a Reunião de Havana, o presidente Ortiz ainda estava no poder na Argentina.

Corroborando com a tese de David Scheinin de que Ortiz se tratava de um presidente mais sensível à causa norte-americana, as instruções vindas de Buenos Aires relaxaram as tensões entre Estados Unidos e Argentina, destravando as pautas de discussões da Conferência.

Entretanto, neste mesmo mês, Ortiz renunciaria devido a problemas de saúde, e o seu vice-presidente, Ramón Castillo, assumiria a presidência argentina. Este, mais simpático aos países do Eixo, tornaria os planos norte-americanos de solidariedade e cooperação internacional muito mais difíceis dali para frente.

Após a difícil acomodação de idéias entre Estados Unidos e Argentina, a Conferência de Havana passou a caminhar com mais tranquilidade. Cordell Hull, para afastar qualquer intransigência argentina, definiu que a *Comissão Interamericana de Administração Territorial das Colônias e Possessões Européias na América* seria formada por representantes de 14 nações americanas.

A Declaração de Havana, texto final da Conferência, estabeleceu mais duas importantes resoluções: a primeira, uma declaração de princípios, na qual os países americanos reafirmaram sua solidariedade continental frente aos últimos acontecimentos na Europa; a segunda tratou da criação de uma comissão econômica, sediada em Washington, encarregada de estudar métodos para fortalecer a cooperação econômica e financeira nas Américas.

### ***A conferência do Rio de Janeiro (1942): a luta pela Política de Boa Vizinhança.***

Após os ataques japoneses contra as forças navais norte-americanas, Chile e Estados Unidos pediram a convocação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e seus representantes, a ser realizada logo nos primeiros dias de janeiro do ano de 1942.

Segundo Sumner Welles<sup>229</sup>, as notícias do ataque japonês causaram tanto impacto nos povos da América Latina quanto entre os próprios norte-americanos:

*“O alto padrão de honra e bravura que os povos da América Latina herdaram da Espanha e de Portugal no passado foi absolutamente ultrajada pela natureza covarde do ataque japonês.”*<sup>230</sup>

O obviamente, esta visão positiva acerca da herança colonial latino-americana, nas memórias de Sumner Welles, publicadas em 1944, ou seja, ainda durante a guerra, está de certo modo atuando dentro dos parâmetros da Boa Vizinhaça, onde a América Latina teve a todo tempo suas características ressaltadas de forma positiva.

Imediatamente após o ataque, nove países americanos declararam guerra aos países do Eixo: Panamá, República Dominicana, Cuba, Haiti, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras e Costa Rica; México, Venezuela e Colômbia romperam relações algumas semanas depois.

Para Getúlio Vargas, *“a maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana”*.<sup>231</sup>

Como afirma Benjamin Welles<sup>232</sup>, Argentina, Brasil e Chile se mantiveram cautelosos, esperando os passos do governo norte-americano para se posicionarem frente aos países do Eixo. Entretanto, para Seitenfus<sup>233</sup>, apesar da declaração de solidariedade, a Argentina adotou uma posição ambígua.

Na verdade, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Enrique Ruiz-Guiñazu havia deixado claro, pouco antes da Conferência do Rio de Janeiro, que a solidariedade hemisférica não implicava necessariamente em alianças militares ou acordos diplomáticos automáticos, permitindo a Argentina manter alguma independência na sua política externa.

---

<sup>229</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p. 219

<sup>230</sup> *“The high Standard of honor and chivalry which the peoples of Latin America have inherited from Spain and Portugal of the past was utterly outraged by cowardly nature of the Japanese attack.”*

<sup>231</sup> Diário de Getúlio Vargas. Vol II – 1937/1942. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995. p.452

<sup>232</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997.

<sup>233</sup> SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. p.277

Para Scheinin<sup>234</sup>, “*Sempre preocupados com as atividades nazistas na América do Sul, os americanos viam nazistas em toda parte na Argentina, e rapidamente passaram a ver a neutralidade argentina como desculpa para o apoio tácito dado Alemanha.*”

Com a declaração de guerra, o governo dos Estados Unidos não estava mais disposto a perder tempo com difíceis negociações com a Argentina ou com Chile. Era hora do investimento na Política de Boa Vizinhança mostrar seus dividendos.

Segundo Cordell Hull,

*“quase oito anos após o dia seguinte da Conferência de Montevideu, era uma surpreendente afirmação dos valores da Política de Boa Vizinhança. Estávamos agora recolhendo os frutos do paciente cultivo nas conferências de Montevideu, Buenos Aires, Lima, Panamá, e Havana, e das nossas inúmeras medidas para aplicar e solidificar a doutrina do Bom Vizinho”*.<sup>235</sup>

Contraditoriamente à política de cooperação e entendimento mútuo pregado pelos Estados Unidos nos anos anteriores, podemos perceber uma elevação do tom norte-americano nas negociações com seus países vizinhos, inclusive com o Brasil.

Como comenta Getúlio Vargas em seu *Diário*, em 21 de dezembro de 1941, durante uma conversa com o ministro das relações exteriores brasileiro, Oswaldo Aranha, este afirmou que o governo norte-americano:

*“não nos daria auxílio [militar], porque não confiava em elementos do meu governo, que eu deveria substituir. Respondi-lhe que não tinha motivos para desconfiar dos meus auxiliares, que as facilidades que estávamos dando aos americanos não autorizavam essas desconfianças, e que eu não substituiria meus auxiliares por imposições estranhas. Retrucou-*

---

<sup>234</sup> SCHEININ, David. *Argentina: The Closet Ally*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007. p. 191 No original: “*Always concerned over Nazi activities in South America, the Americans now saw Nazis everywhere in Argentina and quickly came to view Argentine neutrality as an excuse for tacit support for Germany.*”

<sup>235</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. No original: “*almost eight years to the day after Montevideo Conference, was a striking affirmation of the value of the Good Neighbor Policy. We were now to gather the fruits of patient cultivation at the conferences of Montevideo, Buenos Aires, Lima, Pamana, and Havana, and of our innumerable measures to apply and solidify the doctrine of the Good Neighbor*”.

*me [Oswaldo Aranha] que justificava meu modo de pensar, mas a verdade é que eles não confiavam. Pois então que nos deixem em paz, disse-lhe, encerrando a palestra.”*

O Chile também se encontrava sob forte pressão norte-americana para romper relações diplomáticas com o Eixo, entretanto, mais uma vez, a relutância de uma nação americana em seguir os passos norte-americanos, era vista por Washington como ações para favorecerem os nazistas.

Para Graeme Mount<sup>236</sup>, havia inúmeras razões para o Chile não romper relações com o Eixo logo após Pearl Harbor. Naquele momento, o Chile estava no meio de eleições presidenciais, e o governo da Frente Popular não pretendia perder os votos da população de origem alemã.

Uma outra questão de cunho militar também deixava o governo chileno apreensivo: sua grande costa marítima e suas ilhas. Aparentemente a marinha norte-americana tinha sido destruída após Pearl Harbor, e não haveria, portanto, garantia de proteção caso a Alemanha ou o Japão resolvesse atacar o Chile.

Ou seja, se para Cordell Hull, a Conferência do Rio de Janeiro seria o momento de colher os frutos da Política de Boa Vizinhança, também seria o momento em que alguns países americanos levariam muito a sério a idéia tecer uma política externa com os Estados Unidos de forma independente.

O secretário de Estado norte-americano Cordell Hull não pôde comparecer pessoalmente à Conferência, posto que sua presença em Washington era indispensável naquele momento, substituindo-o como chefe da delegação de seu país, o subsecretário de Estado, Sumner Welles.

Mesmo antes do início da Conferência, estavam claras para o governo norte-americano as dificuldades em lograr um consenso geral entre as repúblicas americanas acerca das pretensões de Washington em promover um rompimento hemisférico com o Eixo.

Entretanto, a despeito de ter recebido orientação de Cordell Hull para que lograsse consenso das repúblicas americanas em torno do rompimento imediato com o Eixo, Summer Welles não praticou uma diplomacia coercitiva no Rio de Janeiro. Muito pelo

---

<sup>236</sup> MOUNT, Graeme. *Chile: An Effort at Neutrality*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.



contrário. Em seu discurso na abertura do Congresso, Sumner Welles logo deixou evidente o desejo de que as Américas se unissem por desejo próprio em torno de um inimigo comum.

*“Reunimo-nos como representantes de nações que anteriormente tiveram as suas diferenças e controvérsias. Creio, porém, que posso falar em nome de nós todos, e não menos em nome do meu Governo, quando afirmo que todos nós aproveitamos a lição de nossos erros de omissão cometidos no passado. Reunimo-nos como representantes das vinte e uma Repúblicas soberanas e independentes do continente americano, ora unido como nenhum continente jamais se achou na história, pela nossa fé nos laços de confiança mútua e interdependência recíproca que nos ligam e, acima de tudo, pela nossa dedicação comum às grandes causas da democracia e da liberdade humana às quais o Novo Mundo se dedica.”<sup>237</sup>*

Embora a retórica fosse amistosa, o recado de Sumner Welles era claro: a Conferência deveria resultar em uma unidade de ação entre as repúblicas americanas. Na verdade, deveria resultar no rompimento conjunto das relações diplomáticas com os países do Eixo.

Em outro trecho do discurso, Welles junta a imagem da Alemanha e do Japão, ignorando que as duas forças embora aliadas tivessem interesses finais diversos. Para tal, o subsecretário de Estado se utiliza da clássica oposição civilização x barbárie para qualificar a entrada norte-americana na guerra.

*“Enquanto negociações de paz ainda se achavam em franco progresso em Washington, os militares japoneses, cumprindo ordens de seus superiores alemães e adotando os mesmos métodos de perfídia e traição com os quais Hitler enojou o mundo civilizado, repentinamente atacam o país que havia sido amigo do Japão, e havia enviado todos os esforços honrosos a fim de chegar a uma paz justa e duradoura no Pacífico”<sup>238</sup>.*

---

<sup>237</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diário das Sessões da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ. p.07

<sup>238</sup> Idem. P.09

É importante assinalar como retoricamente esse discurso se aproxima do artigo de Franklin Roosevelt publicado na *Foreign Affairs* em 1928, quando este também deixou claro que os Estados Unidos “nunca haviam dado um passo em direção a guerra”, sustentando o mito de serem os Estados Unidos um país amante da paz, apenas interessado em cumprir a missão que lhe fora confiada pela providência de estender ao mundo as bênçãos da democracia.

Outro trecho que corrobora este sentido de missão, apoiado na tradição protestante norte-americana, é a insinuação que de Hitler se colocava como um inimigo da cristandade e da liberdade individual, dois pontos muito caros à sociedade norte-americana.

*“Em um universo dominado por Hitler, nenhum de nós poderia negociar a não ser de acordo com os ditames de Hitler. Nenhum de nós poderia viver a não ser sob as ordens de um ‘gauleiter’ a nós designado por Hitler. Nenhum de nós poderia educar nossos filhos a não ser da maneira ditada por Hitler. Nenhum de nós poderia gozar do direito que Deus nos deu de pensar e falar livremente e de adorar Deus de acordo com os ditames da nossa consciência.”<sup>239</sup>*

Mesmo antes da entrada de fato na guerra, o presidente Roosevelt, em busca de apoio no Congresso para liberar a ajuda material aos Aliados, retomava a ligação entre Deus e o povo americano para “dobrar” as resistências.

Em seu discurso para os membros do 77º Congresso Norte-Americano afirmou: *“Esta nação tem colocado seu destino nas mãos, nas cabeças e corações de seus milhões de homens e mulheres livres, e sua fé na liberdade guiada por Deus”*<sup>240</sup>

A construção do Outro como inimigo de Deus, e por conseqüência inimigo da civilização cristã, incorporou nesse modelo de civilização povos antes vistos como bárbaros, como os latino-americanos e até mesmo os russos.

Pouco antes do ataque japonês a Pearl Harbor, surpreendeu-se o Embaixador Carlos Martins com uma entrevista do presidente Roosevelt, onde este buscava apoio popular à

---

<sup>239</sup> Idem, p. 10

<sup>240</sup> <http://www.americanrhetoric.com/speeches/fdrthefourfreedoms.htm>. Consultado em 09 jun. 2005. No original: *This nation has placed its destiny in the hands and heads and hearts of its millions of free men and women, and its faith in freedom under the guidance of God*

ajuda norte-americana à União Soviética, justificando-se em bases religiosas: “*Em surpreendente entrevista à imprensa, o presidente Roosevelt citava o artigo 120 da Constituição das Repúblicas Soviéticas para afirmar a admissão, em princípio, da liberdade religiosa na Rússia*”<sup>241</sup>. Tal afirmação, segundo o Embaixador, fazia parte da busca de apoio moral do Papa à ajuda norte-americana. Mas também é significativa no sentido de reconfiguração das alianças e oposições que se iam construindo no campo do imaginário, da diplomacia, e depois, da guerra.

É recorrente nos discursos políticos da época e em alguns jornais o uso do termo “inimigo externo” para designar influências nazistas nos Estados Unidos e na América Latina. Laurence Duggan, consultor da Secretaria de Estado sobre Relações Políticas, discursou perante a Associação Americana de Ciência Política, analisando o perigo do “inimigo externo” nas repúblicas americanas:

*“Em todas as Américas, têm os governos e o público procedido, numa crescente escala, a uma devassa no tocante à extensão e aos objetivos de atividades alienígenas que fazem periclitare a paz e a segurança de qualquer República Americana.”*<sup>242</sup>

Ao incorporar a América Latina no projeto de civilização, o governo norte-americano promoveu uma mudança significativa no tocante às relações interamericanas, posto que o interesse e a maior flexibilidade de Washington possibilitou que as demandas latino-americanas fossem postas nas pautas de negociação, e até mesmo que alguns países, como a Argentina, Brasil e Chile, não se alinhassem automaticamente à política interamericana de Washington

\*\*\*

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como palco da mais importante Conferência Americana durante a Segunda Guerra foi proposital. Segundo Sumner Welles, a Conferência naquele momento não poderia ter sido realizada em um país onde a opinião pública se mostrasse dividida com relação à guerra.

---

<sup>241</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 01 de novembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

<sup>242</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Anexo ao Ofício enviado pelo Embaixador em Washington Carlos Martins ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha. 31 de dezembro de 1941.

*“Aqueles que participaram de conferências internacionais, particularmente conferências de importância crucial, podem apreciar a importância psicológica da atmosfera prevalecente no país em que a conferência é realizada.”*<sup>243</sup>

De fato, Welles tinha razão, como observamos no capítulo 1 através da imprensa carioca, a III Conferência Pan-americana realizada em 1906 tinha deixado uma profunda impressão de amizade entre Brasil e Estados Unidos. Vinte e seis anos depois, a população do Rio de Janeiro atuou praticamente de forma idêntica. Segundo o *Jornal do Brasil* de 13 de janeiro de 1942, a recepção à delegação norte-americana não poderia ter sido mais amistosa:

*“O Rio viveu ontem a tarde as suas primeiras horas de vibração por motivo da conferência continental, cuja sessão inaugural realizar-se-á depois de amanhã no Palácio Tiradentes, sob a presidência do chefe do governo, sr. Getúlio Vargas.*

*De fato, desde às 14 horas representantes de todas as classes sociais se dirigiram para o aeroporto Santos Dumont, onde deviam chegar os delegados de várias nações americanas.*

*E a medida que as horas passavam aumentava o número de pessoas, atingindo alguns milhares. Já então confundia-se as autoridades, os representantes de instituições científicas e sociais com os delegados das classes conservadoras e proletários, tendo a recepção caráter popular e grandioso [...].*

*Cerca das 17 horas e 20 minutos a sirene anunciava a aproximação do aparelho em que viajava o sr. Summer Welles [...] os aplausos são delirantes. Todas as mãos batem palmas, saem vivas de milhares de gargantas. Os nomes dos presidentes Vargas e Roosevelt, do ministro Oswaldo Aranha e do sub-secretário Summer Welles são ovacionados.*

*Quando a figura do grande diplomata surge no hall, o entusiasmo atinge grandes proporções.*

*O policiamento irrepreensível não consegue estabelecer que a massa popular fique nos seus*

---

<sup>243</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p. 220 “Those who have taken part in international conferences, particularly conferences of crucial significance, can appreciate the psychological importance of the prevailing atmosphere in the country where the conference is held”.

*lugares. O sr. Summer Welles de chapéu na mão, agradece as homenagens com um largo sorriso. E vai caminhando até o salão do aeroporto onde se encontravam altas autoridades do Brasil. [...]*”

É possível que tenha havido certo exagero no jornal. Entretanto, tal exagero não eliminaria a tendência geral das diferentes demonstrações de amizade do povo carioca à delegação norte-americana, sobretudo pelo fato de que o ataque japonês havia colocado os Estados Unidos com status de vítima ultrajada, levando a opinião pública em muitos países, como o Brasil, para o seu lado.

Em uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, podemos perceber que o Subsecretário de Estado do Estados Unidos, Summer Welles, evitou declarações nas quais pudesse transparecer que os Estados Unidos estivessem influenciando diretamente as posições dos países americanos no encontro.

Em curto trecho, deixou claro que o rompimento continental com o Eixo era um desejo norte-americano, não uma vontade que devesse ser obedecida. Perguntado sobre as ações do Eixo no continente americano, Welles respondeu, afirmando a independência de cada nação:

*“Cada governo, por certo, tem que decidir por si. Isto é essencial e básico. Por outro lado, já existem acordos suficientes para equilibrar ou contrabalançar essa atividade de infiltração. Tenho a esperança de que nesta conferência, os países do continente adotarão outras providências, por certo ainda mais eficientes[...]*”<sup>244</sup>

Finalizando a entrevista, um repórter perguntou sobre as acusações de que os Estados Unidos estariam tentando influenciar a posição de alguns países na conferência. Summer Welles respondeu categoricamente:

*“Não tenho medo da indiscrição da pergunta. E a melhor resposta que posso dar é que o governo americano não fez nenhum pedido e não apresentou qualquer sugestão a outro país para que aceitasse seu ponto de vista[...]*”<sup>245</sup>.

---

<sup>244</sup> *Jornal do Brasil*. 14 jan. 1942. p.06.

<sup>245</sup> *Jornal do Brasil*. 14 jan. 1942. p.06.

Entretanto, dias antes da conferência, o governo norte-americano havia enviado um modelo da declaração conjunta de rompimento com o Eixo para a apreciação dos governos de Argentina e Brasil. Tal atitude acabou por precipitar uma forte reação diplomática argentina.

Como aponta Cordell Hull (1948, p.1144),

*“Depois que Welles chegou ao Rio, ele me telegrafou em 13 de janeiro, pois o ministro das relações exteriores da Argentina já havia tentado, sem sucesso, criar um bloco composto por Chile, Peru, Uruguai e Paraguai, juntamente com a Argentina, para se opor à declaração conjunta para o rompimento das relações.”*<sup>246</sup>

Observando a movimentação da imprensa, podemos perceber que tensas negociações de bastidores puseram Argentina e Estados Unidos em posições antagônicas. Embora a tendência geral fosse tentar transparecer para a imprensa que a Conferência tinha caráter amistoso e cooperativo, as diversas contradições diplomáticas acabaram se tornando públicas.

Em ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, podemos perceber como repercutiu na imprensa norte-americana a posição da Argentina.

*“A atitude refratária e isolada da Argentina dava a impressão de que as nações continentais formavam um bloco em torno da República do Norte numa oposição cerrada contra a Argentina rebelde. Cresceram por aqui, por essa ocasião os ataques à República Portenha”*.<sup>247</sup>

Interessante notar que o adjetivo “rebelde” utilizado pela imprensa norte-americana minimizava os antagonismos, deixando em aberto a possibilidade do governo argentino voltar a caminhar junto com os Estados Unidos. Por outro lado, não é de se admirar que a

---

<sup>246</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p. 1144 No original: “After Welles reached Rio he cabled me on January 13 that the Argentine Foreign Minister had tried unsuccessfully to create a bloc composed of Chile, Peru, Uruguay, and Paraguay along with Argentina to oppose a joint declaration for the breaking of relations.”

<sup>247</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 19 de janeiro de 1942. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

imprensa norte-americana publicasse matérias contra a Argentina demonstrando estranhamento com a diplomacia do país vizinho. Além do fato de os Estados Unidos estarem em guerra, considerada internamente uma guerra justa, onde não haveria dúvidas sobre quem estava certo, havia também a questão da própria Política de Boa Vizinhança. A construção do ideário de bons vizinhos dentro dos Estados Unidos fazia, naquele momento, a Argentina parecer uma vizinha ingrata.

O *Washington Post* publicou ampla matéria<sup>248</sup> na qual saudou a Câmara de Deputados argentina por ter aprovado uma resolução de censura ao Embaixador alemão em Buenos Aires, acusando-o de estar excedendo sua função diplomática. Segundo o periódico, vozes pró-Eixo dentro da Argentina, foram vigorosamente “*combatidas pelos amigos da democracia*”.<sup>249</sup>

Entretanto, dentro do Departamento de Estado, a defesa pela unidade continental parecia estar perdendo força. Adolph Berle enviou um telegrama a Sumner Welles, no Rio de Janeiro, a pedido de Cordell Hull, no qual ficou claro que dependendo da força política centrífuga da delegação Argentina, esta deveria ser deixada de lado.

*“Essa nossa visão era uma mudança na opinião que tínhamos mantido nas conferências pan-americanas anteriores, quando acreditávamos que a unanimidade da decisão era o mais importante. [...] Porém agora a questão era crucial. Era hora do governo argentino escolher. Aquela era uma luta de vida ou morte, o resultado poderia significar liberdade e progresso para a América Latina, ou, provavelmente, dominação ou ocupação pelo Eixo.”*<sup>250</sup>

Aparentemente, Sumner Welles decidiu não desistir de uma declaração conjunta das nações americanas, levando ao extremo em sua oratória a idéia de irmandade continental.

---

<sup>248</sup> Transcrita pelo Embaixador Carlos Martins em Ofício expedido de Washington.

<sup>249</sup> “*combated by friends of democracy*”<sup>249</sup>

<sup>250</sup> HULL, Cordell. Op.cit. p. 1145. “*This view of ours was a change from the view we had maintained at previous Pan American conferences when we believed that unanimity of decision was all-important.[...] But now the issue become crucial. It was time for the Argentine Government to choose. This was a life-and-dead struggle, the result of which could only mean freedom and advancement for Latin America or domination and probably occupation by the Axis*”

Em seu discurso na sessão inaugural da Conferência, Sumner Welles reforçou a idéia de independência e soberania de cada país vizinho, assim como a liberdade que deveriam ter na tomada de decisões frente ao perigo nazista. Entretanto, esta tal liberdade era cerceada indiretamente pela interpretação do governo dos Estados Unidos de como uma nação americana deveria se posicionar daquele momento em diante.

*“Cada governo americano tem determinado, e continuará a determinar, pelo seu próprio bom senso, o curso que seguirá para o melhor interesse do seu povo nesta contenda mundial. Mas de uma coisa eu tenho certeza de que estamos todos convencidos. Em conformidade com as obrigações que todos assumimos nos dispostos dos nossos acordos interamericanos, e em conformidade com o espírito de solidariedade continental proclamado por unanimidade, as nações das Américas, que não estão envolvidos na guerra, nunca permitirão que seu território seja utilizado por agentes do Eixo a fim de que estes possam conspirar contra, ou preparar ataques às repúblicas que estão lutando pelas suas próprias liberdades e para as de todo o continente. [...] A pedra-de-toque da neutralidade clássica, em sentido estrito, neste trágico mundo moderno, pode não ser mais o ideal dos amantes da liberdade americanos. Não pode existir uma real neutralidade entre as forças do mal e as forças que estão lutando para preservar os direitos e a independência dos povos livres”<sup>251</sup>.*

Diferentemente de Cordell Hull, Sumner Welles parecia mais preocupado em não criar atritos permanentes entre as repúblicas americanas, do que necessariamente lograr um

---

<sup>251</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p.226-227 No original: “Each one of American Government has determined, and will continue to determine, in its own wisdom, the course it will pursue to the best interest of its people in this world struggle. But of one thing I feel sure we are all convinced. In accordance with the obligations we have all undertaken under provisions of our inter-American agreements, and in accordance with the spirit of that continental solidarity unanimously proclaimed, those nations of the Americas which are not engaged in war will never permit their territory to be used by agents of the Axis powers in order that these may conspire against, or prepare attacks upon, those Republics which are fighting for their own liberties and for those of the entire continent. [...] The shibboleth of classic neutrality in its narrow sense can, in this tragic modern world, no longer be the ideal of any freedom-loving people of the Americas. There can no longer be any real neutrality as between the Powers of Evil and the forces that are struggling to preserve the rights and the independence of free peoples”



acordo conjunto sem a Argentina com base no rompimento imediato proposto por Washington.

Neste sentido, embora Sumner Welles deixe claro o lado que cada nação deve se colocar, ou seja, a favor dos Estados Unidos, indiretamente ele deixa em aberto o grau de apoio que cada uma deveria oferecer, mostrando-se mais flexível que seu superior imediato, Cordell Hull.

Como afirma Benjamin Welles, Sumner Welles já tinha saído dos Estados Unidos com a aprovação de Franklin Roosevelt para que todo esforço fosse feito para preservar a unidade continental: *“A aprovação de Roosevelt à política de Welles mais tarde salvaria o continente de um rompimento catastrófico.”*<sup>252</sup>

Como dito anteriormente, o ponto principal da discordância na conferência era a negativa da delegação da Argentina e do Chile em assinarem no Rio de Janeiro um rompimento diplomático com o Eixo.

Como afirma Mount<sup>253</sup>, o governo chileno não acreditava que os Estados Unidos teriam capacidade de defenderem a América do Sul de um eventual ataque alemão em represália à Conferência.

Já no âmbito da Conferência, o ministro das Relações Exteriores, Ramón Castillo, explicitou a posição contrária do governo argentino à resolução de rompimento continental com os países do Eixo defendido pelo governo norte-americano.

*“A Argentina, solidária com as demais nações americanas, não pode, entretanto, concordar em que o ataque a uma das nações da América signifique que todas as outras tomarão a atitude de beligerância [...] a resolução rompendo as relações dos países americanos com o Eixo totalitário ainda teria que sofrer alguma modificação antes de ficar completamente aceitável pela delegação Argentina.”*<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> WELLES, Benjamin. *Sumner Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997. p.316 No original: *“Roosevelt's approval in advance of Welles's policy at Rio later save the hemisphere from a catastrophic split”*.

<sup>253</sup> MOUNT, Graeme. *Chile: An Effort at Neutrality*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.

<sup>254</sup> *Jornal do Brasil*. 22 de jan. 1942. p. 07

Por outro lado, podemos identificar posições favoráveis aos planos norte-americanos vindas de outros países, não apenas do Brasil. Em resposta ao discurso de Ramón Castillo, o ministro das Relações Exteriores do México, Padilla, afirmou:

*“não ser mais possível alimentar a ilusão de que os povos americanos vivam num ambiente de segurança, em face da catástrofe mundial e da agressão sofrida pelos Estados Unidos. Essa agressão não afetou apenas um país americano; partiu da potência totalitária contra a América inteira.”*<sup>255</sup>

O apoio mexicano não pode ser encarado como um alinhamento automático. Alguns anos antes, por conta da nacionalização do petróleo mexicano, as relações entre os países se tornaram relativamente tensas. Segundo Dallek, em 1938 a questão mexicana havia se tornado um teste para a retórica da Política de Boa Vizinhança. A complacência de Roosevelt, influenciado por Joseph Daniels, teria feito Cordell Hull se desestabilizar, ao ter que negociar com o que considerava “comunistas”<sup>256</sup>

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, acusado por muitos de ser o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, tentou uma saída alternativa: o Congresso do Rio aprovaria o rompimento continental, entretanto cada país deveria ratificar em seus respectivos congressos o rompimento. Mais uma vez a Argentina, seguida pelo Chile, recusou-se a assinar tal declaração, deixando o resultado do congresso sob risco.

*“Quando o Subsecretário de Estado Sumner Welles, que representou os Estados Unidos na Conferência do Rio, tentou assegurar ao ministro das relações exteriores chileno Juan Bautista Rossetti que frota norte-americana viria, caso necessário, Rossetti respondeu: ‘que frota? A afundada em Pearl Harbor?’”*<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diário das Sessões da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ. p.16

<sup>256</sup> DALLEK, Robert. F.D.R. and American Foreign Policy, 1932-1945. Oxford, New York, 1995. p. 176

<sup>257</sup> Idem. p. 165. No original: “When Under Secretary of State Sumner Welles, who represented the United States at the Rio Conference, tried to assure Chilean foreign minister Juan Bautista Rossetti that the U.S. fleet would come to the rescue, Rossetti callously responded, ‘what fleet, The one sunk at Pearl Harbor?’”

Por fim, tudo o que Sumner Welles conseguiu “arrancar” de argentinos e chilenos foi uma recomendação de rompimento, gerando protestos em grande parte da imprensa norte-americana.

Segundo Schoultz<sup>258</sup>,

*“Hull ficou lívido; na verdade, de início ele se recusou a acreditar no que havia acontecido. Sabendo do acordo pelo rádio, Hull telefonou a Welles no Rio e, como relatou em suas memórias, ‘com Mr. Roosevelt escutando, Welles confirmou a assinatura do acordo e deu-me o resumo do crucial Artigo Três. Então falei com ele mais asperamente do que jamais havia falado com alguém no Departamento. Eu disse que considerava aquilo uma mudança em nossa política, feita sem me consultar, e equivalente a uma rendição à Argentina.’ Depois de testemunhar esta conversa, Adolf Berle escreveu em seu diário, ‘agora há uma ruptura entre o Secretário e Sumner que jamais será cicatrizada’”*

Na verdade, para Sumner Welles, desde que Cordell Hull foi insultado pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Saavedra Lamas, durante a Conferência de Buenos Aires em 1936, o secretário de estado norte-americano tinha se tornado quase um “psicopata”<sup>259</sup> quando negociava com a Argentina. Segundo Gellman<sup>260</sup>, Roosevelt sabia desse problema de Hull, e várias vezes o deixou de fora das reuniões quando a questão era a Argentina.

A justificativa de Sumner Welles para este recuo na conferência era dar tempo para que cada república americana pudesse se organizar internamente antes de tomar decisão tão complexa.

*“Em nossa opinião, enquanto o texto da resolução original era preferível, porque era mais decisivo [...] o acordo com o teor do substituto foi o mesmo. Qualquer governo americano assinando oficialmente ao segundo projeto estaria recomendando não só o*

---

<sup>258</sup> SCHOUTZ, Lars. Estados Unidos: poder e submissão. *Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000. p.345.

<sup>259</sup> WELLES, Sumner. *Seven Decisions that Shaped History*. New York: Harper, 1950.

<sup>260</sup> GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995. p.276

*rompimento das relações diplomáticas com o Eixo para os outros estados americanos, mas estaria oficialmente recomendando essa ação para si mesmo.*”<sup>261</sup>

Entretanto para Cordell Hull a questão era justamente entender como a Argentina, que havia se negado a assinar uma declaração conjunta de rompimento, se colocava em posição de “recomendar” a outras nações, e a si mesma, que rompessem relações com o Eixo. “*Eles puderam voltar a Buenos Aires satisfeitos por não terem sido isolados no Rio de Janeiro, e ficaram perfeitamente livres para continuar suas relações com o Eixo, o quanto quisessem.*”<sup>262</sup>

A questão principal para Sumner Welles era justamente não promover durante a Conferência do Rio de Janeiro uma débâcle entre as nações latino-americanas. Para o subsecretário de Estado, lograr a unidade continental, mesmo que recuando, era a melhor saída para evitar que a Alemanha nazista influenciasse decisivamente importantes nações americanas.

Para Sumner Welles, demonstrando ter mais conhecimento da dinâmica política latino-americana que o secretário de Estado Cordell Hull, caso a Argentina fosse isolada pela diplomacia norte-americana, o Brasil não se sentiria confortável para romper relações com o Eixo, carregando consigo vários países sul-americanos. Ou seja, isolar a Argentina significaria naquele momento dividir as Américas.<sup>263</sup>

Durante a noite de 23 de janeiro de 1942, Cordell Hull e Sumner Welles discutiram asperamente pelo telefone os resultados da Conferência do Rio. Enquanto Sumner Welles defendia seus argumentos, era censurado por Hull por ter agido sem ter-lhe consultado. Entretanto, Sumner Welles tinha do presidente Roosevelt autorização para agir unilateralmente caso a situação no Rio se mostrasse complicada. Cordell Hull não sabia de

---

<sup>261</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. P.233 No original: “*In our judgment, while the wording of the original resolution was preferable because it was more decisive [...] the purport of the substitute was the same. Any American government subscribing officially to the second draft would not only be recommending the severance of diplomatic relations with the Axis to the other American states but would be officially recommending such action to itself.*”

<sup>262</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p. 1149 No original: “*They could return to Buenos Aires content that they had not been isolated at Rio and were still perfectly free to continue relations with the Axis as long as they liked*”

<sup>263</sup> WELLES, Sumner. Op.cit. p. 234.

tal autorização, e levou um choque quando o presidente Roosevelt tomou partido de Sumner Welles<sup>264</sup>.

De fato, enquanto Cordell Hull acreditava que os Estados Unidos iriam pagar caro pelo erro de Sumner Welles, este acreditava ter salvado a unidade continental. A questão principal para Adolf Berle, segundo Gellman, era de hierarquia. Após a Conferência do Rio de Janeiro não se sabia mais no Departamento de Estado quem era o real Secretário de Estado.

Entretanto, para Gellman, podemos afirmar que o principal articulador da política externa norte-americana era justamente o presidente Roosevelt.

*“Roosevelt tinha se transformado aos olhos do público de Dr. New Deal ao Dr. Win the War. Esta mudança de ênfase monumental certamente transcendeu a diferenças entre Hull e Welles.”*<sup>265</sup>

Coincidência ou não, pouco tempo depois, Sumner Welles acabou se envolvendo em um escândalo acerca de sua sexualidade, sendo demitido do governo. Cordell Hull passou a ocupar então o espaço deixado por este, junto ao presidente. Embora não tivesse o mesmo conhecimento de Sumner Welles nas questões interamericanas, aparentemente Cordell Hull não sentiu muita falta delas.

### ***A Política na Vizinhança.***

Em 10 de maio de 1940, Hitler lançou toda a sua força militar contra países do oeste europeu. O novo cenário de guerra impôs ao governo Roosevelt revisar publicamente sua postura de neutralidade.

A Inglaterra passou a solicitar maior suporte militar norte-americano. As declarações do governo inglês, deixando claro que não aceitaria uma derrota para os nazistas, e se fosse o caso, levaria seu governo para o Canadá, a fim de continuar a guerra, tornou, para Roosevelt, o fantasma de uma guerra nas Américas bastante real.

*“Falando confidencialmente a um grupo de comerciantes, no dia 23 de maio, Roosevelt*

---

<sup>264</sup> GELLMAN. Op.cit. p. 276

<sup>265</sup> Idem, p. 279. No original: *“Roosevelt had been transformed in the public’s eyes from Dr. New Deal to Dr. Win the War. This monumental switch in emphasis certainly transcended the feud between Hull and Welles”*. (GELLMAN, 1995, p.279)

*disse que a derrota da França e da Grã-Bretanha eliminaria um anteparo que por décadas havia protegido os Estados Unidos e seu modo de vida. ‘O anteparo’, continuou ele, ‘tem sido a Esquadra britânica e o Exército francês.’”<sup>266</sup>*

De certa forma, os pedidos de ajuda da Inglaterra aos Estados Unidos continham quase sempre, conteúdos que indiretamente ameaçavam os Estados Unidos e a América Latina: além do problema que seria transferir o governo para o Canadá, levando os olhos de Hitler para o território vizinho aos Estados Unidos, as possessões inglesas e francesas nas Américas poderiam ser reivindicadas pelos países do Eixo.

A Divisão de Planos de Guerra do exército norte-americano fez um resumo das “complicações prováveis para a situação de hoje”, em maio de 1940. Dentre as previsões do exército, estariam revoluções nazistas no Brasil e México, agressões japonesas aos Estados Unidos e invasão alemã do Hemisfério Ocidental.<sup>267</sup>

Ao observar a invasão nazista em território francês, Sumner Welles, em suas memórias, descreve o assombramento do governo norte-americano.

*“Dia a dia, as linhas alemãs avançam com estupenda velocidade sobre a lembrada região central e norte da França, tornando-se claro que esta não era a França da resistência heróica de 1914 e 1918. [...] Tornou-se agora muito obvio que as forças alemãs tinham sido bem sucedidas em seus esforços para destruir não só capacidade militar francesa, mas a própria vontade de resistir da maioria dos dirigentes franceses, e que a derrota da França era uma evidência [ ...] Esta não é apenas uma história trágica. Também é fantástica”<sup>268</sup>.*

Ao mesmo tempo em que a Alemanha invadia a França, o presidente dos Estados Unidos deixou claro, através do discurso *War – aid to Democracies*, proferido em

---

<sup>266</sup> CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p.60

<sup>267</sup> Idem, p.57.

<sup>268</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944. p. 149. No original: “As day by day the German lines advanced with stupendous speed over the well-remembered region of northern and central France, it became plain that this was not the France of the heroic resistance of 1914 and 1918. [...] It was now all too clear that the German sappers had succeeded in their efforts to destroy not only French military capacity but the very will to resist of the majority of the French leaders, and that the defeat of France was a foregone conclusion [...] It is not only a tragic history. It is also fantastic.”

Charlottesville na Virginia, em 10 de junho de 1940, que os Estados Unidos iriam seguir dois rumos a partir daquele momento: oferecer suporte às democracias que lutavam contra o Eixo, e acelerar os meios para que nas Américas houvesse treinamentos e equipamentos suficientes para uma eventual defesa.

Após intensas conversações entre o governo dos Estados Unidos e os chefes da Marinha e do Exército (Almirante Stark e General Marshall), foi apresentado o documento mais importante daquele período de crise.

Com o título “*Bases para Decisões Imediatas Relacionadas à Defesa Nacional*”, o documento delineou a postura dos Estados Unidos frente às novas ameaças vislumbradas com as recentes vitórias nazistas.

Segundo o documento, no Pacífico, os Estados Unidos continuariam na defensiva, e, provavelmente, teriam que deslocar importantes destacamentos da Esquadra para o Atlântico. Com relação à Inglaterra, os Estados Unidos não liberariam nenhum material bélico adicional de grande vulto, exceto o suficiente para que resistissem até o começo de 1941.

No que tange diretamente o continente americano, os Estados Unidos, caso fossem necessário, ocupariam as possessões britânicas, holandesas, francesas e dinamarquesas, após consultar as outras repúblicas americanas, além de empregar a força para manter os governos atuais e evitar golpes de estado na região latino-americana.

Neste caso, não houve uma ruptura com a política norte-americana de não intervenção nos assuntos internos de seus países vizinhos, mas havia a perspectiva de golpes financiados pela Alemanha em países do continente, o que violaria a Doutrina Monroe, justificando então a intervenção, sempre com o adendo de se consultar as repúblicas vizinhas. A Doutrina Monroe foi então estendida, considerando todas as ilhas do Pacífico, à leste da Linha Internacional de Data<sup>269</sup>, como parte do Hemisfério Ocidental.

Mas a questão principal para os Estados Unidos naquele momento seria o destino da esquadra francesa. “*Se a Alemanha se apossasse da Esquadra francesa, os Estados Unidos*

---

<sup>269</sup> A Linha Internacional de Data (LID), também chamada de Linha Internacional de Mudança de Data ou apenas Linha de Data, é uma linha imaginária na superfície terrestre que implica uma mudança de data obrigatória ao cruzá-la. Ao cruzar a linha de data de leste para oeste soma-se um dia e ao passar de oeste para leste subtrai-se um dia no calendário.

*teriam que partir para uma mobilização total de recursos e de pessoal, para a defesa do hemisfério*<sup>270</sup>.

O problema era que para além de todas as promessas do almirante francês François Darlan, de que nos termos do armistício com a Alemanha, esta não teria acesso à esquadra francesa, os ingleses e o próprio presidente Roosevelt não confiavam muito nessa possibilidade.

A Inglaterra deu então um ultimato ao governo francês para que transferissem o comando de seus navios para Londres. Grande parte dos navios franceses foi ancorada nos portos sob controle da Inglaterra. Entretanto, na Argélia, em Mers-el-Kebir, ainda se encontrava parte significativa da esquadra francesa, e seu comandante parecia ter ignorado o ultimato inglês.

*“Em consequência disso, os britânicos atacaram, afundaram ou de ação a maioria dos navios franceses, causando um grande número de mortes – uma ação de produziu um rompimento amargo nas relações entre os governos Britânicos e de Vichy”*<sup>271</sup>.

Em 17 de junho de 1940, Cordell Hull enviou um memorando aos governos da Alemanha e Itália, deixando claro que os Estados Unidos não aceitariam uma transferência de possessões americanas entre os países europeus.

A resposta de Ribbentrop, então Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, deixaria os norte-americanos ainda mais temerosos sobre as intenções nazistas. Para Ribbentrop, a Doutrina Monroe dava a alguns países europeus o direito de ter possessões na América, mas a outros negava. E que tal doutrina era apenas reconhecida por parte dos países europeus, não todos. Para finalizar, o ministro afirmou que a Doutrina Monroe só poderia ser considerada válida pela Alemanha, se os Estados Unidos também não interferissem nos assuntos europeus<sup>272</sup>.

*“Após a recepção da presente nota, eu emiti uma declaração pública de que a Doutrina Monroe era apenas uma política de autodefesa, que se destinava a preservar a independência e*

---

<sup>270</sup> CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. p.66

<sup>271</sup> Idem, p.67.

<sup>272</sup> HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948. p.817



*a integridade das Américas. Ela foi concebida para impedir agressão neste hemisfério por qualquer força não-americana, e também para tornar impossível qualquer nova aquisição de extensão deste hemisfério por qualquer sistema não americano imposto de fora*<sup>273</sup> (HULL, 1948, p.817)

Segundo Cordell Hull, a derrota da França colocava dois problemas na pauta norte-americana: a questão das possessões francesas no continente americano e o fortalecimento psicológico dos alemães, aumentando sua penetração ideológica na América Latina.

Um dos pilares retóricos da Política de Boa Vizinhança foi justamente promover uma identidade continental contraposta aos pressupostos básicos do nazi-fascismo europeu.

Entretanto, como veremos adiante, não há um consenso entre os estudiosos acerca do grau de interesse que a Alemanha Nazista nutriu pela América Latina durante a Segunda Guerra, embora, trabalhos importantes apontem para a penetração da ideologia nazista nas sociedades latino-americanas, inclusive entre importantes atores políticos no Brasil, Argentina, além outras nações.

Em um discurso proferido via rádio, em 29 de dezembro de 1940, chamado “*Arsenal of Democracy*”, Franklin Roosevelt intensifica publicamente seus temores com relação à Alemanha, e mais, consolida diferenças irreconciliáveis com a ideologia nazista, chamando os norte-americanos a se unirem contra a nova ameaça ao seu modo de vida.

Segundo o então presidente, a união demonstrada pelos norte-americanos durante o enfrentamento da crise econômica no início dos anos 30 seria necessária mais uma vez, posto que um outro poderoso inimigo estava surgindo no horizonte norte-americano.

Utilizando-se de frases descontextualizadas de Hitler, Roosevelt indiretamente dialoga com o líder alemão, ao vivo, para milhares de norte-americanos.

Segundo Roosevelt,

*“Há três semanas, o líder deles declarou o seguinte: ‘Há dois mundos que se opõem um ao*

---

<sup>273</sup> Idem, ibidem. No original: “*Following receipt of this note, I [Cordell Hull] issued a public statement that the Monroe Doctrine was solely a policy of self-defense, intended to preserve the independence and integrity of the Americas. It was designed to prevent aggression in this hemisphere on the part of any non-American Power, and likewise to make impossible any further extension to this hemisphere of any non-American system of government imposed from without.*”

*outro'. E depois, em resposta desafiadora para seus adversários, ele disse: 'Os outros estão corretos quando dizem: Com este mundo nós não podemos nos reconciliar... Posso vencer qualquer outro poder no mundo' . [...]. Em outras palavras, o Eixo não apenas admite, mas proclama que não pode haver paz definitiva entre sua filosofia de governo e nossa filosofia de governo.”<sup>274</sup>*

Para o presidente, os norte-americanos não deveriam interpretar os acontecimentos do ano de 1940 como um problema europeu, e tampouco imaginar que a Inglaterra sozinha poderia conter as forças nazistas.

Roosevelt, ao construir um possível cenário futuro da guerra, afirmava que o plano nazista não seria apenas dominar a Europa, mas possivelmente conseguir recursos para dominar o mundo.

As justificativas dadas pela Alemanha para justificar suas invasões na Europa foram mencionadas como exemplo da falsidade nazista, e como parte de um plano para enganar as nações de boa vontade.

*“Os nazistas têm justificado tais ações com diversas fraudes. Uma destas fraudes é a alegação de que eles estão ocupando uma nação com o objetivo de ‘restabelecer ordem’. Outra é que eles estão ocupando uma nação ou controlando-a sob a desculpa de que eles estão protegendo-a das agressões de outros. Por exemplo, a Alemanha disse que estava ocupando a Bélgica para salvar os belgas dos britânicos. Ela hesitaria então em dizer a algum país sul-americano: ‘Estamos te ocupando para proteger-lhe da agressão dos Estados Unidos’”<sup>275</sup>*

---

<sup>274</sup> <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/3319>. Acessado em 30 de abril de 2008. No original: “It was only three weeks ago their leader stated this: ‘There are two worlds that stand opposed to each other.’ And then in defiant reply to his opponents, he said this: “Others are correct when they say: With this world we cannot ever reconcile ourselves... I can beat any other power in the world’. [...]. In other words, the Axis not merely admits but the Axis proclaims that there can be no ultimate peace between their philosophy of government and our philosophy of government

<sup>275</sup> <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/3319>. Acessado em 30 de abril de 2008 No original: “The Nazis have justified such actions by various pious frauds. One of these frauds is the claim that they are occupying a nation for the purpose of ‘restoring order’. Another is that they are occupying or controlling a nation on the excuse that they are ‘protecting it against the aggression of somebody else.

De fato, para muitos latino-americanos que vivenciaram os anos de intervenção norte-americana em seus assuntos internos, muitas vezes justificando-se de forma similar, o discurso de Roosevelt poderia parecer incoerente.

Porém, ao final de 1940, a Política de Boa Vizinhança já tinha alcançado capital político importante e suficiente para que não houvesse constrangimentos nestas palavras.

Entretanto, se a histórica influência alemã em alguns países da América Latina fosse algo tangível, para muitos autores o governo dos Estados Unidos em vários momentos exagerou em algumas de suas avaliações, criando, em muitos casos, uma desnecessária histeria coletiva pelas Américas.

Na verdade, o Novo Mundo nunca esteve, como pretenderam muitos governos do continente, afastado completamente da guerra européia. Muito antes de serem atacados pelo Império Japonês, os Estados Unidos já demonstravam indiretamente seu alinhamento com a Inglaterra, fornecendo a este país ajuda logística militar e empréstimos financeiros.

Por outro lado, a Alemanha nazista procurou nos anos 30 estreitar seus laços com a América Latina, sobretudo com os países do Cone Sul, logrando importantes acordos econômicos, e buscando uma maior influência cultural.

Como afirma Costa,

*“é evidente que o Brasil se encontrava na mira da Alemanha, não apenas por seu importante papel no comércio internacional – no fim dos anos 30, éramos o maior supridor do Terceiro Reich em algodão, café e borracha – mas pela nossa posição estratégica nas rotas marítimas.”*<sup>276</sup>

Não era nova a inserção alemã em alguns países do continente. A imigração do final do século XIX e início do XX, somada à influência que a doutrina do exército prussiano exercia sobre os militares latino-americanos (sobretudo em países como Chile, Argentina e Brasil) colocava a América Latina, aos olhos do governo norte-americano, em risco.

---

*For example, Germany has said that she was occupying Belgium to save the Belgians from the British. Would she then hesitate to say to any South American country, ‘We are occupying you to protect you from aggression by the United States’ ”*

<sup>276</sup> COSTA, Sergio Correia. *Crônica de Uma Guerra Secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.29.

Para Friedman<sup>277</sup>, após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha, afundada em grave crise econômica, e moralmente mal vista pelos países europeus, viu um novo processo de imigração da sua população empobrecida para a América Latina, chamada na época de “o último continente livre”.

Tais fatores, para a administração Roosevelt, ameaçavam a pretendida influência norte-americana na região, e, por conseguinte, a unidade esperada para a defesa do hemisfério caso a guerra se expandisse para novas áreas do globo.

Para Kother<sup>278</sup>, com relação à América Latina, Hitler tinha primeiramente dois objetivos básicos: “1 – não prejudicar a posição econômica da Alemanha na América Latina. 2 – Conseguir a neutralidade do continente sul americano em caso de guerra”. Neste caso, a autora não se refere necessariamente a invasões ou criação de países subjugados a Alemanha nazista, o grande medo norte-americano.

Entretanto, para alguns pesquisadores, houve a tentativa, pelo governo alemão, de estender a outros países, que tivessem população alemã, as diretrizes da doutrina nazista.

Segundo Costa,

*“a importância da América do Sul aumentara [em fins dos anos 30] sensivelmente em função de uma descoberta técnica de especialistas do Abwehr: a comunicação radiotelegráfica na direção norte-sul, ou vice-versa, era muito mais fácil do que no sentido leste-oeste. Em outras palavras, era menos difícil transmitir da América do Sul para a Alemanha do que diretamente dos Estados Unidos para a Europa.”*<sup>279</sup>

Tal descoberta científica seria suficiente para promover o interesse alemão de invadir a América do Sul e estabelecer países satélites?

Para Moniz Bandeira, o interesse alemão pela América Latina nos anos 30 era o mesmo dos norte-americanos: comprar matérias primas para suas indústrias. “[...] Mediante

---

<sup>277</sup> FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

<sup>278</sup> KOTHER, Mercedes G. *Diplomacia entre o Brasil e a Alemanha na Década de 1930*. In: KOTHER, Mercedes G. e MENEZES, Albene Mirian F. *Anais: Seminário Brasil – Alemanha, 1887 –1997. Perspectivas Históricas*. Brasília: The Saurus, 1997. p.74

<sup>279</sup> COSTA, Sergio Correia. *Crônica de Uma Guerra Secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.39.

*compensação (clearing) de marcos, cujo valor se limitava à realização de compras na Alemanha [...]*<sup>280</sup>. (1994, p.41)

Em 6 de janeiro de 1941, o presidente Franklin D. Roosevelt, em discurso proferido na abertura do 77º Congresso norte-americano, mostrou-se extremamente preocupado com as supostas intenções alemã nas Américas.

Segundo ele:

*“A primeira fase da invasão do hemisfério não seria o desembarque de tropas regulares. Os pontos estratégicos necessários seriam ocupados por agentes secretos e pelas suas dupes - e um grande número delas já estão aqui e na América Latina”*<sup>281</sup>.

Não deixa de ser interessante uma reportagem do jornal norte-americano *Daily Mirror*, de 30 de outubro de 1941, apresentando um mapa, supostamente elaborado pelo governo nazista, redesenhando o continente latino-americano, estabelecendo novas fronteiras e criando Estados fantoches manipulados por Berlim.

O mais estranho dessa notícia é que tal mapa apareceu apenas alguns dias depois de Roosevelt ter anunciado a “perigosa” descoberta, o que precipitou uma acalorada resposta alemã, pedindo que o suposto mapa viesse a público.

Para Friedman<sup>282</sup>, muitas vezes os discursos de Roosevelt sobre as pretensões alemães tinham grande impacto na América Latina, forçando o governo norte-americano a criar provas *ex post facto*.

Na verdade, é possível que muitas acusações tenham sido fabricadas por elementos de dentro do governo apenas para dar mais credibilidade aos discursos de Roosevelt contra Hitler. Porém, algumas vezes, as informações chegavam ao presidente depois de terem passado por três ou quatro assessores, demonstrando a precariedade e também a parcialidade do serviço de inteligência norte-americano.

---

<sup>280</sup> BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brasil, Argentina e EUA: da triplice aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003. p. 410

<sup>281</sup> [www.fdrlibrary.marist.edu](http://www.fdrlibrary.marist.edu) Box 31. Acessado: 14 de maio de 2008.

<sup>282</sup> FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Um memorando de Adolf Berle Jr, datado de julho de 1941, informou ao presidente sobre uma conversa de um funcionário de Berle Jr com um sujeito chamado apenas como Fenthol, na cidade do Rio de Janeiro, onde este afirmou fazer parte de um grupo do exército alemão descrente da vitória contra a Rússia.

Este grupo se chamaria “*Friends of Fritsh*”, - em homenagem ao general Werner Von Fritsh, morto em combate na Polônia, - e pretendia negociar com o governo norte-americano as bases para um futuro acordo de paz. Ao final da conversa, Fenthol, segundo o funcionário de Adolf Berle Jr, teria afirmado que o continente sul-americano estaria infestado de agentes nazistas.<sup>283</sup>

Um ano antes, Henry L. Stimson, Secretário de Guerra, anunciou, em conferencia a imprensa, que 81 agentes nazistas tinham sido presos atuando no Panamá. No dia seguinte, foi obrigado a se retratar, pois não se tratavam de agentes nazistas, mas sim de emigrantes alemães com documentos irregulares. Stimson então passou a chamá-los de “*aliens*”<sup>284</sup>.

Outros que contribuíram para o crescente medo norte-americano foram os repórteres enviados à América Latina. Diversas notícias falsas, ou pouco confiáveis, foram divulgadas em importantes periódicos da época, como o *New York Times*, por exemplo.

*“Quando a United Press informou que um cidadão norte-americano que sobrevoava o Haiti tinha descoberto uma base aérea alemã lá, o Presidente Roosevelt enviou o recorte de jornal a Sumner Welles com a pergunta ‘O que você sabe sobre isto e o que estamos fazendo?’*

---

<sup>283</sup> [www.fdrlibrary.marist.edu](http://www.fdrlibrary.marist.edu) Box 31. Acessado: 14 de maio de 2008.

<sup>284</sup> FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.55. Segundo Cecilia Azevedo “Alien é um não cidadão, um estrangeiro. Mas na etimologia da palavra também está presente a idéia da diferença em termos de natureza ou caráter. Alienate se relaciona ao sentimento de indiferença ou hostilidade ou à idéia de confisco. Um illegal alien é um alien cuja presença no território americano é ilegal por ter cruzado a fronteira de forma ilegal ou por ter cometido um crime, o que o torna também um criminal alien. Aos illegal aliens também se aplica o termo undocumented migrant, mas esse uso tem sido significativamente menos utilizado, tanto quanto o termo immigrant que, no imaginário norte-americano, pressupõe um caminho para a condição de residente legal permanente e possível naturalização e aquisição de cidadania. Note-se que o termo alien é utilizado para designar também alienígenas, extraterrestres tenebrosos, como o da série de filmes com esse nome produzidos por Hollywood. Mas não se pode esquecer que a legislação sobre imigração que utiliza este termo remonta ao século XIX, quando evidentemente o imaginário sobre os extraterrestres não estava presente. No contexto atual, é impossível deixar de perceber a associação entre guerra ao terrorismo e aos chamados illegal aliens, envolvendo a emergência de mais uma forma de percepção da diferença cultural como absoluta alteridade, inferioridade intrínseca e perigo”. In: AZEVEDO, Cecilia. *Amando de Olhos Abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos Estados Unidos*. (in) VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007. p. 359

*Welles enviou imediatamente um diplomata para visitar o lugar, que descobriu que a 'pista' era uma fábrica de engarrafamento de água mineral"por refugiado"*<sup>285</sup>

Países latino-americanos em muitos momentos se utilizaram do “medo” norte-americano de uma possível influência alemã visando conseguir vantagens específicas no comércio e no financiamento de armas.

Segundo David Scheinin<sup>286</sup>, em junho de 1940, o presidente do Banco Central argentino, Raúl Prebisch, entrou em contacto com o embaixador norte-americano em Buenos Aires, solicitando que os Estados Unidos ajudassem financeiramente as exportações argentinas através do *Export-Import Bank*.

Para Raúl Prebisch, tal ajuda seria muito bem vista pelo povo argentino, causando um importante efeito psicológico na população, contrabalançando a influência da inteligência nazista na Argentina. No entanto, segundo Scheinin, a forte investida alemã sobre a população Argentina teria tido pouco efeito prático durante a Segunda Guerra<sup>287</sup>.

De fato, se os exageros eram mentiras conscientes ou não, pouco importa para nós. O significativo é que através dessa percepção, o governo norte-americano foi construindo internamente, através da propagação do medo, justificativas para sua crescente ajuda aos países Aliados.

No plano externo, os Estados Unidos iniciaram uma agressiva ofensiva diplomática na América Latina, procurando reforçar a defesa comum.

Segundo Costa,

*“Embora distante dos acontecimentos, o governo americano passou a se preocupar intensamente com a situação do Brasil. Pela situação geográfica, por ser um imenso celeiro de recursos naturais e ter uma parcela*

---

<sup>285</sup> FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.56. No original: “When the United Press reported that a U.S. citizen flying over Haiti had discovered a German air base there, President Roosevelt forwarded the clipping to Sumner Welles with the question, ‘What do you know about this and what are we doing?’ Welles immediately sent an embassy official to visit the site, who discovered that the ‘airfield’ was a mineral water bottling plant”.

<sup>286</sup> SCHEININ, David. *Argentina: The Closet Ally*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & LittleField, 2007.

<sup>287</sup> Idem, p.188.

*importante de sua população de origem alemã, nosso país era sem dúvida o mais vulnerável na América do Sul [...] Adolph Berle, Jr. (secretário de Estado assistente, encarregado da ligação com o FBI e com os serviços militares de informação) previu o ataque sob a forma de ‘duas vastas pinças’: a primeira, partindo da Noruega em direção aos Estados Unidos e a outra visando ao Brasil, a partir de Dacar.”<sup>288</sup>*

Em fins de 1940, a esfera de segurança nacional norte-americana já havia se expandido para diversas regiões do planeta. Para o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, a ajuda econômica e estratégica norte-americana visava fortalecer regiões que haviam sido incluídas na sua esfera de defesa nacional.

*“Os resultados já obtidos de aplicação das verbas anteriores, como o abastecimento e o municionamento do exército britânico na África do Norte e na Ásia Menor, das forças chinesas de Chien-Kai-Chek e das forças armadas de outros países ainda livres do jugo nazista como a Turquia e de nações integradas no sistema de segurança dos Estados Unidos, como o Brasil, esses resultados inculcavam a importância de desenvolver o auxílio pelo método do arrendamento e do empréstimo.”<sup>289</sup>*

Ou seja, havia o medo de invasões nazistas por meios tradicionais, e acusava-se a Alemanha de uma invasão preliminar invisível, através da infiltração de agentes secretos em alguns países da América do Sul. Neste sentido seria necessário estabelecer métodos de ajuda aos vizinhos latino-americanos, tomados como incapazes sozinhos de se defenderem dos supostos planos nazistas.

Outro fator que corroborava para o medo norte-americano relacionava-se com a percepção de que mesmo dentro de governos que colaboravam com os Estados Unidos, como o Brasil, havia correntes políticas, dentro do primeiro escalão inclusive, que apoiavam uma relação mais íntima com a Alemanha.

---

<sup>288</sup> COSTA, Sergio Correia. *Crônica de Uma Guerra Secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 55-56.

<sup>289</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 01 de novembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ.



Segundo Friedman<sup>290</sup>, o governo norte-americano estava convencido de que a derrota francesa estava diretamente ligada a agentes nazistas infiltrados no país. No já citado discurso em 1941, “*Arsenal of Democracy*”, Roosevelt chegou a afirmar que mesmo dentro dos Estados Unidos podiam ser encontrados espiões nazistas agindo para enfraquecer o país.

Contraditoriamente, o aumento das preocupações dos Estados Unidos com a penetração alemã na América Latina ocorreu justamente no momento em que o interesse e a influência nazista pelo continente estavam diminuindo.

*“O declínio nazista na América Latina coincidiu com a sua aparentemente contínua série de vitórias na Europa, e, portanto, pouco fez para reduzir o alarme norte-americano.”*<sup>291</sup>

Na verdade, uma vitória sobre a Rússia tornaria a Alemanha auto-suficiente em relação a matérias-primas, tornando uma invasão ao continente latino-americano desnecessária para os planos de guerra nazista. Mas a agressividade demonstrada na Europa, credenciava a Alemanha como uma ameaça permanente para a liderança norte-americana na América Latina.

*“Hitler tinha muitas das opiniões sobre a ‘degenerada’ democracia norte-americana, ‘enfraquecida’ por sua influente população de judeus, porém ele não demonstrou qualquer interesse pela América Latina. Ele admitiu abertamente que a região pertencia à esfera de influência dos Estados Unidos, e freqüentemente se referia à Doutrina Monroe, afirmando uma esfera comparável para a Alemanha no âmbito de uma ‘Doutrina Monroe’ europeia”*<sup>292</sup>

De certa forma, ao tentar relativizar o interesse nazista pela América Latina, Friedman acaba por exagerar o que ele considerava a falta de interesse nazista pela região. Se por um lado este interesse não tenha alcançado os níveis que o governo norte-americano

---

<sup>290</sup> Op.Cit.

<sup>291</sup> FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.45. No original: “*The decline of the Nazis’ fortune in Latin America coincided with their seemingly unstoppable series of gains in Europe, and therefore did little to reduce U.S alarm.*”

<sup>292</sup> Idem, Ibidem. No original: “*Hitler had plenty of opinions about the ‘degenerate’ U.S. democracy ‘enfeebled’ by its influential population of Jews, but he evinced no interest in Latin America. He openly conceded that region belonged properly in the U.S. sphere of influence and referred often to the Monroe Doctrine, asserting a comparable sphere for Germany under a ‘European Monroe Doctrine’*”

acreditava, por outro lado é corrente na bibliografia especializada encontrarmos estudos que comprovam algumas ações nazistas na região.

Ainda segundo Friedman, o mito da onipresença da 5ª. Coluna capturou a imaginação do público tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, exagerando o medo em relação à capacidade dos espiões alemães de agirem infiltrados em diversos países.

Nesse momento, em que os Estados Unidos cada vez mais se apresentavam em favor dos Aliados, era necessário reforçar a penetração norte-americana, tanto no âmbito de ajuda econômica, como no âmbito de influência cultural na América Latina. Era necessário investir em propaganda para angariar simpatia pela causa norte-americana.

Em 1940, o governo Roosevelt criou uma agência especial para tratar dos assuntos econômicos e culturais interamericanos. No Brasil, conhecido como Birô, o *Office for the Coordination of Commercial and Cultural relations between the American Republics*, um ano depois chamado de *Office of the coordinator of the inter-American-Affairs*, (OCIAA) pretendeu, sob a liderança de Nelson Rockefeller, aumentar a “solidariedade” entre os países americanos. Segundo Gerson Moura (1991), o Birô planejou medidas para fortalecer as economias dos países americanos promovendo a compra de seus recursos minerais, além de desenvolver “[...]programas enérgicos no plano educacional, cultural e da informação, a fim de conter o desafio nazista (leia-se, extirpar de modo mais completo a presença econômica, política e cultural do Eixo na América Latina)”<sup>293</sup>.

Interessante assinalar que Nelson Rockefeller é descrito por alguns autores como grande admirador de arte, e, sobretudo da arte latino-americana, assumindo pouca inclinação para os negócios.<sup>294</sup>

Durante os anos 30, Rockefeller viajou diversas vezes para a América Latina, inserido no programa filantrópico da Fundação Rockefeller, que há muito tentava mudar a imagem da *Standart Oil*, pertencente à família Rockefeller, de uma empresa violenta no trato com seus trabalhadores.

Segundo Pedro Tota<sup>295</sup>, após viajar em 1935 e 1937 à Venezuela, Nelson Rockefeller ficou especialmente interessado pela América Latina, ligando-se a Divisão

---

<sup>293</sup> MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões*. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p.31

<sup>294</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>295</sup> Idem, p.45

Internacional da Fundação, que desenvolvia, à época, um programa de saúde em vários países latino-americanos.

Na verdade, Nelson percebeu que os trabalhadores da *Standart Oil* estavam isolados, vivendo dentro de cercas, separados da população local, o que contribuía para uma péssima imagem da empresa na região.

Segundo Pedro Tota, Rockefeller

*“quando voltou a Nova York, propôs a seus executivos que, por meio da fundação, fosse iniciada uma política de saneamento e mudança de imagem de suas empresas, com o envio de professores, médicos e missionários. Tinha uma concepção bastante prática da situação, e queria evitar, com uma política de bem-estar social, uma onda de antiamericanismo que certamente atingiria seus negócios.”*<sup>296</sup>

Entretanto, é importante frisar que a atuação da Fundação Rockefeller na América Latina, no campo da saúde pública foi anterior às preocupações de Nelson Rockefeller. No Brasil, data de 1916 os primeiros contatos da Fundação com o governo, quando uma Comissão Médica percorreu os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a fim de identificar as possibilidades de combate das doenças infecciosas e estudar os serviços de saúde pública no Brasil.

Como aponta Lina de Farias, as ações da Fundação Rockefeller no Brasil ainda durante a Primeira República, embora associadas ao governo federal, foram duramente criticadas em vários aspectos.

*“Não foram raras as críticas aos trabalhos desenvolvidos pela missão médica da Rockefeller que chegavam a apontar uma possível ‘invasão americana’ por meio dos expedientes sanitários, ou a tentativa de penetração do protestantismo, contrárias às tradições religiosas do nosso povo”*<sup>297</sup>.

---

<sup>296</sup> Idem, p.46

<sup>297</sup> FARIAS, Lina Rodrigues de. *A Fundação Rockefeller e os Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1920-1930): perspectivas históricas*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Vol 9(3): 561-90, set-dez, 2002. p.572.

Para Fred Fejes<sup>298</sup>, Nelson Rockefeller era um republicano liberal, e via a Política de Boa Vizinhança como algo inovador e bem-vindo, embora não fosse suficiente para diminuir as desigualdades na América Latina, uma de suas maiores preocupações. O jovem milionário acreditava que deveria haver um plano de investimento comum entre a iniciativa privada e o governo federal para ajudar a aliviar os problemas da região, dando suporte aos países vizinhos nos campos econômicos, sociais e políticos.

Em 1937, Nelson Rockefeller iniciou os primeiros contatos com setores do governo norte-americano para discutir a possibilidade de um plano comum a ser elaborado entre o governo e as empresas privadas para estimular o desenvolvimento econômico da América Latina. Embora o governo tenha recebido de bom grado suas idéias, não levou-as adiante naquele momento.

Teria sido, portanto, a capitulação francesa que mudou a perspectiva do governo norte-americano, tornando a cooperação com a América Latina mais importante do que nunca. Harry Hopkins, então Secretário de Comércio e conselheiro do presidente Roosevelt, pediu a Rockefeller que elaborasse um memoradum com os seus projetos para a América Latina.

O memorandum Rockefeller argumentava a favor de assegurar a prosperidade econômica na América Central e do Sul apoiada na cooperação econômica estrita com os Estados Unidos. Dentre as principais medidas alcançar tal objetivo, os Estados Unidos deveriam absorver a produção agrícola e mineral dos países vizinhos, encorajando o aumento dos investimentos privados na região.

Concomitantemente às propostas econômicas, Rockefeller deu ênfase a um vigoroso programa cultural que deveria ser perseguido junto às medidas econômicas. Segundo Fred Fejes<sup>299</sup>, Rockefeller propunha uma íntima relação entre governo federal e empresas norte-americanas no campo cultural, insinuando que as agências privadas deveriam ter acesso aos fundos do governo para desenvolverem projetos culturais na América Latina.

Franklin Roosevelt teria se animado com as linhas gerais do memorandum, e distribuído por diversos setores do governo, criando um escritório de coordenação. Entretanto, não estava certo quem deveria coordenar o escritório. Para Roosevelt, era

---

<sup>298</sup> FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986.

<sup>299</sup> Idem, p.123

interessante que Rockefeller fosse o escolhido, pois teria um importante valor simbólico ter um republicano trabalhando para o governo.

Por outro lado, Nelson Rockefeller tinha dúvidas acerca dessa associação, posto que ela poderia prejudicar sua carreira política mais adiante. Segundo Fejes<sup>300</sup>, teria sido Wendell Wilkie, candidato republicano a presidência, que deu aval para que Rockefeller coordenasse a agência, afirmando que a ameaça nazista estava acima de interesses partidários.

Interessante notar que o governo Roosevelt havia insinuado nos bastidores que o chefe da nova agência deveria ser o presidente da CBS William Paley, que também deixou claro que não estava interessado. Para Fejes, o interesse de Roosevelt em nomear Paley não era verdadeiro, apenas demonstrava a intenção da Casa Branca em se aproximar das grandes empresas de comunicação.

Para Freire-Medeiros,

*“Diferentemente dos programas de colaboração em funcionamento à época, o OCIAA estava diretamente vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos e tinha por missão ajudar a criar, em níveis doméstico e internacional, uma atmosfera de apreciação e respeito pela cultura da América Ibérica.”*<sup>301</sup>

Segundo Schoultz, a criação da OCIAA não foi vista com bons olhos pelo Departamento de Estado norte-americano, sendo descrita como uma “agência *superflua e perdulária*”<sup>302</sup>. Para Sumner Welles<sup>303</sup>, a OCIAA extrapolou suas funções, deixando de coordenar para administrar diversas agências norte-americanas, porém com poucas pessoas qualificadas para tal.

Na teoria, todos os projetos da OCIAA deveriam passar pelo aval do Secretário de Estado Cordell Hull. Entretanto, percebe-se um aumento contínuo de autonomia da Agência, passando a desenvolver projetos com relativa independência com relação ao governo.

---

<sup>300</sup> Idem, p.124.

<sup>301</sup> FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Diplomacia em Celulóide: Walt Disney e a Política de Boa Vizinhança*. Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos. Vol 3, Rio de Janeiro: Contracapa, 2004. p.63.

<sup>302</sup> SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000. p.342.

<sup>303</sup> WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York, Harper & Brothers, 1944..

Segundo Fejes<sup>304</sup>, embora o *memorandum* Rockefeller tenha dado grande ênfase as ações econômicas, na prática, os projetos da OCIAA acabaram privilegiando as atividades culturais.

Acredito que esta mudança prática de perspectiva não tenha se dado apenas pelo conhecido interesse de Nelson Rockefeller pela arte e culturas latino-americanas. Mas também pelo próprio sentido de criação da agência, que deveria primordialmente combater as supostas propagandas antiamericanas estimuladas pelo governo alemão na América Latina.

Neste sentido, parece claro que as atividades culturais, através do rádio, imprensa, cinema etc, se tornaram vetores privilegiados de atuação da OCIAA na América Latina, embora devamos deixar claro que não eram os únicos.

Segundo Mauad,

*“Em termos de estruturação, em todos os países da América Latina onde o Bureau abriu um escritório de representação eram estabelecidas metas prioritárias de ação. No Brasil as três metas eleitas foram: informação, saúde e alimentação. Estes três setores tinham funções definidas de penetração e convencimento ideológico, através do controle dos meios de comunicação, investimento massivo em publicidade e fomento de uma estrutura assistencialista para saúde e educação; principalmente no Nordeste, em áreas onde seriam instaladas as bases norte-americanas”*<sup>305</sup>.

Em contrapartida às ações do governo Roosevelt para promover a unidade continental, a América Latina deveria desempenhar, segundo a visão norte-americana, um papel bem limitado no conflito; suprir a indústria norte-americana, agora voltada para os esforços de guerra, com matérias-primas. Assim, a defesa do continente tornou-se fundamental, e a unidade continental uma obsessão para os norte-americanos.

---

<sup>304</sup> FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986. p.134.

<sup>305</sup> MAUAD, Ana Maria. *A América é Aqui: um Estudo sobre a Influência Cultural Norte-Americana no Cotidiano Brasileiro (1930-1960)*. In TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. p.136

Neste sentido abriu-se a possibilidade para que alguns países latino-americanos se utilizassem do medo norte-americano acerca de uma possível invasão nazista para barganhar vantagens com Washington, muitas vezes insinuando situações inexistentes de agentes alemães infiltrados em diversas regiões do subcontinente. E, em outros casos, também se utilizavam desse medo para utilizar a força contra as oposições internas.

Havia, portanto, um certo dinamismo nas relações interamericanas durante a Política de Boa Vizinhança, onde os planos e as retóricas governamentais podiam ser alterados ou rearticulados dependendo da posição explicitada pelo interlocutor.

### ***Considerações Finais:***

Este trabalho procurou analisar as mudanças ocorridas na perspectiva norte-americana acerca das formas de se relacionar com seus vizinhos latino-americanos na primeira metade do século XX.

Pode-se afirmar que se consagrou na historiografia sobre as relações interamericanas durante esse período uma visão de que os Estados Unidos comandariam esse relacionamento, tendo como interlocutores países submetidos e frágeis, com poucas possibilidades de afirmarem seus próprios interesses nas diferentes situações de negociação que se apresentaram.

Ainda nessa linha de interpretação, seria possível localizar dois momentos distintos da política norte-americana para América Latina: do final do século XIX até 1933, encontraríamos apenas políticas intervencionistas, onde haveria um desrespeito quase que absoluto à soberania de seus vizinhos, sobretudo na região da América Central; por outro lado, os anos de 1933 e 1945 marcariam um período no qual os Estados Unidos se encontrariam forçados a abrandar essas intervenções, especialmente as de cunho militar, inicialmente tendo como foco o aumento do comércio com seus vizinhos, e posteriormente buscando consolidar aliados contra um possível combate com as forças do Eixo.

Entretanto, como pudemos observar, as relações interamericanas na primeira metade do século XX revelaram processos muitos mais complexos, tornando-se impossível manter a visão consagrada nas pesquisas e no imaginário histórico de puro e simples antagonismo entre Estados Unidos x América Latina, entendendo as duas partes como monólitos e sem contradições internas.

Como pudemos observar, para além de toda a violência empreendida por sucessivas administrações norte-americanas contra seus vizinhos latinos, percebe-se a emergência, ainda durante o governo de Theodore Roosevelt, de um discurso alternativo, liderado pelo seu Secretário de Estado, Elihu Root; e explicitado com bastante relevância na 3ª Conferência Pan-americana realizada em 1906, na então capital do Brasil.

Embora esse episódio não apague as intervenções militares, nos legou importante material para pensarmos como correntes contraditórias de pensamento conviviam no seio



do alto escalão do governo norte-americano, o que parecia ser uma superfície este parecia sem contradições, na verdade, era um terreno onde idéias antagônicas estavam sendo acomodadas.

Neste caso não interessa tanto perceber se visões mais amistosas sobre como dirigir as relações interamericanas, encabeçadas por Root, alcançaram hegemonia dentro do governo dos Estados Unidos na primeira década do século XX. É importante apontar a própria existência das mesmas como um dado relevante, para o entendimento de desenvolvimentos posteriores.

Outro período da história interamericana que procuramos rever com maior detalhe foi a chamada Política da Boa Vizinhança, entre 1933-1945, que durante muito tempo foi interpretada como um mecanismo quase maquiavélico do governo dos Estados Unidos para manipular seus vizinhos, deixando-os na prática à mercê dos interesses do colosso do norte.

Entretanto, ao observamos fontes históricas diversas, fica evidente que internamente a Política de Boa Vizinhança não foi estruturada a partir somente de pensamentos convergentes, sendo bastante comum o surgimento de impasses e disputas entre personagens relevantes do governo de Franklin Roosevelt pela direção das relações interamericanas.

Neste sentido, deu-se a necessidade de percorrer a trajetória dos principais atores políticos norte-americanos envolvidos no processo para compreendermos a raiz das principais divergências entre eles. Evitamos, obviamente, exageros, posto que a despeito das diferenças de pensamentos e projetos muitas vezes foram antagônicas, Sumner Welles, Cordell Hull e Franklin Roosevelt compunham um mesmo governo, demonstrando que havia uma importante convergência ideológica entre eles.

Mas é importante, como tem feito a historiografia dedicada a analisar o New Deal, apontar que a Política de Boa Vizinhança esteve sujeita a mudanças de sentido importantes, fruto da correlação de forças entre diferentes atores políticos, - individuais e coletivos -, que compuseram o pacto política que deu origem ao governo de Franklin D. Roosevelt.

Destaca-se também na análise a participação efetiva de diversos países latino-americanos nas negociações com o governo norte-americano, reforçando a crítica já feita por diversos autores à imagem da suposta passividade dos mesmos. Talvez a participação argentina nas conferências de consulta dos chanceleres americanos seja o caso mais emblemático, colocando a todo momento a retórica do bom vizinho à prova. Mas não

podemos deixar em segundo plano as difíceis negociações entre os governos do Brasil e do Chile, apenas citando os casos mais emblemáticos, com os Estados Unidos.

Dessa forma, o contexto interno desses países surge como algo que não pode ser deixado em segundo plano, demonstrando a íntima relação entre política externa e política interna.

No caso específico dos Estados Unidos, o contexto interno passava por grandes transformações decorrentes da crise econômica de 1929, alterando não apenas a dinâmica da sociedade civil, mas também a política do país.

Conforme apontamos, valores que sustentavam a identidade nacional norte-americana passaram a ser questionados, ou na melhor das hipóteses revisados, abrindo uma brecha para que houvesse uma redefinição da visão corrente sobre a América Latina, o que favoreceu os planos do governo Roosevelt de aproximar-se dos vizinhos.

Entretanto, essa redefinição da política interamericana não surgiu aleatoriamente, e nem foi produto direto da crise econômico-social norte-americano do começo dos anos de 1930. A participação de Elihu Root em 1906 na Conferência do Rio de Janeiro, e o artigo de Franklin Roosevelt à *Foreign Affairs* em 1928, são alguns exemplos de como a Política de Boa Vizinhança já estava amadurecendo internamente nos Estados Unidos, embora a sua forma e relevo devam ser analisadas tendo como pano de fundo o contexto interno dos vários países americanos e o contexto internacional, com a expansão do nazi-fascismo na Europa, e a conseqüente guerra mundial.

Sendo assim, podemos afirmar que as relações interamericanas na primeira metade do século XX apresentaram nuances importantes, pouco perceptíveis sob a superfície do jogo político do período. Mostrou-se necessário expandir o leque e a natureza das fontes históricas analisadas, muitas vezes recorrendo a fontes produzidas pelos diferentes países envolvidos no processo.

Por outro lado, faz-se necessário reavaliar as fontes históricas políticas do período, como discursos e ofícios diplomáticos, que por muito tempo foram tomadas por seu valor de face, sendo pouco exploradas as contradições do contexto em que foram produzidas.

Abrem-se, portanto, novos caminhos a serem percorridos para um melhor entendimento do período. A Política de Boa Vizinhança reaparece nas pesquisas históricas de maneira mais complexa. Este período da história interamericana ressurge com o governo

de Barack Obama, que recuperou as diretrizes do governo Roosevelt no discurso mais importante da campanha dirigido à América Latina e intitulado “Uma nova parceria para as Américas”, reafirmadas depois no encontro em Trinidad e Tobago, por ocasião da Cúpula das Américas realizado em abril de 2009.

## ***Fontes Primárias:***

### **Arquivos:**

BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. Arquivo Particular Joaquim Nabuco. 13 jul. a 29 jul. de 1906. Visita do Secretário de Estado Elihu Root ao Brasil. Recortes de Jornal.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 01 de novembro de 1941. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ofício enviado pelo Embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha em 19 de janeiro de 1942. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diário das Sessões da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ

United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the annual message of the president transmitted to Congress December 3, 1906. (In two parts).* Part I (1906) Brazil

United States Department of State / *Papers relating to the foreign relations of the United States with the American Republics* Vol 5. 1940.

*Franklin Delano Roosevelt Public Library and Museum.* Roosevelt FireChats. Box 31.

*Franklin Delano Roosevelt Public Library and Museum.* Roosevelt Public Adresses.. Box 06.

*Franklin Delano Roosevelt Public Library and Museum.* Roosevelt Selected Papers. Box 01-06

### **Periódicos:**

*Jornal do Comércio.*

*Jornal do Brasil.*

*O Paiz.*

*New York Herald.*

*Foreign Affairs.*

## ***Bibliografia:***

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

AZEVEDO, Cecília. *Em Nome da América: Os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

\_\_\_\_\_. *Amando de Olhos Abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos Estados Unidos*. (in) VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007.

\_\_\_\_\_. *Sob Fogo Cruzado: a política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA*. In: SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVEA, Maria de Fátima Silva (org). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. *Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão*. ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brasil, Argentina e EUA: da tríplice aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

BENDER, Thomas. *Historians, The Nation, and the Plenitude of Narratives*. BENDER, Thomas. *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.

BERCOVITH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1978.

BETHELL, Leslie. ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a 2ª Guerra e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BLACK, George. *Good Neighbor: How the United States Wrote The History of Central America and The Caribbean*. New York: Pantheon, 1988.

BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. *Latin America During World War II*. Maryland: Rowman & LittleField, 2007.

BUENO, Clodoaldo. *Da Pax Britânica à Hegemonia Norte-Americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826 –1906)*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº20, 1997.

CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERVO, Amado. *O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UNB, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

CONN, Stetson. FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

COSTA, Sergio Correia. *Crônica de Uma Guerra Secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DALLEK, Robert. *F.D.R. and American Foreign Policy, 1932-1945*. Oxford, New York, 1995.

Diário de Getúlio Vargas. Vol II – 1937/1942. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995.

DUBY, Georges. *A História Cultural*. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

FARIA, Lina Rodrigues de. *A Fundação Rockefeller e os Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1920-1930): perspectivas históricas*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Vol 9(3): 561-90, set-dez, 2002.

FITZGERALD, Stephanie. *The New Deal: rebuilding America*. Minneapolis, Compass Point, 2007.

FEJES, Fred. *Imperialism, Media, and Good Neighbor: New Deal Foreign Policy and United States Shortwave Broadcasting to Latin America*. New Jersey, Ablex, 1986.

FERES JR. João. *A História do Conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Diplomacia em Celulóide: Walt Disney e a Política de Boa Vizinhança*. Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos. Vol 3, Rio de Janeiro: Contracapa, 2004

FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & Good Neighbors: The United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Brasília: FUNAG, 2000. p.157

GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995.

GULLO, Marcelo. *Argentina – Brasil: a grande oportunidade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GRAFTON, John. *Franklin Delano Roosevelt Great Speeches*. New York: Dover, 1999.

HIRST, Mônica. *O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Governo Vargas*. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 1990.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull*. Vol I e II, New York, The Macmillan Co., 1948.

IRIYE, Akira. *Culture and International History*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992.

JENKINS, Lord Roy. *Roosevelt*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

JOHNSON, John J. *Latin America in Caricature*. Austin: University of Texas Press, 1993.

JOSEPH, Gilbert M. *Close Encounters Toward a New Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. LEGRAND, Catherine. SALVATORE, Ricardo. JOSEPH, Gilbert M. *Writing the Cultural History of U.S.-Latin America Relations*. Durham and London: Duke University Press, 1998.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Visão da América Latina na Revista Seleções do Reader's Digest*. In: TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

LIMONCIC, Flávio. *Os Inventores do New Deal: a construção do sistema norte-americano de relações de trabalho nos anos 1930*. Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos. Vol 2, Rio de Janeiro: Contracapa, 2003

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

KOTHER, Mercedes G. *Diplomacia entre o Brasil e a Alemanha na Década de 1930*. In: KOTHER, Mercedes G. e MENEZES, Albene Mirian F. *Anais: Seminário Brasil – Alemanha, 1887 –1997. Perspectivas Históricas*. Brasília: The Saurus, 1997

LAPSKY, Igor. SCHURSTER, Karl. *Literatura e Memória: um estudo sobre a construção da identidade latino-americana*. Revista Eletrônica Boletim do Tempo, ano 3, No.24, Rio de Janeiro, 2008

LESSA, Mônica Leite. *Relações Culturais Internacionais*. MENEZES, L. M. ROLLEMBERG, Denise. FILHO, O. M. (orgs) *Olhares Sobre o Político: novos ângulos, novas perspectiva*. Rio de Janeiro: ESDUERJ, 2002.

LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVILLAN, Philippe. *Os Protagonistas: da Biografia*. REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996.

MAUAD, Ana Maria. *As Três Américas de Carmem Miranda: cultura política e cinema no contexto da política de boa vizinhança*. Transit Circle: Revista Brasileira de Estudos Americanos. Vol 3, Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

\_\_\_\_\_. *A América é Aqui: um Estudo sobre a Influência Cultural Norte-Americana no Cotidiano Brasileiro (1930-1960)*. In TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

MESSARI, Nazir. NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.

MILZA, Pierre. *Política Interna e Política Externa*. REMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Estados Unidos e América Latina*. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *Sucessos e Ilusões*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NASSER, Reginaldo Mattar. *Woodrow Wilson e a Idéia de Ordem Hemisférica*. In: *Cena Internacional*. Vol 8. No.2: Brasília: UNB, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos. Representações da identidade Nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PAMPLONA, Marco. A. V. *Reverendo o Sonho Americano: 1890-1972*. São Paulo: Atual, 1996.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.



PEREZ JR, Louis A. *Dependency*. In: HOGAN, Michael J. PATERSON, Thomas G. (orgs) *Explaining The History of American Foreign Relations*. New York: Cambridge, 1992.

PERKINS, Dexter. *A Época de Roosevelt (1932 – 1945)*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1967.

PIKE, Frederick B. *The United States and Latin America. Myths and Stereotypes of Civilization and Nature*. Austin: University of Texas Press, 1993.

PIKE, Fredeick. *F.D.R.'S Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos*. Austin: University of Texas Press, 1995.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, vol 5, n.10, 1992.

POWELL, Jim. *FDR's Folly: How Roosevelt and his New Deal Prolonged the Great Depression*. New York: Three Rivers, 2003.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999

PROST, Antonie. *Social e Cultural Indissociavelmente*. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

PURDY, Sean. *O Século Americano*. KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p.178

RAUCHWAY, Eric. *The Great Depression & The New Deal*. Oxford: Oxford Press, 2008.  
RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In: REMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/FGV, 1996.

ROOSEVELT, Franklin Delano. *Our Foreign Policy: a Democratic View. Foreign Affairs*. New York: Council Of Foreign Relations, July, 1928.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Uma introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa*. São Paulo: UNESP, 2004.

SALVATORE, Ricardo D. *Primeira Visões Americanas de um Mercado Hemisférico na América do Sul*. In: TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

SALVATORE, Ricardo D. *Imágenes de un Império: Estados Unidos y las Formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. *A Evolução dos Processos de Integração na América Latina*. LESSA, Mônica Leite. GONÇALVES, Williams (org) *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Three New Deals: Reflections on Roosevelt's America, Mussolini's Italy, and Hitler's Germany (1933-1939)*. Picador: New York, 2006.

SMITH, Anthony. *Nações e Nacionalismos numa Era Global*. Oreiras: Celta Editoras, 1999

SCHMITZ, David F. *The Triumph of Internationalism: Franklin D. Roosevelt and a World in Crisis, 1933 -1941*. Washington: Potomac, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antonio da Silva. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. *The Coming of the New Deal (1933-1935)*. Mariner: New York, 2006.

SCHEININ, David. *Argentina: The Closet Ally*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Three New Deals: Reflections on Roosevelt's America, Mussolini's Italy, and Hitler's Germany (1933-1939)*. Picador: New York, 2006.

SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.

SMITH, Joseph. *Brazil: Benefits of Cooperation*. BRATZEL, John. LEONARD, Thomas M. (org) *Latin America During World War II*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2007

SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle. Dynamics of U.S. – Latin American Relation*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York/Oxford: Oxford University Press, 2000.

TORRES, Sonia. *Estudos Americanos: Raízes Nacionais, Rumos globais*. TORRES, Sonia (org) *Raízes e Rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TURNER, Fredrick Jackson. *O Significado da Fronteira na História Americana*. KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios da História Americana*. Niterói: EdUFF, 2004.

WELLES, Benjamin. Sumner *Welles: FDR's Global Strategist*. New York: St. Martin's, 1997.

WELLES, Sumner. *The Time For Decision*. New York: Harper & Brothers, 1944.

\_\_\_\_\_. *Seven Decisions that Shaped History*. New York: Harper & Brothers, 1950.

WEINSTEIN, Bárbara. *Repensando a História das Relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural?* *Textura*, n. 9, Canoas, RS, Abr-Out. 2003.